



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM LOGÍSTICA

Bento Gonçalves, RS, Brasil
Outubro, 2024

COMPOSIÇÃO GESTORA DA INSTITUIÇÃO

CORPO DIRIGENTE DA REITORIA DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul: Júlio Xandro Heck

Pró-Reitor de Ensino: Fábio Azambuja Marçal

Pró-Reitora de Extensão: Marlova Benedetti

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: Flávia Twardowski

Pró-Reitora de Administração: Tatiana Weber

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Lucas Coradini

CORPO DIRIGENTE DO *CAMPUS* BENTO GONÇALVES

Diretor Geral: Rodrigo Otávio Câmara Monteiro

Diretora de Ensino: Luciana Pereira Bernd

Coordenadora de Ensino de Graduação: Camila Riegel Debom

Coordenador de Ensino Médio e Educação Profissional: Joaquim Rauber

Coordenador de Assuntos Estudantis: Rodrigo Vieira Luciano

Diretora de Extensão: Pauline Fagundes Rosales

Diretora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: Giovani Farina

Diretor de Administração: Andréia Regina Mallmann Carneiro

Diretor de Desenvolvimento Institucional: Jonatas Campos Martins

Coordenadora do Curso: Tatiane Pellin Cislighi

COMISSÃO DE ATUALIZAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Tatiane Pellin Cislighi

Leane Maria Filipetto

Anelise D'Arisbo

Clarissa Gracioli Camfield

Fabiane Cristina Brand

Jonatas Campos Martins

Luis Henrique Ramos Camfield

Pedro Henrique de Moraes Campetti

Shana Sabbado Flores

Odila Bondam Carlotto

Rodrigo Bonadiman Zanatta

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

Tatiane Pellin Cislaghi

Anelise D'Arisbo

Clarissa Gracioli Camfield

Fabiane Cristina Brand

Luis Henrique Ramos Camfield

Tatiani Secretti

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | DADOS DE IDENTIFICAÇÃO | 7 |
| 2 | APRESENTAÇÃO | 8 |
| 3 | HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO <i>CAMPUS</i> | 10 |
| 3.1 | DO IFRS | 10 |
| 3.2 | DO <i>CAMPUS</i> BENTO GONÇALVES | 10 |
| 3.3 | DO CURSO | 11 |
| 4 | ASPECTOS SOCIOCULTURAIS, AMBIENTAIS E SOCIOECONÔMICOS DE BENTO GONÇALVES | 12 |
| 4.1 | ASPECTOS SOCIOCULTURAIS | 12 |
| 4.2 | ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS | 12 |
| 4.3 | ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS | 13 |
| 4.3.1 | REPRESENTATIVIDADE DOS SETORES | 13 |
| 4.3.2 | PARTICIPAÇÃO POR SEGMENTO | 14 |
| 4.3.3 | SETORES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS | 15 |
| 5 | PERFIL DO CURSO | 17 |
| 6 | JUSTIFICATIVA | 19 |
| 7 | PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA DO CURSO | 25 |
| 7.1 | OBJETIVO GERAL | 25 |
| 7.2 | OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 25 |
| 7.3 | ÁREAS DE ATUAÇÃO | 26 |
| 7.4 | PERFIL DO EGRESSO | 26 |
| 7.5 | DIRETRIZES E ATOS OFICIAIS | 28 |
| 7.6 | FORMAS DE ACESSO AO CURSO | 29 |
| 7.7 | PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO | 30 |
| 7.8 | REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO | 32 |
| 7.9 | ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO | 33 |
| 7.9.1 | MATRIZ CURRICULAR | 34 |
| 7.9.2 | PRÁTICA PROFISSIONAL | 37 |
| 7.10 | PROGRAMA POR COMPONENTES CURRICULARES | 38 |

| | |
|---|-----|
| 7.10.1 COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS..... | 38 |
| 7.10.2 COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS | 73 |
| 7.11 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO | 80 |
| 7.12 ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES..... | 82 |
| 7.13 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) | 82 |
| 7.14 ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO..... | 82 |
| 7.15 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM..... | 83 |
| 7.15.1 DA RECUPERAÇÃO PARALELA | 84 |
| 7.16 METODOLOGIAS DE ENSINO | 85 |
| 7.17 ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO | 85 |
| 7.17.1 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFRS | 86 |
| 7.17.2 MECANISMOS DE NIVELAMENTO | 87 |
| 7.17.3 INFRAESTRUTURA PARA ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO | 88 |
| 7.17.4 ACESSIBILIDADE E ADEQUAÇÕES CURRICULARES PARA ESTUDANTES COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS | 89 |
| 7.17.5 ACESSIBILIDADE E ADEQUAÇÕES CURRICULARES PARA ESTUDANTES INDÍGENAS..... | 90 |
| 7.18 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO | 90 |
| 7.19 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM..... | 92 |
| 7.20 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA | 93 |
| 7.20.1 ATIVIDADES DE TUTORIA | 94 |
| 7.20.2 AMBIENTE VIRTUAL DE ENSINO E APRENDIZAGEM | 95 |
| 7.20.3 MATERIAL DIDÁTICO | 95 |
| 7.20.4 AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM..... | 97 |
| 7.20.5 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR: NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (NEAD) | 97 |
| 7.20.6 EXPERIÊNCIA DOCENTE E DE TUTORIA NO EAD | 98 |
| 7.20.7 INTERAÇÃO ENTRE COORDENADOR DE CURSO, DOCENTES E TUTORES (PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA) | 99 |
| 7.20.8 INFRAESTRUTURA PARA O EAD | 100 |
| 7.21 ARTICULAÇÃO COM O NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS (NAPNE), NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO- | |

| | |
|---|------------|
| BRASILEIROS E INDÍGENAS (NEABI) E NÚCLEO DE ESTUDO E PESQUISA EM GÊNERO E SEXUALIDADE (NEPGS) | 100 |
| 7.22 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA | 102 |
| 7.22.1 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PPC | 102 |
| 7.22.2 PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO IFRS | 102 |
| 7.22.3 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES) | 104 |
| 7.23 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS | 105 |
| 7.23.1 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS | 105 |
| 7.23.2 CRITÉRIOS DE CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS | 106 |
| 7.24 COLEGIADO DO CURSO E NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE | 107 |
| 7.24.1 COLEGIADO DO CURSO | 107 |
| 7.24.2 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) | 107 |
| 7.25 CERTIFICADOS E DIPLOMAS | 108 |
| 7.26 QUADRO DE PESSOAL | 109 |
| 7.26.1 CORPO DOCENTE | 109 |
| 7.26.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO | 111 |
| 7.27 INFRAESTRUTURA | 113 |
| 7.27.1 BIBLIOTECA | 113 |
| 7.27.2 SALAS DE AULA E ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES | 114 |
| 7.27.3 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA | 115 |
| 7.27.4 ÁREA DE ESPORTE E CONVIVÊNCIA | 115 |
| 7.27.5 ÁREA DE SUPORTE E AUXÍLIO AO DISCENTE | 116 |
| 7.27.6 ADAPTAÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA | 117 |
| 8 CASOS OMISSOS | 118 |
| 9 REFERÊNCIAS | 119 |
| 10 ANEXOS | 126 |
| ANEXO I - REGULAMENTO DOS LABORATÓRIOS | 129 |
| ANEXO II - REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE | 133 |
| ANEXO III - REGULAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO | 136 |

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Denominação do curso: Curso Superior de Tecnologia em Logística

Modalidade: Presencial

Grau: Tecnólogo

Título conferido ao(à) concluinte: Tecnólogo em Logística ou Tecnóloga em Logística

Local de oferta: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – *Campus* Bento Gonçalves

Eixo tecnológico: Gestão e Negócios

Número de vagas anuais autorizadas: 35 (trinta e cinco) vagas

Turno de funcionamento: Noturno

Periodicidade de oferta: Anual

Carga horária total: 1.815 horas

Duração da hora aula: 50 minutos

Mantida: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – *Campus* Bento Gonçalves

Tempo de integralização: 5 semestres (2 anos e meio)

Tempo máximo de integralização: 10 semestres (5 anos)

Atos de autorização, reconhecimento, renovação do curso:

- **Ato de autorização do Curso:** Resolução CONSUP n.º 009 de 26 de junho de 2008, que ratifica a Resolução do CONSUP n.º 005, de 30 de maio de 2008 (Conselho Diretor do CEFET de Bento Gonçalves);
- **Ato de reconhecimento do Curso:** Portaria MEC n.º 12, de 02 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 06 de março de 2012.
- **Ato de renovação do Curso:** Portaria MEC n.º 705, de 18 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União (DOU), 19 de dezembro de 2013; Portaria Seres MEC n.º 271, de 03 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU), 04 de abril de 2017; Portaria Seres MEC n.º 209, de 25 de junho de 2020, publicado no Diário Oficial da União (DOU), 07 de julho de 2020.

Diretora de Ensino: Luciana Pereira Bernd (de@bento.ifrs.edu.br – 54 34553268)

Coordenação do Curso: Tatiane Pellin Cislighi (coordenacao.logistica@bento.ifrs.edu.br – 54 34553248)

2 APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Logística, elaborado pela Comissão de Revisão/Atualização do Projeto Pedagógico do Curso, pelo Colegiado do Curso e pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso, com participação das unidades acadêmicas envolvidas. Este documento se propõe a definir as diretrizes pedagógicas para a organização e o funcionamento do respectivo curso de graduação tecnológica do *campus* Bento Gonçalves do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), concernente ao eixo Gestão e Negócios do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

A presente proposta curricular está baseada nos fundamentos filosóficos da prática educativa, em uma perspectiva progressista e transformadora, observados os princípios norteadores da modalidade da educação profissional e tecnológica brasileira, explicitados na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e atualizada pela Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, e no compromisso firmado pela Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, que institui a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Cabe salientar que, para a reestruturação¹ deste Projeto Pedagógico de Curso (PPC), foram consideradas as instruções definidas no Parecer CNE/CP nº 29, de 3 de dezembro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em conformidade com o art. 7º, inciso VI, da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, têm como um de seus objetivos ofertar “cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia”. O *campus* Bento Gonçalves do IFRS, atento a esse objetivo, vem afirmando seu compromisso com o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo de geração de soluções tecnológicas, atendendo às demandas sociais e peculiaridades regionais. Neste sentido, desde o ano de 2008, o *campus* Bento Gonçalves, atendendo às demandas profissionais da sua região de abrangência, oferece o Curso Superior de Tecnologia em Logística. Além disso, o *campus* Bento Gonçalves do IFRS, como Instituição pública, promove o acesso ao ensino superior gratuito, contribuindo para a democratização da educação brasileira em seus níveis mais elevados.

O respectivo Projeto Pedagógico de Curso contempla o pleno desenvolvimento de competências profissionais gerais e específicas dos estudantes que desejam desenvolver conhecimentos multidisciplinares na área da logística, a fim de atuar em diversos setores da indústria, comércio e serviços, conduzindo à formação de um tecnólogo apto a desenvolver de forma plena e inovadora suas atividades profissionais. Nessa perspectiva, o diferencial deste curso do *campus* Bento Gonçalves é estar organizado para a formação e qualificação de cidadãos com vistas à atuação profissional no setor da logística, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local e regional das diversas cadeias de suprimentos. Cabe ressaltar a importância do Curso aos estudantes durante o processo educacional, que se alicerça na construção de seus saberes por meio da dialogicidade, proporcionando assim a reflexão constante sobre o agir profissional e a ressignificação de valores,

¹ Desenvolvida com vistas a atender as prerrogativas legais dispostas na Resolução CONSUP nº 1/2024-CONSUP-REI, de 23 de janeiro de 2024, que trata sobre a Organização Didática do IFRS, além de estar em consonância com as diretrizes e procedimentos para a implantação e desenvolvimento da Curricularização da Extensão para cursos de graduação do IFRS, instituídos na Resolução CONSUP nº 053, de 16 de agosto de 2022.

oportunizando olhares diferentes, com complexidades singulares acerca das temáticas envolvidas na educação profissional.

Neste contexto, este documento apresenta os pressupostos teóricos, filosóficos, metodológicos e didático-pedagógicos estruturantes da proposta do Curso Superior de Tecnologia em Logística, desenvolvido em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI - 2019) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024-2028) do IFRS.

3 HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS

A presente seção apresenta um relato sucinto do histórico do IFRS, do *campus* Bento Gonçalves e do Curso Superior de Tecnologia em Logística.

3.1 DO IFRS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) foi criado em 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892, que instituiu, no total, 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no país. Por força de lei, o IFRS é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Goza de prerrogativas com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar. Pertence à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Em sua criação, o IFRS se estruturou a partir da união de três autarquias federais: o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Bento Gonçalves, a Escola Agrotécnica Federal de Sertão e a Escola Técnica Federal de Canoas. Logo após, incorporaram-se ao instituto dois estabelecimentos vinculados a Universidades Federais: a Escola Técnica Federal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Colégio Técnico Industrial Prof. Mário Alquati, de Rio Grande. No decorrer do processo, foram federalizadas unidades de ensino técnico nos municípios de Farroupilha, Feliz e Ibirubá e criados os *campi* de Caxias do Sul, Erechim, Osório e Restinga. Essas instituições hoje fazem parte do IFRS na condição de *campus*. Atualmente o Instituto possui 17 *campi*: Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga (Porto Alegre), Rio Grande, Rolante, Sertão, Vacaria, Veranópolis e Viamão. A Reitoria é sediada em Bento Gonçalves.

3.2 DO CAMPUS BENTO GONÇALVES

O *campus* Bento Gonçalves do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul é uma instituição federal de ensino público e gratuito que está instalado em uma área de 843.639 m², dividida entre a sede (76.219,13 m²), localizada em área central no Município de Bento Gonçalves, e a fazenda-escola (767.420 m²), localizada no distrito de Tuiuty, distante 12 km da sede.

Esta Instituição de Ensino foi criada pela Lei nº 3.646, de 22 de outubro de 1959 como Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves, vinculada ao Ministério da Agricultura, e passou a funcionar de forma efetiva a partir de 27 de março de 1960. Em 13 de Fevereiro de 1964 foi publicado o Decreto nº 53.558, o qual alterou a denominação de todas as escolas agrícolas para colégios. Consequentemente, por meio do Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967, foram transferidos para a Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário (COAGRI), órgão vinculado à Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação e Cultura (MEC), todas as instituições relacionadas ao ensino que integravam o Ministério da Agricultura e em 4 de setembro de 1979, por meio do Decreto nº 83.935, todos os estabelecimentos de ensino subordinados à COAGRI passaram a receber a denominação uniforme de Escola Agrotécnica Federal, seguida do nome da cidade em que se localizava.

A Lei nº 7.390, de 25 de março de 1985, alterou a denominação da Escola Agrotécnica Federal de Bento Gonçalves para Escola Agrotécnica Federal Presidente Juscelino Kubitschek. Em 26 de

dezembro de 1994, através de Decreto, foi autorizado o funcionamento do primeiro curso superior ofertado pela Instituição, o Curso Superior de Tecnologia em Viticultura e Enologia, o qual teve o primeiro ingresso de estudantes em 1995. Mais tarde, através do Decreto de 16 de agosto de 2002 foi implantado o Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves (Cefet-BG), “mediante transformação e mudança de denominação da autarquia Escola Agrotécnica Federal Presidente Juscelino Kubitschek”.

Em 29 de dezembro de 2008, o Presidente da República sancionou a Lei nº 11.892, que reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a criação de 38 Institutos Federais, três deles no RS. Dessa forma, foi criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, do qual o *campus* Bento Gonçalves faz parte.

Atualmente, o *campus* Bento Gonçalves conta com 1.531 estudantes matriculados² nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Este *campus* oferece os cursos técnicos em Administração, Agropecuária, Meio Ambiente, Informática para Internet, Viticultura e Enologia e Hospedagem. Também oferece uma gama de cursos superiores, sendo eles: bacharelado em Agronomia; licenciaturas em Física, Letras - Língua Portuguesa, Matemática e Pedagogia; e cursos de tecnologia nas áreas de Alimentos, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Horticultura, Logística e Viticultura e Enologia. Além disso, este *campus* oferece cursos de pós-graduação de Mestrado Profissional em Viticultura e Enologia, de especialização em Ensino de Matemática para a Educação Básica e de especialização em Viticultura.

3.3 DO CURSO

Observando as características da população e do mercado de trabalho da Serra Gaúcha, o corpo docente do *campus* Bento Gonçalves do IFRS se articulou, em meados de 2007, para desenvolver uma proposta de um curso do eixo tecnológico de Gestão e Negócios do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNST). Desta forma, foi elaborado o documento contendo o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Logística.

Este documento continha uma proposta de matriz curricular com componentes curriculares teóricos e práticos, de modo a fornecer o embasamento necessário para propiciar o contato dos estudantes com as ferramentas e processos existentes no ambiente profissional. A estrutura curricular desenvolvida também foi elaborada considerando os recursos humanos e de infraestrutura existentes no *campus* Gonçalves daquela época. O Projeto Pedagógico de Curso proposto foi aprovado na Resolução nº 005/2008 do Conselho Superior do IFRS, e, na sequência, na Resolução nº 009, de 26 de junho de 2008, que ratifica a Resolução nº 005, de 30 de maio de 2008 (Conselho Diretor do CEFET de Bento Gonçalves). No segundo semestre de 2008, os primeiros estudantes ingressaram no curso.

Em 2012, o curso superior de Tecnologia em Logística do *campus* Bento Gonçalves do IFRS foi reconhecido pelo Ministério da Educação por meio da Portaria MEC nº 12, de 02 de março de 2012. Posteriormente, esse reconhecimento foi renovado pelas Portarias MEC nº 705, de 18 de

² Fonte: Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA) - julho de 2023.

dezembro de 2013, Seres MEC nº 271 de 03 de abril de 2017, e, mais recentemente, pela Portaria Seres MEC nº 209, de 25 de junho de 2020.

É importante mencionar que a presente reformulação buscou atender a desejos ouvidos dos estudantes por intermédio do Colegiado do Curso, dos egressos e também da comunidade externa, fundamentados nas pesquisas do setor de Desenvolvimento Institucional do *campus* Bento Gonçalves.

4 ASPECTOS SOCIOCULTURAIS, AMBIENTAIS E SOCIOECONÔMICOS DE BENTO GONÇALVES

A presente seção apresenta um relato sucinto do contexto social, cultural, ambiental e econômico do município de Bento Gonçalves.

4.1 ASPECTOS SOCIOCULTURAIS

De acordo com o portal da prefeitura do município de Bento Gonçalves, os primeiros imigrantes oriundos do norte da Itália chegaram a esta cidade, à época colônia Dona Isabel, no final de 1875. Estes ocuparam uma esplanada, lugar em que hoje se localiza a Igreja Cristo Rei, onde ficaram aguardando a distribuição das terras. Entre os imigrantes havia ferreiros, sapateiros, marceneiros, alfaiates, carpinteiros, entre outros profissionais, os quais estabeleceram seus negócios dentro de suas especialidades, atendendo às necessidades locais. A colônia Dona Isabel foi desmembrada da então colônia de São João de Montenegro através do Ato nº 474, de 11 de outubro de 1890, pelo Governador do Estado, General Cândido Costa, com a denominação de Bento Gonçalves em homenagem ao General Bento Gonçalves da Silva, chefe da Revolução Farroupilha (que durou de 1835 a 1845) e Presidente da República do Piratini, hoje Estado do Rio Grande do Sul.

Os imigrantes italianos eram legítimos representantes da cultura camponesa, que valorizavam a religiosidade, o trabalho e a família. A cultura e os costumes dos imigrantes italianos estão presentes na gastronomia, na arquitetura das casas em pedra e madeira e na produção de vinho (que ganha destaque internacional a cada ano e coloca a Serra Gaúcha na rota do Enoturismo no continente).

No segmento turístico, a cidade se destaca por suas rotas turísticas, por seu turismo de negócios e eventos, e também pelos eventos turísticos promovidos pela Prefeitura Municipal e pela Secretaria de Turismo de Bento Gonçalves. As rotas turísticas são diversificadas e atraem visitantes interessados em turismo rural, história, cultura, vitivinícola e aventura. O turismo de negócios e eventos é marcado pelas grandes feiras realizadas no Parque de Eventos de Bento Gonçalves, tais como: Movelsul, Fimma, Fiema Brasil, Fenavinho, Wine South America, Envase Brasil, Festival de Balonismo, Avaliação Nacional de Vinhos, ExpoBento, entre outras. A cidade também possui uma grande variedade de atrativos turísticos, naturais e culturais.

4.2 ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS

O município de Bento Gonçalves se encontra cercado pelos vales e montanhas da Serra Gaúcha, a 113 km de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Conhecida como sendo a Capital

Brasileira do Vinho, este município se destaca pelo relevo acidentado, caracterizado por escarpas e vales, e pela rica rede hidrográfica, sendo cortado por vários arroios (o principal rio é o Rio das Antas). O clima da cidade é o subtropical de altitude, sendo os meses mais frios junho e julho, com temperaturas médias mínimas de 8°C e médias máximas de 17°C. As chuvas são regulares e abundantes durante o ano todo e, esporadicamente, pode nevar.

A água que abastece o município é proveniente dos arroios Barracão e Burati, próximos ao município de Pinto Bandeira. De acordo com dados de 2023³ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Bento Gonçalves apresenta 86,9% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 72,5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 74,5% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 50 de 497, 334 de 497 e 5 de 497, respectivamente.

4.3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

O município de Bento Gonçalves é um importante polo industrial e turístico da Serra Gaúcha, posicionado entre as 10 maiores economias do Rio Grande do Sul. Considerando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que permite acompanhar o desempenho dos municípios brasileiros, e os dados dos Censos Demográficos do IBGE, que levam em consideração três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda (mensal per capita), o IDHM⁴ de Bento Gonçalves foi de 0,778, em 2010, obtendo a 145ª posição a nível nacional e a 16ª posição no Estado. Devido a este índice a cidade é classificada com alto desenvolvimento humano.

Segundo dados do Departamento de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, a população de Bento Gonçalves em 2023 é de aproximadamente 130.149 habitantes. Com padrão de vida superior à média brasileira, Bento Gonçalves possui o dinamismo de um centro moderno, alta renda per capita e baixíssimos índices de analfabetismo e violência. Os indicadores de desenvolvimento e de renda colocam Bento Gonçalves em destaque no Estado e no país. O município de Bento Gonçalves alcançou 0,83 pontos no Índice de Desenvolvimento Socioeconômico em 2019, enquanto o Estado atingiu 0,77, sendo classificado como tendo um nível de alto desenvolvimento. Na economia, em 2020, o município chegou à marca de um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$6,4 bilhões. Em comparação com 2011, onde o PIB atingiu a marca de R\$3,6 bilhões, Bento Gonçalves obteve um crescimento de 60,9%.

Os dados apresentados nas subseções a seguir foram extraídos do site da Prefeitura do Município de Bento Gonçalves e da 48ª edição da revista Panorama Socioeconômico (2019), desenvolvida pelo Centro da Indústria, Comércio e Serviços de Bento Gonçalves (CIC-BG).

4.3.1 REPRESENTATIVIDADE DOS SETORES

Bento Gonçalves é um município com características empreendedoras, como evidenciado nos números dos cadastros econômicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de

³ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/bento-goncalves/panorama>

⁴ O IDHM varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento humano

Bento Gonçalves. Em dezembro de 2018, a cidade registrava 8.769 cadastros de Pessoas Jurídicas (PJs) e 6.146 Microempresários Individuais (MEIs) com alvará de funcionamento, totalizando 14.915 CNPJs. No período avaliado, de 2015 até 2018, o aumento de MEIs (de 4.222 para 6.146) e a redução de PJs (de 10.351 para 8.769) pode ser refletir a situação econômica vivida pelo país, as mudanças nas relações de trabalho e as oportunidades de mercado.

Segundo este estudo, a composição dos estabelecimentos de pessoa jurídica indica que a maior proporção é de prestadores de serviços (3.767 inscrições, 43%), seguidos por estabelecimentos de comércio (1.789 inscrições; 20%), de autônomos (1.314 inscrições; 15%) e industrial (658, inscrições, 8%). Estes quatro grupos de PJ apresentaram redução entre 2016 e 2018. Entretanto, com comportamento diferente, os grupos de inscrições de PJ referentes a comércio com prestação de serviços e indústria com prestação de serviços apresentaram aumento no mesmo intervalo de tempo. Para a categoria de MEI, o grupo de prestadores de serviço responde por 4.497 inscrições (73% do total), e o de comércio por 1.094 dos cadastros (18%). O destaque ficou para o crescimento dos MEI de comércio e de comércio com prestação de serviços.

Ainda em relação aos segmentos, conforme os dados de faturamento informados pela Receita Estadual e a estimativa de faturamento de serviços da Secretaria Municipal de Finanças de Bento Gonçalves, a indústria é o segmento que mais fatura, com participação de 59% em 2018, seguida por comércio (21,2%) e serviços (19,8%). Tratando dos valores nominais, serviços e comércio foram os segmentos da economia que mais cresceram em Bento Gonçalves.

4.3.2 PARTICIPAÇÃO POR SEGMENTO

A revista Panorama Socioeconômico (2019), também apresentou estudos sobre as participações das atividades econômicas dentro dos segmentos indústria, comércio e serviços.

Para o comércio, a atividade varejista representa mais de dois terços (67%). O restante é distribuído entre comércio e reparação de veículos (17,7%) e comércio por atacado (15,3%). Quanto à participação dentro do setor de serviços, sete atividades representam quase 80% do faturamento, com destaque para os serviços ligados à logística, alimentação e turismo, indústrias, construção civil, área financeira, tecnologia da informação e saúde e estética.

Na indústria, do faturamento de 2018, 34,3% refere-se à indústria de móveis, 18,6% ao segmento de bebidas e 13,6% ao ramo alimentício. Se somar as atividades relacionadas diretamente ao segmento metal mecânico (máquinas e equipamentos, produtos de metal e metalurgia), sua participação fica em 18,5%. Tais atividades indicadas correspondem a 85,2% do total, no acumulado. Percebe-se uma ênfase no segmento industrial acima da média nacional, o que terá repercussões na atividade logística.

Dando ênfase à participação das atividades logísticas e outras associadas direta e indiretamente aos negócios, principalmente às indústrias, verifica-se, de acordo com as variações percentuais de quatro anos (2015-2018), o destaque para o crescimento dessas atividades. Assim como, para aquelas relacionadas à alojamento, alimentação e atividades turísticas, serviços da

construção civil, serviços bancários e financeiros, tecnologia da informação e atividades de comunicação, promocionais e design.

Figura 1: Atividades serviços de Bento Gonçalves (2015-2018)

| Atividades Serviços | Distrib % 2015 | Distrib % 2016 | Distrib % 2017 | Distrib % 2018 | Distrib Acum. |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|---------------|
| 1 Transporte e Outras Atividades Logísticas* | 36,1% | 35,1% | 34,9% | 36,7% | 36,7% |
| 2 Alojamento, Alimentação e Atividades Turísticas* | 6,8% | 7,6% | 7,3% | 8,4% | 45,1% |
| 3 Serviços Industriais, incluindo Subcontratação Industrial | 8,5% | 7,2% | 7,1% | 7,1% | 52,2% |
| 4 Serviços da Construção Civil | 6,4% | 5,4% | 5,7% | 6,8% | 59,0% |
| 5 Serviços Bancários e Financeiros | 6,1% | 6,2% | 5,8% | 6,7% | 65,7% |
| 6 Tecnologia da Informação | 3,8% | 4,4% | 4,9% | 6,2% | 71,9% |
| 7 Saúde e Estética | 5,7% | 6,7% | 7,2% | 6,0% | 77,9% |
| 8 Mecânica e Manutenção de Máquinas, Equipamentos e Veicular | 5,5% | 5,0% | 5,0% | 4,8% | 82,7% |
| 9 Representações Comerciais | 5,4% | 5,3% | 4,9% | 3,9% | 86,6% |
| 10 Consultorias de Gestão e Assessorias Administrativas e Contábeis | 3,9% | 4,0% | 4,0% | 3,7% | 90,3% |
| 11 Atividades de Comunicação, Promocionais e de Design | 1,8% | 1,8% | 1,7% | 2,7% | 93,0% |
| 12 Educação | 3,0% | 2,4% | 2,5% | 2,0% | 95,0% |
| 13 Serviços Domésticos e para Domicílios | 1,2% | 1,8% | 1,8% | 1,7% | 96,7% |
| Outros** | 5,8% | 7,2% | 7,3% | 3,3% | 100,0% |

Fonte: Revista Panorama Socioeconômico (2019, p. 40). SEFAZ-RS Secretaria Municipal das Finanças de Bento Gonçalves.

*Inclui atividades que recolhem ICMS e que recolhem ISS

**Atividades ligadas à água, segurança, cultura, registros/cartórios e serviços advocatícios.

Observa-se, então, a representatividade, abrangência e relevância da indústria na economia municipal. Por outro lado, observa-se que uma parte dos volumes de comércio e de serviços estão associados aos comportamentos de compra, consumo e estilos de vida dos habitantes do município, influenciados pelos níveis de renda, cultura e situação econômica.

4.3.3 SETORES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

Os dados referentes aos empregos formais em Bento Gonçalves, conforme o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e do Relatório Anual das Informações Sociais (RAIS), indicam que, no final de 2018, havia um contingente de 43.725 indivíduos em 9.854 estabelecimentos, incluindo órgãos públicos. Segundo a revista Panorama Socioeconômico (2019), os setores de atividade econômica que mais empregam

são o da indústria da transformação e de serviços, correspondendo, respectivamente, a 38% e 35% dos empregados em Bento Gonçalves. Na sequência, vêm o setor de comércio, com 15%; administração pública, com 6%; e construção civil, com 5%.

Este estudo também aponta que o setor da indústria da transformação, responsável por 21% dos estabelecimentos (938) concentra 38% dos empregos (16.799 postos). Já o setor de serviços, representa 40% dos estabelecimentos, engloba 34% das vagas.

Dentro da indústria de transformação, o setor moveleiro é o segmento que mais emprega em Bento Gonçalves, com 5,8 mil funcionários (dados de 2018). Segundo dados da Secretaria da Fazenda do Estado, o polo moveleiro de Bento Gonçalves apresentou, em 2018, faturamento nominal de R\$1,81 bilhão. Considerando a indústria moveleira no Estado, o polo de Bento Gonçalves responde por 44% do total faturado (dados do Sindicato das Indústrias do Mobiliário de Bento Gonçalves - Sindmoveis).

O setor mecânico, metalúrgico e de material elétrico ocupa o segundo lugar na hierarquia socioeconômica de Bento Gonçalves, se somar a Indústria de Máquinas e Equipamentos, Indústria de Produtos de Metal e a Metalurgia.

Outro setor com grande representatividade neste município é o vitivinícola. O faturamento da indústria de bebidas em Bento Gonçalves, em 2018, segundo a Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, foi de R\$ 981 milhões. Quanto ao contingente empregado, os dados do Ministério do Trabalho indicam que, em dezembro de 2018, havia no município 1173 empregos formais na indústria de bebidas alcoólicas, sendo 97% na fabricação de vinho e o restante na produção de cervejas e aguardentes.

No estado do Rio Grande do Sul, a Serra Gaúcha, e em especial a cidade de Bento Gonçalves, é destaque no enoturismo e possui um amplo mercado de trabalho, originado do interesse dos consumidores de vinho em conhecer sua origem, métodos de elaboração, cultura da comunidade anfitriã e enogastronomia (Bizinelli et al., 2014; Castro et al., 2017; Bernier et al., 2020). Como complemento, Bento Gonçalves recebeu, em 2021, 1.483.678 visitantes (Prefeitura de Bento Gonçalves, 2022). A cidade possui cinco principais rotas turísticas: Caminhos de Pedra, Cantinas Históricas, Encantos de Eulália, Vale do Rio das Antas e Vale dos Vinhedos. A Rota Caminhos de Pedra obteve o maior número de visitantes neste ano em comparação com outras rotas, alcançando 341.894. Houve um aumento por parte dos turistas em busca de experiências culturais e históricas, muito relacionadas à imigração italiana. Dos visitantes da cidade, 47,96% são de diversas regiões do Rio Grande do Sul, seguidos por 12,16% do estado de São Paulo, 11,97% de Santa Catarina, 6,03% do Paraná, 4,93% do Rio de Janeiro, 2,80% de Minas Gerais, 1,42% do Ceará, 1,37% do Distrito Federal, 1,24% da Bahia, e os demais divididos em 10,2%. Da totalidade de visitantes, a maioria

viajou em família (47,85%), seguida por casais sem filhos (33,72%) e amigos (16,70%) (Prefeitura de Bento Gonçalves, 2022).

O setor da construção civil em Bento Gonçalves é composto por 59 empresas, segundo a Associação das Empresas de Construção Civil (ASCON-Vinhedos), e contava, em julho de 2019, com 2.697 empregados (RAIS), representando 6% do contingente de trabalhadores do município.

5 PERFIL DO CURSO

De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST, 2024), o eixo tecnológico de Gestão e Negócios distingue-se por tecnologias e ações destinadas à gestão, à operação e ao suporte dos processos de produção e de prestação de serviços voltadas às atividades de comercialização, controle contábil, gestão da qualidade, gestão de pessoas, gestão financeira, logística e marketing. Baseia-se em estudos práticos contextualizados e de produção de textos técnicos e científicos, estatística, línguas estrangeiras, ciência e tecnologia, tecnologias sociais, empreendedorismo, inovação, marketing, tecnologias de informação e comunicação, desenvolvimento pessoal, legislação e normas técnicas, saúde e segurança do trabalho, responsabilidade e sustentabilidade socioambiental, qualidade de vida e ética profissional.

Em relação ao Curso Superior de Tecnologia em Logística, o perfil profissional de conclusão aborda atividades como: planejar e gerenciar as operações, os processos logísticos e o fluxo de informações durante a cadeia produtiva; estruturar e definir rotas logísticas considerando os diferentes modais - a saber: aquaviário, que compreende o transporte marítimo, fluvial e lacustre; o terrestre, que inclui o rodoviário, o ferroviário e o dutoviário; e, por último, o modal aéreo; articular processos logísticos em portos, aeroportos e terminais de passageiros nos diferentes modais; gerenciar e supervisionar o recebimento, o armazenamento, a movimentação, a embalagem, a descarga e a alienação de materiais de qualquer natureza; gerenciar e articular sistemas de manutenção, de suprimento, de nutrição e de atividades financeiras (CNCST, 2024).

Além do exposto, para atuação como Tecnólogo em Logística, são fundamentais: conhecimentos em gestão da cadeia de suprimentos, administração de materiais, gestão de pessoas, legislação aplicada à logística e logística reversa; capacidade de gerenciar atividades de transporte, manutenção de estoque, processamento de pedidos, aquisição, embalagem, armazenagem, manuseio de materiais, manutenção de informações e programação de produtos; capacidade de assegurar a sustentabilidade, o atendimento às normas técnicas; liderança de equipes, habilidade de gerir conflitos e solucionar problemas técnicos; e, conhecimentos na área de pesquisa operacional aplicada à logística (CNCST, 2024).

O profissional da área pode trabalhar em diversos modelos de negócios: distribuidoras e centros de distribuição; empresas de encomendas; empresas em geral (indústria, comércio e serviços); portos, aeroportos, terminais de transporte; transportadoras; institutos e centros de pesquisa, assim como instituições de ensino, mediante formação requerida pela legislação vigente (CNCST, 2024).

O Curso Superior de Tecnologia em Logística é presencial, ofertado no turno da noite, nas dependências do *campus* Bento Gonçalves do IFRS. O ingresso no curso é anual, sendo disponibilizadas 35 (trinta e cinco) vagas para novos estudantes. A matriz curricular deste Projeto Pedagógico de Curso tem carga horária total de 1.815 (mil oitocentas e quinze) horas, em

conformidade com o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. O tempo mínimo de integralização deste curso é de 2 (dois) anos e meio e o tempo máximo é de 5 (cinco) anos.

Em consonância com o documento de Organização Didática do IFRS, conforme Resolução CONSUP nº 1/2024-CONSUP-REI, de 23 de janeiro de 2024, a matriz curricular do curso está organizada em regime semestral, constituída por componentes curriculares e estruturada em núcleo básico e tecnológico. A estrutura curricular do curso é composta por componentes curriculares obrigatórios, optativos e extensionistas. Os componentes curriculares obrigatórios são imprescindíveis para que os estudantes possam concluir sua formação. Os componentes curriculares optativos abrangem conteúdos de áreas de interesse do estudante, visando a complementação de sua formação profissional e a flexibilização curricular. Existe, porém, um número mínimo de créditos que o estudante precisa cumprir. Os componentes curriculares extensionistas visam proporcionar ao estudante a oportunidade de interagir com a comunidade externa à Instituição de Ensino, oportunizando ao estudante devolver à sociedade o conhecimento adquirido até o momento no curso.

A estrutura curricular deste Curso assegura a destinação de, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular do curso em programas e/ou projetos de extensão, em conformidade com as Resoluções CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, e do Conselho Superior nº 053, de 16 de agosto de 2022.

Este PPC dispõe de componentes curriculares com carga horária na modalidade de ensino a distância, em conformidade com a Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, e a Instrução Normativa Proen 02/2024 visando permitir ao estudante vivenciar uma modalidade de ensino que desenvolve a organização e a autonomia de aprendizagem, além de possibilitar a flexibilização de seus horários para estudo.

A matriz curricular também está fortemente alinhada com o perfil esperado para o egresso do curso, garantindo que os estudantes sejam preparados para atender as demandas do mercado de trabalho na área de logística, com competências que os habilitem a atuar em diferentes setores da economia, como indústria, comércio e serviços.

CARGA HORÁRIA NA MATRIZ CURRICULAR:

1º semestre: 264 horas (sendo 92 horas EaD)

2º semestre: 363 horas (sendo 82 horas EaD)

3º semestre: 363 horas (sendo 82 horas EaD)

4º semestre: 429 horas (sendo 165 horas EaD)

5º semestre: 396 horas (sendo 115 horas EaD)

6 JUSTIFICATIVA

As cadeias de suprimentos (CS) não são estáticas - elas evoluem, mudam de tamanho, configuração e são influenciadas por fatores do contexto (Pilbeam; Alvarez; Wilson, 2012), assim como variam em relação à forma como são gerenciadas (Maccarthy et al., 2016). A Gestão da Cadeia de Suprimentos (GCS), por sua vez, é descrita como a gestão das relações com fornecedores e clientes, a fim de entregar mais valor ao consumidor, a um custo menor para a cadeia (Christopher, 1998). A GCS busca a integração de todas as partes envolvidas no processo de agregação de valor, visando gerir atividades que transformam as matérias-primas em produtos intermediários e produtos finais, bem como a entrega desses produtos finais aos clientes (Bowersox et al., 2014). As primeiras definições da GCS focaram exclusivamente no movimento físico de bens. A transição do campo foi marcada quando o desenvolvimento dos relacionamentos passou a integrar o conceito (Braziotis et al., 2013).

A Gestão da Cadeia de Suprimentos e a logística são contextos diferentes, visto que a logística é essencialmente a orientação e a estrutura de planejamento que procuram criar um plano único para o fluxo de produtos e de informações ao longo de um negócio, enquanto que a GCS apoia-se nesta estrutura logística para criar vínculos e coordenação entre os processos de todas as organizações que participam do fornecimento deste produto (Christopher, 2009).

Assim sendo, a logística é definida por Lambert e Cooper (2000), com base no *Council of Logistics Management* (CLM) (1998) como parte do processo da cadeia de suprimentos que planeja, implementa e controla a eficiência, fluxo efetivo e armazenamento de mercadorias, serviços, e relaciona informações desde o ponto de origem até o consumidor final a fim de satisfazer às exigências dos clientes.

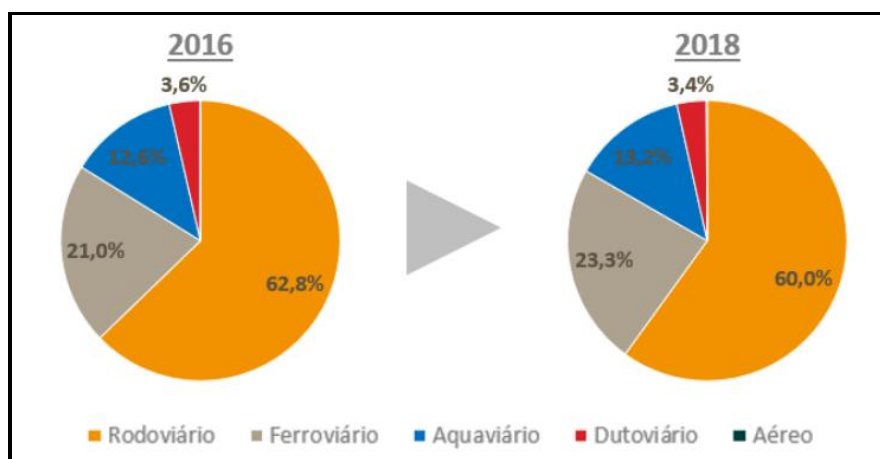
A logística evoluiu significativamente nos últimos anos, principalmente em função da transformação digital. Muitos avanços surgiram nas ciências, robótica e eletrônica, além da popularização da internet, junto à utilização de softwares e dispositivos móveis. A nova Revolução Industrial, descrita como Indústria 4.0, e por consequência, a Logística 4.0 é marcada pelas novas tendências e combinada com importantes novidades tecnológicas, como a Internet das Coisas (IoT), impressoras 3D, Big Data, Analytics, realidade aumentada, e outras tecnologias de vanguarda. Vive-se atualmente a fase da automatização completa do setor fabril e a busca constante pelo aumento da eficiência, utilizando-se principalmente de recursos ciberfísicos, possíveis por conta da IoT (internet das coisas) e da cloud computing (computação em nuvem). O conhecimento e a comunicação são as grandes protagonistas dessa revolução. Dentre as principais tendências da área citam-se: a Inteligência Artificial (IA), a automatização de processos, a ESG (governança ambiental, social e corporativa) e a sustentabilidade, e o monitoramento em tempo real (Santos, 2023).

Outro ponto de destaque é, além da incorporação de tecnologias disruptivas no ambiente dos transportes e logística, “um dos impulsionadores dessa nova dinâmica é o e-commerce nacional e internacional. O transporte de mercadorias, seja para o consumidor final ou para os insumos em cadeias de produção específicas, tende a se aproximar da entrega imediata” (PNL 2035, 2021, p. 100).

Nesse âmbito, embora a logística tenha uma grande amplitude, um dos processos de maior destaque é o transporte. Considerando-se os diferentes modais utilizados em nosso país, a saber: aquaviário (transporte marítimo, fluvial e lacustre); o terrestre (rodoviário, ferroviário e dutoviário); e o aéreo, tem-se que o modal mais utilizado no Brasil é o rodoviário, o qual é responsável pelo transporte de grande parte da produção e dos produtos comercializados no país, desde cargas de grande porte até

pequenas encomendas. Segundo a pesquisa Custos Logísticos no Brasil, da Fundação Dom Cabral (2018), a malha rodoviária era utilizada para o escoamento de 75% da produção no país em 2017, seguida da marítima (9,2%), aérea (5,8%), ferroviária (5,4%), cabotagem (navegação entre portos do mesmo país) (3%) e hidroviária (0,7%) (Resende et al., 2018).

Figura 2: Evolução da matriz de transporte de cargas do Brasil, de 2016 para 2018, em TKUs



Fonte: Cabral Filho (2023, p. 13567, baseado em ILOS, 2023).

TKU (tonelada quilômetro útil): representa o somatório dos produtos das TU (tonelada útil tracionada - total de carga movimentada na malha, no transporte remunerado) tracionadas pelas distâncias de transporte na própria malha, inclusive de tráfego mútuo e de direito de passagem (ANTT, 2023).

No que tange à cabotagem, conceituada como a navegação entre portos ou pontos do território brasileiro utilizando via marítima ou fluvial, sendo um modo de transporte de baixo custo e adequada à estrutura geográfica do país, composta por uma extensa costa marítima e numerosas vias fluviais navegáveis, esse cenário mudou (PNL 2035, 2021). Segundo dados do Plano Nacional de Logística 2035 publicado em 2021, o qual visa traçar uma visão estratégica da rede de transporte no futuro, e avalia o quanto ela está próxima dos objetivos da Política Nacional de Transportes por meio de um sistema de indicadores, atualmente, a cabotagem é responsável por 9% da matriz logística brasileira, aproximadamente. Esse modo de transporte é, porém, considerado uma alternativa promissora para os próximos anos, tendo apresentado taxa média de crescimento de 10% ao ano entre 2010 a 2019, no segmento de contêineres de carga geral. Se considerado o período de janeiro a outubro de 2020, comparado ao mesmo período do ano anterior, a cabotagem já cresceu mais de 14%.

Uma das razões desse aumento é a aprovação do Projeto de Lei nº 4.199/2020 denominado “BR do Mar”, considerando sua relevância e potencial para alterar a matriz modal brasileira, e de alguns trechos ferroviários específicos, que podem ser viabilizados a partir do novo marco legal para autorização de ferrovias, considerando seu potencial de incentivo à exploração dos serviços ferroviários sob regime de autorização. O projeto BR do Mar é uma iniciativa do Ministério da Infraestrutura que tem como objetivo incentivar a cabotagem no país, por meio do aumento de oferta, incentivo à concorrência, redução de custos envolvidos, expansão de rotas e equilíbrio da matriz de transportes brasileira (PNL 2035, 2021, p. 86).

Com o aumento do uso da cabotagem, o governo prevê a redução de custos de frete, que podem ser repassados aos consumidores, e a entrada de novos usuários nessa modalidade. Estimativas

da Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) apontam que atualmente a cabotagem custa em média 60% menos que o modo rodoviário e 40% menos que o ferroviário. “Essa diferença se dá, sobretudo, pelo fato de a cabotagem ser um modo de transporte de alta capacidade e com baixo risco de roubos e avarias na carga, o que permite um ganho de escala, de forma a reduzir o custo unitário” (PNL 2035, 2021, p. 97).

Já em relação à rede de rodovias do Brasil, são 331.807 quilômetros, dos quais 76.454 quilômetros são rodovias federais e, o restante, vias estaduais ou municipais. Em 2019, de acordo com o então Ministério dos Transportes, 12,8% da malha rodoviária federal era administrada por meio de concessões reguladas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), autarquia também vinculada, atualmente (2023), ao Ministério da Infraestrutura (PNL 2035, 2021).

Na rede ferroviária brasileira, informações obtidas a partir do Observatório Nacional de Transporte e Logística – ONTL, os dados do PNL 2035 estão alinhados com o Sistema de Acompanhamento de Fiscalização do Transporte Ferroviário – SAFF/ANTT, permitindo assim, identificar trechos ferroviários e terminais ativos e com movimentação de carga no ano de 2017 (PNL 2035, 2021). Segundo os dados da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), o Brasil ocupa a posição de oitava maior malha do mundo, com cerca de 30 mil quilômetros de extensão. Em 2022, o setor ferroviário de cargas brasileiro mostrou uma redução de 1,2% na movimentação ao transportar pouco mais de 500 milhões de TU (toneladas úteis), em comparação ao movimentado em 2021 (ANTF, 2023).

A participação na matriz de transportes ainda é baixa se comparado a países de dimensões continentais, como Canadá, Índia e China, e mesmo diante de seus pares na América Latina, como México e Argentina (ANTF, 2023). Todavia, “nesses anos de concessão à iniciativa privada, as ferrovias ampliaram a participação na matriz de transporte de cargas do Brasil - que corresponde, de acordo com o PNL 2035, a 21,5% de “*share*” (ANTF, 2023).

A rede do transporte aquaviário do PNL 2035 “foi composta pelas redes de transporte de navegação em vias interiores, navegação lacustre, navegação de cabotagem e navegação de longo curso. Além das vias de navegação, a rede do transporte aquaviário também é composta por 79 portos-cidade, e 103 locais com movimentação de cargas ou pessoas no transporte aquaviário. A extensão das rotas de cabotagem mapeadas para o Ano-Base 2017 foi de 11.007 quilômetros, sendo 8.859 quilômetros de rotas de cabotagem costeira e 2.148 quilômetros de rotas de cabotagem em vias interiores” (PNL 2035, 2021, p. 52).

Em relação ao transporte aéreo, segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), pelo menos 60 aeroportos movimentam cargas no país e contribuem diretamente para as transações comerciais com outros países. De acordo com o Anuário do Transporte Aéreo (ANAC, 2022, p. 4), “o mercado aéreo brasileiro seguiu apresentando recuperação de suas operações no ano de 2022, após a expressiva redução ocorrida em 2020 devido à pandemia de COVID 19. Somando-se os mercados doméstico e internacional, foram realizados cerca de 831 mil voos regulares e não-regulares, representando aumento de 39% com relação a 2021, mas ainda 12% abaixo referente ao nível de 2019”. Observa-se que “o mercado de carga internacional, além de ter sofrido um impacto significativamente menor do que o de passageiros, se recuperou muito rapidamente e seguiu crescendo, superando os números pré-pandemia. Em dezembro de 2022 teve-se um volume de carga internacional 16% superior ao transportado em dezembro de 2019” (ANAC, 2022, p. 10).

Diante do exposto, é evidente que planejar, gerenciar e propor melhorias a uma rede de transportes em um país como o Brasil é um desafio técnico considerável. “Além da dimensão continental, existe uma grande diversidade de vocações territoriais que geograficamente podem aparecer de formas segregadas ou sobrepostas. O território nacional apresenta relevos e ambientes diferentes, tecnologias de transporte em constante evolução, e cadeias de produção e de consumo dinâmicas” (PNL 2035, 2021, p. 13). Assim sendo, o Curso Superior de Tecnologia em Logística, do *campus* Bento Gonçalves, pode auxiliar na formação de um profissional-cidadão capaz de articular as teorias da gestão à prática, construindo conhecimentos, habilidades e atitudes para atuar junto às diferentes organizações, com vistas a atender de maneira mais efetiva possível as especificidades dos setores produtivos, comércio e serviços de nossa região, país e até mesmo no cenário internacional.

De maneira específica, tratando-se da região na qual o Curso está inserido, e no município de Bento Gonçalves, destaca-se que a economia da cidade, é fortemente influenciada pela indústria, agricultura e turismo. Esses setores são diretamente impactados pela logística, dada a necessidade de movimentação de produtos e pessoas dentro e fora da cidade. Bento Gonçalves é um polo industrial, principalmente nos setores de móveis e vinhos. Esses produtos exigem uma logística eficiente para distribuição, tanto no mercado interno quanto externo.

Bento Gonçalves é responsável por uma parte significativa da produção de móveis no Brasil e a logística é crucial para a movimentação desses produtos, que são transportados principalmente por rodovias para outras regiões do Brasil e para exportação. Além disso, o município é um dos maiores produtores de vinho do Brasil. A distribuição desses produtos depende fortemente de uma cadeia logística eficiente para levar os vinhos a mercados nacionais e internacionais, especialmente para países da América Latina, Europa e Estados Unidos. A necessidade de transporte especializado para produtos sensíveis como o vinho (controle de temperatura, por exemplo) também exige atenção à logística. A atividade logística também é importante para a região no que se refere a agricultura, com destaque para a produção de uvas. A logística agrícola envolve a distribuição de insumos (fertilizantes, sementes) para as áreas de cultivo, bem como o transporte das safras de uvas para as vinícolas.

Bento Gonçalves está localizada em uma área de fácil acesso a grandes centros urbanos, o que facilita a movimentação de mercadorias e de turistas. No entanto, a logística na região enfrenta desafios como a dependência das rodovias para o transporte de produtos, já que a malha ferroviária é limitada, e não há um aeroporto comercial próximo. Isso torna o transporte rodoviário a principal via de escoamento dos produtos industrializados e agrícolas da cidade.

A logística se torna fundamental para as melhorias em rodovias e portos. A cidade é servida pela BR-470 e outras rodovias estaduais, que conectam Bento Gonçalves a cidades como Caxias do Sul, Porto Alegre e a outras regiões do país. No entanto, a infraestrutura rodoviária enfrenta problemas como congestionamentos e condições variáveis das estradas, o que pode impactar o tempo e os custos logísticos. A proximidade com o Porto de Rio Grande (na cidade de Rio Grande - aproximadamente 400 km) facilita o escoamento de produtos para exportação. Grande parte da exportação de vinhos e móveis depende desse porto para alcançar mercados internacionais.

O enoturismo é outro dos pilares da economia de Bento Gonçalves. A logística do turismo envolve a gestão do fluxo de visitantes, especialmente em eventos como a Fenavinho, Wine South America, Envase Brasil, Avaliação Nacional de Vinhos, entre outras. Neste contexto, cabe destacar

ainda em relação a relevância da logística para a cidade, uma vez que ela é uma importante exportadora de móveis e vinhos, entre outros produtos, o que demanda uma cadeia logística internacional eficiente. Da mesma forma, com a exportação de vinhos segue uma cadeia logística mais complexa, que envolve não apenas transporte, mas também o cuidado com as condições de armazenamento durante o trânsito.

Por fim, é importante destacar que a logística tem impacto direto nos custos de produção e na competitividade dos produtos de Bento Gonçalves no mercado interno e externo. Melhorias na infraestrutura de transporte e na otimização dos processos logísticos podem aumentar a competitividade da indústria local, reduzindo prazos e custos, tanto para o setor moveleiro quanto para a indústria vinícola.

Em resumo, a relação entre a economia de Bento Gonçalves e a logística é intensa, uma vez que os setores produtivos locais dependem de uma rede de transporte eficiente para garantir a circulação de mercadorias e a atração de turistas. Investimentos em infraestrutura logística são essenciais para o desenvolvimento econômico sustentável da cidade.

Em relação ao mercado de trabalho de Bento Gonçalves, o mesmo é bastante diversificado, com destaque para os setores industrial, agrícola, de serviços e turismo. A cidade é conhecida por sua forte atividade industrial, principalmente no ramo de móveis e vinhos, que impulsionam a geração de empregos. Segundo dados mais recentes, o mercado de trabalho em Bento Gonçalves pode ser dividido nos setores industrial de móveis e vinícola; setor comercial e de serviços; agricultura e turismo. O município apresenta um mercado de trabalho robusto, impulsionado principalmente pela indústria moveleira e vinícola, com um crescimento contínuo no setor de turismo. O cenário de emprego é caracterizado por uma baixa taxa de desemprego em comparação com a média nacional, alta formalidade no mercado de trabalho e uma demanda crescente por profissionais qualificados. O setor de serviços e comércio também tem importante papel, principalmente nas áreas relacionadas ao turismo.

A demanda por profissionais da área de logística em Bento Gonçalves (RS) tem aumentado significativamente, principalmente devido à forte presença industrial e ao desenvolvimento dos setores agrícola e turístico. A cidade, com sua produção expressiva de móveis e vinhos, depende de uma logística eficiente para o escoamento de produtos e gestão de cadeias de suprimento, tanto para o mercado interno quanto para exportações.

Pode destacar que com o crescimento do setor industrial e a contínua expansão do turismo, a expectativa é de que a demanda por profissionais da área de logística continue a crescer em Bento Gonçalves. Novas tecnologias, como gestão automatizada de estoques e sistemas de roteirização, estão sendo implementadas em várias empresas, criando oportunidades para profissionais com conhecimentos em tecnologia aplicada à logística. Assim, pode-se salientar que a área de logística em Bento Gonçalves apresenta boas oportunidades para profissionais com habilidades técnicas e estratégicas, especialmente aqueles que dominam ferramentas de gestão de cadeias de suprimentos, transporte e comércio exterior.

O Curso de Tecnologia em Logística poderá melhorar e manter as condições de emprego da cidade de Bento Gonçalves, que historicamente tem mantido níveis de desemprego abaixo da média nacional devido à forte presença industrial e ao turismo, refletido nos melhores índices de desenvolvimento humano (IDH) do estado do Rio Grande do Sul, o que também reflete a qualidade do emprego e

oportunidades na região. Também é importante enfatizar que o mercado de trabalho em Bento Gonçalves é composto por uma força de trabalho local qualificada, principalmente na área industrial.

Por fim, pode-se dizer que a contribuição do profissional de logística para região está alicerçada nos seguintes pontos: alta demanda por profissionais de logística, especialmente nas indústrias de móveis e vinhos; crescimento da demanda por especialistas em logística internacional, comércio exterior e transporte; necessidade de profissionais qualificados em otimização de processos, roteirização e gestão de estoques; bem como a tecnologia aplicada à logística está criando novas oportunidades na área.

A reestruturação deste Projeto Pedagógico de Curso visa a modificação substantiva na estrutura curricular vigente do curso, motivada pela necessidade de atendimento às novas determinações legais, aprovadas em âmbito nacional e institucional, que estabelecem a Extensão como atividade que se integra à matriz curricular. As atualizações propostas neste PPC visam, também, adequar o perfil do profissional formado com a área de atuação proposta pelo curso, além do atendimento à missão, visão e valores institucionais.

Os procedimentos de reestruturação do Projeto Pedagógico de Curso proposto seguem as diretrizes da Nota Técnica SERES/MEC nº 793, de 12 de maio de 2015, que tem como objetivo prestar esclarecimentos sobre as questões afetas à grade curricular de cursos superiores, do Parecer CNE/CES nº 804, de 5 de dezembro de 2018, que trata consulta da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) ao Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre a aplicabilidade de alterações de grades curriculares de cursos de graduação por Instituições de Ensino Superior (IES), e da Instrução Normativa PROEN nº 02, de 09 de junho de 2016, que regulamenta os procedimentos para a elaboração, reformulação e extinção de Projetos Pedagógicos de Cursos no âmbito do IFRS e seus respectivos fluxos.

7 PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA DO CURSO

Esta seção apresenta informações sobre a organização político pedagógica do curso, fornecendo detalhes dos objetivos de ensino, estrutura curricular, interação entre estudantes, docentes e Instituição.

7.1 OBJETIVO GERAL

O Curso Superior de Tecnologia em Logística do *campus* Bento Gonçalves do IFRS tem como objetivo geral proporcionar aos seus egressos uma formação tecnológica no eixo da Gestão e Negócios, com foco em conhecimentos logísticos, integrando pressupostos teóricos e aspectos práticos, com atuação inovadora e empreendedora nas diversas cadeias de suprimentos da região de atuação do *campus* e, também, nacional e internacionalmente.

7.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Visando atender às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos superiores de tecnologia instituídas na Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002, e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), aprovado pela Portaria MEC nº 514, de 4 de junho de 2024, os objetivos específicos deste curso são:

- I. Possibilitar ao estudante do curso o desenvolvimento de competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, relacionadas à cadeia de suprimentos, com ênfase na logística;
- II. Incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho, de forma responsável, criativa e crítica;
- III. Incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos, na busca de soluções de problemas de acordo com as demandas e peculiaridades regionais, sem deixar de interagir com o mercado globalizado;
- IV. Propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da área da gestão e negócios;
- V. Promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;
- VI. Adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos, assim como o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação – TICS;
- VII. Promover a eliminação de barreiras atitudinais, programáticas, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação, contribuindo para a promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnico-racial, de gênero e de necessidades específicas, e para a defesa dos direitos humanos, com

acesso a temas transversais como: Educação Ambiental, Direitos Humanos, Inclusão, Educação das Relações Étnico-Raciais, Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.

7.3 ÁREAS DE ATUAÇÃO

O Curso Superior de Tecnologia em Logística do *campus* Bento Gonçalves do IFRS, em consonância com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, foi concebido e estruturado para proporcionar uma formação de tecnólogo que possa atuar nas seguintes áreas:

- Distribuidoras e Centros de distribuição;
- Empresas de encomendas;
- Empresas em geral (indústria, comércio e serviços);
- Portos, Aeroportos, Terminais de transporte;
- Transportadoras;
- Institutos e Centros de Pesquisa;
- Instituições de Ensino, mediante formação requerida pela legislação vigente.

7.4 PERFIL DO EGRESSO

O Projeto Pedagógico de Curso proposto segue as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Tecnologia e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Os componentes curriculares que compõem a matriz do curso estão articulados, em uma perspectiva interdisciplinar, ensejando ao estudante a formação de uma base de conhecimentos científicos e tecnológicos em gestão e operações, contribuindo para uma qualificada formação técnico-científica e cidadã dos estudantes egressos.

O perfil do profissional, egresso do Curso, conta com características em termos de habilidade, conhecimentos e atitudes a nível estratégico, tático e operacional. No que tange às competências estratégicas, deverá ser capaz de transitar e conhecer aspectos da tomada de decisões relativas à gestão estratégica e operações logísticas, desde o fornecedor até o cliente final. Concernente às competências táticas, o egresso deverá estar preparado para negociação, flexibilidade e articulação entre os setores estratégicos e operacionais das organizações. No que diz respeito às competências operacionais, necessitará ser capaz de conhecer os custos das partes dos processos e do todo, dominar os sistemas de informação, trabalhar em equipe, racionalizar os espaços e as movimentações (modalidades de transporte, legislações pertinentes nacionais e internacionais) e saber racionalizar as armazenagens (materiais, produtos semielaborados e finais) mais adequadas aos diferentes tipos de produtos.

Além das competências descritas anteriormente, o profissional deverá ser capaz de articular os conhecimentos teóricos e práticos no âmbito da logística, de forma crítica e na solução de problemas, com vistas a:

- I. Gerenciar as operações e processos logísticos;
- II. Promover a segurança das pessoas, dos meios de transporte, dos equipamentos e cargas;
- III. Articular e atender clientes, fornecedores, parceiros e demais agentes das mais variadas cadeias de suprimentos com visão estratégica;
- IV. Elaborar documentos de gestão e controles logísticos;
- V. Estruturar e definir rotas logísticas, considerando os diferentes modais;
- VI. Articular processos logísticos em portos, aeroportos e zonas de fronteira terrestres e seus diferentes modais, bem como as tecnologias envolvidas nestes processos;
- VII. Gerenciar e supervisionar o recebimento, o armazenamento, a movimentação, a embalagem, a descarga e a alienação de materiais de qualquer natureza;
- VIII. Gerenciar o sistema logístico e sua viabilidade financeira;
- IX. Gerenciar e articular sistemas de manutenção, de suprimento e de atividades financeiras;
- X. Avaliar e emitir parecer técnico em sua área de formação.

Além da formação tecnológica, o curso estimula o relacionamento interpessoal, o trabalho em equipe, a colaboração e a inovação e o empreendedorismo, através de bases comportamentais e formação cidadã, presentes nos diversos componentes curriculares do Curso. Ter uma visão holística e humanista, ser crítico, reflexivo, criativo, cooperativo, ético e com forte formação técnica; adotar perspectivas multidisciplinares e transdisciplinares em sua prática; e, atuar com isenção e comprometimento com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável, a saber: social, ambiental e econômico. Adicionalmente, o curso está diretamente alinhado ao perfil profissional esperado para atuar no setor logístico da região da Serra Gaúcha, onde se localiza o *campus*, proporcionando uma forte conexão com as demandas do mercado local. Essa ligação facilita a integração dos egressos no mercado de trabalho, através de visitas técnicas, palestras e eventos que ocorrem ao longo do curso, preparando os estudantes para a empregabilidade imediata após a conclusão.

7.5 DIRETRIZES E ATOS OFICIAIS

Nesta seção são apresentadas as legislações vigentes que precisam ser consideradas na atualização ou constituição de Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) superiores. O Curso Superior de Tecnologia em Logística foi aprovado conforme os seguintes atos legais:

- Ato de autorização do Curso: Resolução CONSUP n.º 009 de 26 de junho de 2008, que ratifica a Resolução de aprovação do PPC do Curso CONSUP n.º 005, de 30 de maio de 2008 (Conselho Diretor do CEFET de Bento Gonçalves);
- Ato de reconhecimento do Curso: Portaria MEC n.º 12, de 02 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 06 de março de 2012.
- Ato de renovação do Curso: Portaria MEC n.º 705, de 18 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 19 de dezembro de 2013; Portaria Seres MEC n.º 271, de 03 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 04 de abril de 2017;

Portaria Seres MEC n.º 209, de 25 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 07 de julho de 2020.

Além do disposto, o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Logística está em consonância com a legislação que versa sobre os Cursos Superiores de Tecnologia no Brasil, a saber:

- Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional;
- Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;
- Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras Providências;
- Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes;
- Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências;
- Lei n.º 12.605, de 03 de abril de 2012, que determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas;
- Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e dá outras providências;
- Lei n.º 13.425, de 30 de março de 2017, que estabelece diretrizes gerais e ações complementares sobre prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público;
- Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000;

- Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Portaria MEC nº 514, de 4 de junho de 2024, que aprova a 4ª edição do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia - CNCST e a incorporação de Áreas Tecnológicas aos Eixos Tecnológicos do CNCST e do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT;
- Portaria MEC Nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- Resolução CNE/CP nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira;
- Resolução CNE/CP nº 1 de 5 janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica;
- Resolução CONSUP nº 053, de 16 de agosto de 2022. Aprova as alterações na Regulamentação da Curricularização da Extensão do IFRS, conforme a Resolução nº 22, de 26/04/2022;
- Instrução Normativa conjunta Proen/Proex nº 02/2024, de 28 de junho de 2024. Estabelece os fluxos e procedimentos de submissão, aprovação, validação e registro de ações de extensão nos componentes curriculares dos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul e revoga a Instrução Normativa PROEX/PROEN IFRS Nº 01, de 29 de abril de 2024;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, conforme Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e nº 11.645, de 10 de março de 2008, que alteram a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e pela Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004;
- Política Nacional de Extensão Universitária, de maio de 2012, do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras-FORPROEX.

7.6 FORMAS DE ACESSO AO CURSO

O Ministério da Educação (MEC) determina, conforme Portaria MEC nº 391, de 7 de fevereiro de 2002, a necessidade de realização de prova ou então a utilização da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para o ingresso em cursos superiores. Em atendimento a essa normativa, a forma de ingresso no Curso Superior de Tecnologia em Logística do *campus* Bento Gonçalves do IFRS ocorre anualmente por meio das notas obtidas pelos candidatos no Enem ou por Processo Seletivo próprio do IFRS, em conformidade com a legislação vigente, a Política de Ações Afirmativas e a Política de Ingresso Discente do IFRS e demais diretrizes dispostas na Organização Didática do IFRS. As formas de acesso

aos cursos do IFRS, além de outras informações sobre o processo seletivo, são amplamente divulgadas em edital próprio do IFRS. Estão aptos a ingressar no curso os candidatos que tenham concluído o ensino médio antes do período de matrícula.

As solicitações de transferência ou reingresso devem ser encaminhadas à Coordenadoria de Registros Acadêmicos, de acordo com a Organização Didática do IFRS. Assim, em observância ao número de vagas disponíveis no curso, serão aceitas transferências de estudantes de outras IES e ingresso de diplomados e os interessados deverão ser apresentados à matriz curricular em vigor e às normas didático-pedagógicas do IFRS, vedando-se a invocação posterior de desconhecimento. Esse processo é amplamente divulgado em edital próprio do *campus*, por meio de diversos canais, como o site institucional, e nele são apresentados os prazos por meio de um cronograma, quantitativo de vagas e demais orientações sobre inscrição, classificação, recursos, pré-matrícula e aconselhamento de matrícula, assim como outras informações pertinentes.

O regime de matrícula é semestral por componente curricular. Os estudantes ingressantes ficam obrigados a matricular-se em todos os componentes curriculares oferecidos para o primeiro período letivo do Curso. Os procedimentos acadêmicos referentes ao ingresso, matrícula e sua renovação, cancelamento, trancamento, transferência e reingresso estão normatizados pela Organização Didática do IFRS.

7.7 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO

O Curso Superior de Tecnologia em Logística está fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no projeto Político Pedagógico Institucional (PPI), no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e na Organização Didática (OD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Em consonância com os princípios filosóficos, pedagógicos e legais os quais subsidiam a organização dos cursos superiores de tecnologia definidos pelo Ministério da Educação, a estrutura curricular do Curso Superior de Tecnologia em Logística tem o intuito de conduzir a um fazer pedagógico aliado com a práxis, onde atividades como experimentos laboratoriais, seminários, visitas técnicas e desenvolvimento de projetos estão presentes de uma forma verticalizada no decorrer do curso.

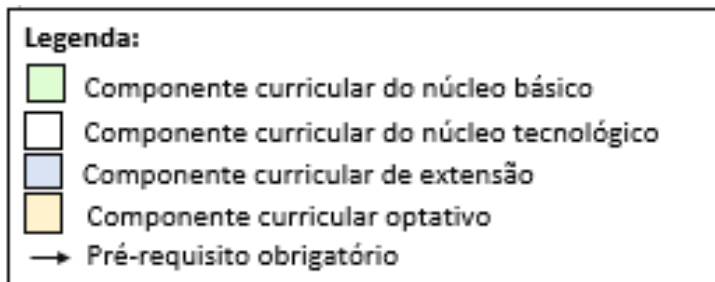
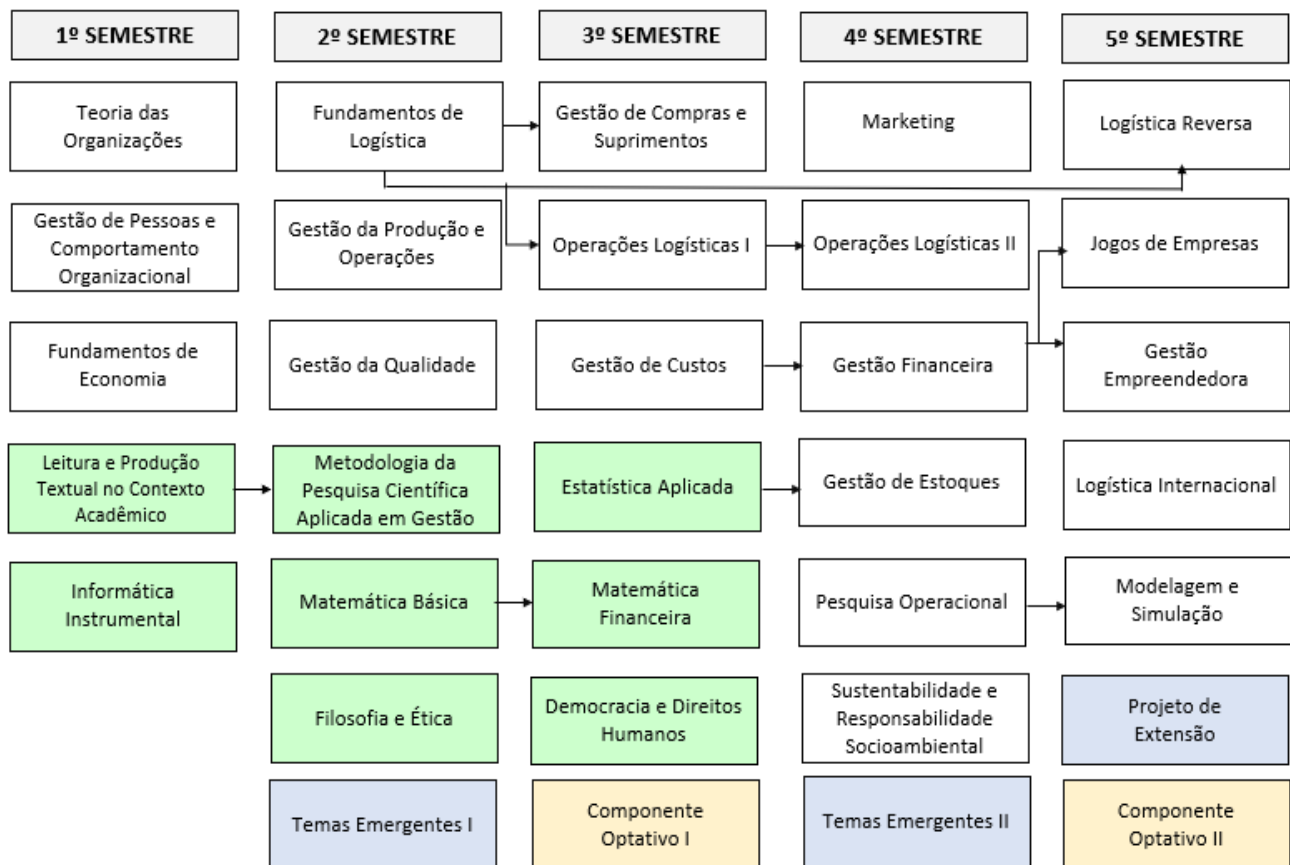
Os elementos que estruturam a organização curricular deste Curso estão essencialmente pautados na flexibilidade curricular, na interdisciplinaridade, na contextualização, em metodologias, tecnologias ativas de ensino-aprendizagem e na práxis como base da construção do conhecimento, principalmente quando nos referimos às modalidades de avaliação e em atividades de ensino, pesquisa e extensão. As ações de pesquisa do *campus* Bento Gonçalves constituem um processo educativo para a investigação, objetivando a produção, a inovação e a difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, artístico-culturais e desportivos, articulando-se ao ensino e à extensão e envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, ao longo de toda a formação profissional, com vistas ao desenvolvimento social, tendo como objetivo incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seu orçamento recursos

para esse fim. Neste sentido, são desenvolvidas ações de apoio à iniciação científica, a fim de despertar o interesse pela pesquisa e instigar os estudantes na busca de novos conhecimentos.

As ações de extensão constituem um processo educativo, científico, artístico-cultural e desportivo que se articula ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, com o objetivo de intensificar uma relação transformadora entre o campus Bento Gonçalves e a sociedade. Tem por objetivo geral incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de extensão, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seu orçamento recursos para esse fim. Durante o desenvolvimento desse Projeto Pedagógico de Curso, também se considerou a importância deste futuro tecnólogo desenvolver a consciência do seu papel na sociedade como profissional e cidadão. Exercendo, desta forma, suas funções com ética, responsabilidade e criatividade, sendo um agente ativo nas transformações políticas e socioeconômicas cada vez mais presentes em nosso mundo globalizado, estando sempre apto e motivado a liderar e/ou participar de equipes multidisciplinares, apontar soluções de curto, médio e longo prazo, considerando necessidades dos arranjos locais.

7.8 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

Figura 3: Representação gráfica do perfil de formação



Os componentes curriculares são apresentados em 5 semestres letivos, considerando o itinerário formativo e a sequência de construção dos saberes e carga horária. A Figura 3 apresenta a distribuição dos componentes curriculares nos semestres, identificando-os conforme sua formação, co-requisitos e pré-requisitos obrigatórios.

7.9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

A organização curricular do Curso Superior de Tecnologia em Logística observa as determinações legais presentes na Organização Didática do IFRS, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico, nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional, no Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, na Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002, e no Parecer CNE/CP nº 29, de 3 de dezembro de 2002.

O presente Projeto Pedagógico de Curso, neste contexto, possui estrutura curricular semestral, sendo os conteúdos ministrados na forma de componentes curriculares ofertados nos períodos letivos previstos no Calendário Acadêmico. O estudante deve completar, com aprovação, a carga horária definida para o curso, atender às demais exigências curriculares e cumprir com o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), enquanto componente curricular obrigatório, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. O estudante pode escolher a ordem em que pretende cursar os componentes curriculares do curso, observando o período de oferta e os pré-requisitos destes.

Em consonância com a orientação disposta no documento de Organização Didática do IFRS, os componentes curriculares que compõem este Projeto Pedagógico de Curso são organizados em dois núcleos: básico e tecnológico. O núcleo básico abrange os conteúdos das áreas conexas e que complementam a formação do egresso, proporcionando aos estudantes conhecimentos e habilidades nas áreas de linguagens e códigos, ciências humanas, matemática e ciências da natureza, vinculados à educação superior como elementos essenciais para a formação humanística e o desenvolvimento profissional do cidadão. O núcleo tecnológico abrange os conteúdos da área de conhecimento central do curso, tendo como subsídio o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia e a legislação profissional.

Este Projeto Pedagógico de Curso assegura a destinação de, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular do curso em programas e/ou projetos de extensão, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social, estando em conformidade com as Resoluções MEC/CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, e do Conselho Superior nº 053, de 16 de agosto de 2022, que aprova as alterações nas diretrizes e procedimentos para a implantação e desenvolvimento da Curricularização da Extensão para cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. A integração das atividades de extensão à matriz curricular deste PPC ocorre por meio da oferta de componentes curriculares específicos de extensão, inseridos na estrutura da matriz curricular do curso e cuja carga horária é totalmente

destinada ao cumprimento de atividades de extensão pelos estudantes. Nestes componentes curriculares devem ser desenvolvidas atividades que:

- Sejam articuladas com a pesquisa e o ensino;
- Garantam o protagonismo estudantil;
- Desenvolvam-se através do contato com a comunidade externa;
- Permitam uma relação dialógica e transformadora do conhecimento científico;
- Contribuam para a melhora dos indicadores sociais locais e regionais.

O presente PPC oferta componentes curriculares na modalidade presencial e semipresencial em sua matriz curricular, estando em conformidade com a Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, e a Instrução Normativa PROEN nº 06, de 02 de agosto de 2022. Os componentes curriculares ofertados na modalidade semipresencial são desenvolvidos em momentos presenciais e a distância, objetivando permitir ao estudante vivenciar uma modalidade que desenvolve a organização e a autonomia de aprendizagem, além de oportunizar aos mesmos flexibilizarem seus horários para estudo.

7.9.1 MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Logística tem carga horária total de 1.815 (mil oitocentas e quinze) horas, em conformidade com o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. O tempo mínimo de integralização deste curso é de 2 (dois) anos e meio e o tempo máximo é de 5 (cinco) anos. A Tabela 1 apresenta os componentes curriculares que compõem a Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Logística do *campus* Bento Gonçalves do IFRS.

Tabela 1: Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Logística

| SEM. | COMPONENTE CURRICULAR | CARGA HORÁRIA (HORA-RELÓGIO) | | | | CARGA HORÁRIA (HORA-AULA) | PERÍODOS SEMANAIS | PRÉ-REQUISITOS | CO-REQUISITOS |
|--|---|------------------------------|------------|-----------|------------|---------------------------|-------------------|----------------------------|---------------|
| | | TOTAL | PRESENCIAL | | EaD | TOTAL | | | |
| | | | ENSINO | EXTENSÃO | | | | | |
| 1º | Teoria das Organizações | 66 | 50 | 0 | 16 | 80 | 4 | Não há | Não há |
| | Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional | 66 | 33 | 0 | 33 | 80 | 4 | Não há | Não há |
| | Fundamentos de Economia | 66 | 33 | 0 | 33 | 80 | 4 | Não há | Não há |
| | Leitura e Produção Textual no Contexto Acadêmico | 33 | 33 | 0 | 0 | 40 | 2 | Não há | Não há |
| | Informática Instrumental | 33 | 23 | 0 | 10 | 40 | 2 | Não há | Não há |
| | CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE | 264 | 172 | 0 | 92 | 320 | 16 | | |
| 2º | Fundamentos de Logística | 66 | 33 | 0 | 33 | 80 | 4 | Não há | Não há |
| | Gestão da Produção e Operações | 66 | 33 | 0 | 33 | 80 | 4 | Não há | Não há |
| | Gestão da Qualidade | 33 | 17 | 0 | 16 | 40 | 2 | Não há | Não há |
| | Metodologia da Pesquisa Científica Aplicada em Gestão | 33 | 33 | 0 | 0 | 40 | 2 | Leitura e Produção Textual | Não há |
| | Matemática Básica | 66 | 66 | 0 | 0 | 80 | 4 | Não há | Não há |
| | Filosofia e Ética | 33 | 33 | 0 | 0 | 40 | 2 | Não há | Não há |
| | Temas Emergentes I | 66 | 0 | 66 | 0 | 80 | 4 | Não há | Não há |
| CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE | 363 | 215 | 66 | 82 | 440 | 22 | | | |
| 3º | Gestão de Compras e Suprimentos | 66 | 33 | 0 | 33 | 80 | 4 | Fundamentos de Logística | Não há |
| | Operações Logísticas I | 66 | 50 | 0 | 16 | 80 | 4 | Fundamentos de Logística | Não há |
| | Gestão de Custos | 66 | 33 | 0 | 33 | 80 | 4 | Não há | Não há |
| | Estatística Aplicada | 66 | 66 | 0 | 0 | 80 | 4 | Não há | Não há |
| | Matemática Financeira | 33 | 33 | 0 | 0 | 40 | 2 | Matemática Básica | Não há |
| | Democracia e Direitos Humanos | 33 | 33 | 0 | 0 | 40 | 2 | Não há | Não há |
| | Componente Optativo I | 33 | 33 | 0 | 0 | 40 | 2 | Não há | Não há |
| CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE | 363 | 281 | 0 | 82 | 440 | 22 | | | |
| 4º | Marketing | 66 | 33 | 0 | 33 | 80 | 4 | Não há | Não há |
| | Operações Logísticas II | 66 | 33 | 0 | 33 | 80 | 4 | Operações Logísticas I | Não há |
| | Gestão Financeira | 66 | 33 | 0 | 33 | 80 | 4 | Gestão de Custos | Não há |

| SEM. | COMPONENTE CURRICULAR | CARGA HORÁRIA (HORA-RELÓGIO) | | | | CARGA HORÁRIA (HORA-AULA) | PERÍODOS SEMANAIS | PRÉ-REQUISITOS | CO-REQUISITOS |
|-------------------------------------|--|------------------------------|--------------|-------------|-------------|---------------------------|-------------------|--------------------------|---------------|
| | | TOTAL | PRESENCIAL | | EaD | TOTAL | | | |
| | | | ENSINO | EXTENSÃO | | | | | |
| 4° | Gestão de Estoques | 66 | 33 | 0 | 33 | 80 | 4 | Estatística Aplicada | Não há |
| | Pesquisa Operacional | 66 | 33 | 0 | 33 | 80 | 4 | Não há | Não há |
| | Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental | 33 | 33 | 0 | 0 | 40 | 2 | Não há | Não há |
| | Temas Emergentes II | 66 | 0 | 66 | 0 | 80 | 4 | Não há | Não há |
| | CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE | 429 | 198 | 66 | 165 | 520 | 26 | | |
| 5° | Logística Reversa | 33 | 17 | 0 | 16 | 40 | 2 | Fundamentos de Logística | Não há |
| | Jogos de Empresas | 66 | 33 | 0 | 33 | 80 | 4 | Gestão Financeira | Não há |
| | Gestão Empreendedora | 66 | 33 | 0 | 33 | 80 | 4 | Gestão Financeira | Não há |
| | Logística Internacional | 66 | 66 | 0 | 0 | 80 | 4 | Não há | Não há |
| | Modelagem e Simulação | 66 | 33 | 0 | 33 | 80 | 4 | Pesquisa Operacional | Não há |
| | Projeto de Extensão | 66 | 0 | 66 | 0 | 80 | 4 | Não há | Não há |
| | Componente Optativo II | 33 | 33 | 0 | 0 | 40 | 2 | Não há | Não há |
| | CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE | 396 | 215 | 66 | 115 | 480 | 24 | | |
| CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO | | 1.815 | 1.081 | 198 | 536 | 2.200 | 110 | | |
| PERCENTUAL (%) | | 100 | 59,6 | 10,9 | 29,5 | | | | |

ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, componente curricular obrigatório para a conclusão do curso, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

Os componentes optativos são aqueles que abordam os conhecimentos considerados complementares à formação do egresso. O discente deverá cumprir a carga horária optativa mínima de 66 horas-aula. Para tanto, este poderá escolher, dentre um elenco específico de componentes curriculares indicados nesta estrutura curricular, aqueles que mais se adequem aos seus interesses profissionais. A Tabela 2 apresenta os componentes curriculares optativos que constam na Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Logística do *campus* Bento Gonçalves do IFRS. Cabe salientar que alguns destes são equivalentes com outros componentes curriculares constantes na matriz curricular de outros cursos superiores oferecidos pelo *campus* Bento Gonçalves do IFRS.

Tabela 2: Componentes curriculares optativos da nova matriz curricular

| MATRIZ CURRICULAR - COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS | | | |
|---|-------------------------------------|----------------------------------|--------------------------|
| COMPONENTE | CARGA HORÁRIA (HORA-RELÓGIO) | CARGA HORÁRIA (HORA-AULA) | PERÍODOS SEMANAIS |
| Logística para Eventos | 33 | 40 | 2 |
| Seminário em Economia | 33 | 40 | 2 |
| Tecnologia e Sociedade | 33 | 40 | 2 |
| Língua Brasileira de Sinais | 33 | 40 | 2 |
| Introdução à Educação a Distância | 33 | 40 | 2 |
| Educação em Direitos Humanos | 33 | 40 | 2 |

A Tabela 3 apresenta uma síntese da Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Logística do *campus* Bento Gonçalves do IFRS.

Tabela 3: Síntese da matriz curricular

| SÍNTESE DA MATRIZ CURRICULAR | | |
|--|-------------------------------------|---|
| ATIVIDADES | CARGA HORÁRIA (HORA-RELÓGIO) | PERCENTUAL DA CARGA HORÁRIA (HORA-RELÓGIO) |
| Extensão | 198 | 10,9 |
| EaD | 536 | 29,5 |
| Demais componentes obrigatórios | 1.015 | 56,0 |
| Componentes optativos | 66 | 3,6 |

7.9.2 PRÁTICA PROFISSIONAL

De acordo com a Organização Didática do IFRS via Resolução nº 1/2024-CONSUP-REI, em seu art. 15º, as estruturas curriculares devem conter atividades de prática profissional vinculadas aos componentes curriculares. A norma define prática profissional em seu art. 212º como um procedimento didático-pedagógico que articula os saberes apreendidos nas atividades educativas formais, específicos de cada área de formação e dos diferentes níveis de ensino, com os saberes do

mundo do trabalho, de modo que promova o aperfeiçoamento técnico, científico, tecnológico e cultural dos estudantes, bem como contribua com a sua formação para a cidadania.

Apesar da obrigatoriedade reafirmada pelo art. 211º, não se faz necessário o detalhamento da carga horária de prática na matriz curricular no presente Curso Superior de Tecnologia em Logística, uma vez não haver a previsão destas práticas nas diretrizes curriculares. Ainda assim, cabe mencionar que neste Projeto Pedagógico de Curso, os componentes curriculares, a abranger aqueles destinados à curricularização da extensão, envolverão aspectos de prática profissional no decorrer do curso de forma inclusa. Esta dimensão, desta forma, poderá ser desenvolvida por meio das seguintes atividades, articuladas ou não: atividades em laboratório; oficinas; eventos; projetos; visitas técnicas; e, demais atividades que envolvam aplicação de conhecimentos; além do estágio não obrigatório conforme disponibilidade e interesse do estudante.

7.10 PROGRAMA POR COMPONENTES CURRICULARES

Esta seção apresenta detalhes sobre os conteúdos dos componentes curriculares obrigatórios e optativos para o desenvolvimento do perfil profissional do egresso.

7.10.1 COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

A seguir são apresentados os componentes curriculares obrigatórios, ou seja, aqueles que abordam os conhecimentos considerados essenciais e indispensáveis para uma formação básica e profissionalizante do egresso.

7.10.1.1 PRIMEIRO SEMESTRE

| | | | |
|--|---|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Teoria das Organizações | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 66 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 50 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 16 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Não há pré-requisitos | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Proporcionar aos estudantes do Curso Superior de Tecnologia em Logística o conhecimento acerca das principais teorias organizacionais e suas relações com a gestão na atualidade, demonstrando a relação da teoria com a prática cotidiana das organizações e propiciando reflexões sobre os processos organizacionais e a compreensão de suas inter-relações com a logística e a sociedade. | | |
| EMENTA | A importância da aplicação da gestão nas organizações; As organizações como objeto de estudo; Os processos administrativos; Fundamentos da estratégia empresarial; Evolução do pensamento administrativo e principais teorias organizacionais. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>BARROS NETO, J. P. (org.). Administração: fundamentos da administração empreendedora e competitiva. São Paulo: Atlas, 2018. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597016284</p> <p>HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. Administração estratégica: competitividade e globalização - conceitos. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788522127986.</p> <p>MAXIMIANO, A. C. A. Introdução à teoria geral da administração. 3. ed., São Paulo: Atlas, 2015. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788522495559.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>BESSANT, J.; TIDD, J. Inovação e empreendedorismo. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788582605189.</p> <p>CHIAVENATO, I. Administração para todos: ingressando no mundo da gestão de negócios. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2021. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9786559770380.</p> <p>MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. G. Teoria geral da administração. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2021. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9786555583885.</p> <p>ROCHA, A. G. F. Planejamento e gestão estratégica. 2. ed. São Paulo: Editora Pearson, 2018. 213 p. ISBN 9788543025759.</p> <p>VIZEU, F. Teorias da administração: origem, desenvolvimento e implicações. Editora Intersaberes, 2019. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788522701513.</p> | | |

| | | | |
|--|--|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 66 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 33 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 33 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Não há pré-requisitos | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Possibilitar aos estudantes condições de reconhecer os modelos de Gestão de Pessoas e seus respectivos processos e práticas, bem como as relações e interdependências comportamentais que ocorrem em seu contexto. | | |
| EMENTA | A Gestão de Pessoas nas organizações: conceitos e função. Rotinas e Processos enquanto políticas e práticas Gestão de Pessoas em articulação com a estratégia organizacional. Análise do comportamento organizacional no nível individual, grupal e organizacional, bem como da interação entre indivíduo e organização. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>LACOMBE, F. Recursos humanos princípios e tendências. 3. ed. São Paulo: Saraiva, Uni, 2020 (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788571441262.</p> <p>LEITE, L. S. Psicologia comportamental. 1. ed. São Paulo: Erica, 2020 (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788536533018.</p> <p>ROBBINS, S. P. Lidere & inspire: a verdade sobre a gestão de pessoas. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788502638129.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>BANOV, M. R. Comportamento organizacional melhorando o desempenho e o comprometimento no trabalho. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2019. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597019995.</p> <p>DA LUZ, P. As organizações são como as árvores. 1. ed. São Paulo: Editora Labrador, 2022. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9786556251844.</p> <p>LACOMBE, F. J. M.; HEILBORN, G. L. J. Administração: princípios e tendências. 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788502634480.</p> <p>PEREIRA, M. C. B. RH essencial gestão estratégica de pessoas e competências. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788571440944.</p> <p>VASCONCELLOS, M. Inovação pelas pessoas o caminho para o sucesso das organizações. 1. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9786555205572.</p> | | |

| | | | |
|--|---|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Fundamentos de Economia | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 66 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 33 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 33 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Não há pré-requisitos | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Desenvolver a capacidade crítica dos estudantes sobre questões econômicas e sociais, compreendendo o papel dos agentes econômicos, a dinâmica dos mercados e os conceitos fundamentais da micro e macroeconomia. | | |
| EMENTA | Conceitos introdutórios de Economia: a lei da escassez, a fronteira de possibilidade de produção, <i>tradeoffs</i> e custo de oportunidade; o método de análise econômica. Agregados macroeconômicos: produto, renda e despesa; fluxo circular da Renda; PIB. Sistema econômico: economia de mercado e economia centralizada. Sistema monetário: moeda, inflação e taxa de juros. Governo e Economia: tributos e gastos governamentais; externalidades; bens públicos. Estruturas de Mercado: concorrência perfeita, concorrência monopolística, oligopólio e monopólio. Microeconomia: oferta e demanda, equilíbrio de mercado, formação do preço, elasticidade-preço da demanda; Teoria da Produção e Teoria da Empresa. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>MANKIWI, N. G. Introdução à economia. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2010. 838 p. ISBN 9788522107056.</p> <p>PARKIN, M. Economia. 8. ed. São Paulo: Editora Pearson, 2009. 832 p. ISBN 9788588639324.</p> <p>TROSTER, R. L. Introdução à economia. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002. 404 p.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>BAUMANN, R. Economia internacional: teoria e experiência brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.</p> <p>FERREIRA, M. Manual básico de análise econômica. Curitiba, PR: Editora Intersaberes 2019. 408 p. ISBN 9788522701179.</p> <p>IZIDORO, C. Economia e mercado. 2. ed. São Paulo: Editora Pearson, 2019. 225 p. ISBN 9788570160584.</p> <p>SCHWARTSMAN, A. Economia no cotidiano: Decifra-me ou te devoro. São Paulo: Editora Contexto, 2020. 128 p. ISBN 9786555410273.</p> <p>SILVA, A. O. Introdução à economia e gestão. São Paulo: Editora Pearson, 2016. 155 p. ISBN 9788543019185.</p> <p>SOUZA, J. M. Economia brasileira. 2. ed. IZIDORO Editora Pearson 2019. 227 p. ISBN 9788570160577.</p> <p>VASCONCELLOS, M. A. S. Economia fácil. São Paulo: Saraiva, 2015. ISBN 9788502634473.</p> <p>VASCONCELLOS, M. A. S.; ENRIQUEZ GARCIA, M. Fundamentos de economia. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 332 p. ISBN 9788502137257.</p> | | |

| | | | |
|--|--|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Leitura e Produção Textual no Contexto Acadêmico | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 33 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 33 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 0 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Não há pré-requisitos | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Desenvolver competências linguísticas e discursivas na leitura e na produção de textos orais e escritos do mundo acadêmico. | | |
| EMENTA | Leitura, interpretação e produção de textos. Coesão e coerência textual. Texto dissertativo de caráter científico. Gramática aplicada aos textos. Gêneros textuais acadêmicos identificados com o perfil profissional do Curso: resumo, resenha, artigo científico e relatório. Citações e referências. Comunicação oral: expressão verbal e corporal; adequação da fala ao público; uso de recursos tecnológicos. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.</p> <p>INFANTE, U. Do texto ao texto: curso prático de leitura e redação. São Paulo: Scipione, 2008.</p> <p>PLATÃO, F.; FIORIN, J. L. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>ANTUNES, I. Aula de Português: encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2010.</p> <p>FARACO, C. A.; TEZZA, C. Oficina de texto. 7. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2009.</p> <p>HENRIQUES, C. C. A nova ortografia: o que muda com o acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.</p> <p>KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; PAVANI, C. F. Prática Textual: atividades de leitura e escrita. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.</p> <p>MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> | | |

| | | | |
|--|--|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Informática Instrumental | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 33 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 23 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 10 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Não há pré-requisitos | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Capacitar os estudantes na utilização de recursos computacionais, aplicativos de edição de textos, criação de planilhas eletrônicas, apresentação com slides e navegação na internet. | | |
| EMENTA | Uso do ambiente virtual de ensino e aprendizagem e definições iniciais sobre Educação a Distância; Introdução à informática e a internet; Utilização de aplicativos de escritório: editor de texto, apresentação de slides e planilhas eletrônicas. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>BARRIVIERA, R.; OLIVEIRA, E. D. Introdução à informática. Curitiba: Livro Técnico, 2012. 152 p.</p> <p>BEHAR, P. A. Competências em educação a distância. Porto Alegre: Penso, 2013.</p> <p>BORGES, K. N. R. LibreOffice para leigos: facilitando a vida no escritório. 144 p.</p> <p>DO NASCIMENTO JOÃO, B. Informática aplicada. 2. ed. Editora Pearson, 2019. 179 p.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>ALMEIDA, M. G. Automação de escritórios com office 2000. Rio de Janeiro, RJ: Brasport, 2000. 174 p.</p> <p>CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à informática. 8. ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2004. xv, 350 p.</p> <p>CAIÇARA JUNIOR, C.; WILDAUER, E. W. Informática instrumental. Editora Intersaberes, 2013. 396 p.</p> <p>DUPREY, B. et al. Guia Calc: Capítulo 1: Introdução ao Calc: usando planilhas no LibreOffice. 2011. 36 p.</p> <p>MANZANO, A. L. N. G.; MANZANO, M. I. N. G. Estudo dirigido de Microsoft Office Word 2010. São Paulo: Érica, 2010.</p> <p>MESQUITA, D. Ambiente virtual de aprendizagem conceitos, normas, procedimentos e práticas pedagógicas no ensino à distância. São Paulo: Érica, 2014.</p> | | |

7.10.1.2 SEGUNDO SEMESTRE

| | | | |
|--|--|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Fundamentos de Logística | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 66 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 33 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 33 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Não há pré-requisitos | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Desenvolver nos estudantes, habilidades e atitudes que lhe permitam participar de forma responsável, ativa, crítica e criativa na solução de problemas das atividades logísticas; de integrar-se na força de trabalho do setor e de desempenhar com segurança as atribuições que lhe forem próprias, considerando seus aspectos práticos, gerenciais e operacionais. | | |
| EMENTA | Fundamentos conceituais da Logística Empresarial. A missão da Logística e fatores críticos de sucesso. A Logística Integrada e o gerenciamento da cadeia de suprimentos. Ciclos de atividades da logística. O gerenciamento da incerteza operacional e indicadores logísticos. Relacionamentos na cadeia de suprimentos e alianças estratégicas. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>BALLOU, R. H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.</p> <p>CORRÊA, H. L. Administração de cadeias de suprimentos e logística integração na era da indústria 4.0. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019 (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597023022.</p> <p>NOVAES, A. G. Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição: estratégia, avaliação e operação. 5. ed. São Paulo: GEN Atlas, 2021. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788595157217.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>BERTAGLIA, P. R. Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento. 2 ed. São Paulo: Saraiva. 2009.</p> <p>BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J.; COOPER, M.B. Gestão da cadeia de suprimentos e logística. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.</p> <p>CHRISTOPHER, M. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.</p> <p>SIMCHI-LEVI, D.; KAMINSKY, P.; SIMCHI-LEVI, E. Cadeia de suprimentos: projeto e gestão: conceitos, estratégias e estudos de caso. 3. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2010. xix, 583 p. ISBN 9788577806119.</p> <p>WANKE, P. F. Estratégia logística em empresas brasileiras: um enfoque em produtos acabados. São Paulo: Atlas, 2010.</p> | | |

| | | | |
|--|---|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Gestão da Produção e Operações | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 66 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 33 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 33 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Não há pré-requisitos | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Capacitar os estudantes com conceitos e técnicas da área de Gestão de Produção para aplicação e complemento das práticas logísticas. | | |
| EMENTA | O componente curricular abordará conceitos introdutórios de produção e operações, como tipos de sistemas de produção, gestão de estoques, planejamento e controle da produção. Serão discutidos também tópicos mais avançados, como projeto de produtos e processos, gestão da qualidade, manutenção, layout de instalações e arranjo físico. O enfoque será estratégico, visando proporcionar aos alunos conhecimentos teóricos e práticos para analisar, projetar, implantar e gerenciar sistemas de produção e operações eficientes. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>ANTUNES JUNIOR, J. A. V.; ALVAREZ, R.; PELLEGRIN, I.; KLIPPEL, M.; BORTOLOTO, P. Sistemas de produção: conceitos e práticas para projetos e gestão da produção enxuta. Porto Alegre: Bookman, 2011. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>CORRÊA, H. L. Administração de cadeias de suprimentos e logística integração na era da indústria 4.0. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019 (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597023022.</p> <p>CORRÊA, H. L.; CORRÊA, C. A. Administração de produção e de operações: o essencial. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2017. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597013788.</p> <p>KRAJEWSKI, L. J.; MALHOTRA, M. K. RITZMAN, L. P. Administração de produção e operações. Editora Pearson, 2017. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788543004655.</p> <p>SLACK, N.; BRANDON-JONES, A.; JOHNSTON, R. Administração da produção. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597015386.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J.; COOPER, M.B. Gestão da cadeia de suprimentos e logística. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.</p> <p>CORRÊA, H. L.; CORRÊA, C. A. Administração de produção e operações - manufatura e serviços: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>COX, J. F.; SCHLEIER Jr., J. G. (org.). Handbook da teoria das restrições. Porto Alegre: Bookman, 2013. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788582600139.</p> <p>GAITHER, N.; FRAIZER, G. Administração da produção e operações. São Paulo: Cengage Learning, 2002.</p> <p>JACOBS, F. R.; CHASE, R. B. Administração da produção e operações: o essencial. Porto Alegre: Bookman, 2009. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788577805181.</p> <p>MOREIRA, D. A. Administração da produção e operações. São Paulo: Saraiva, 2012. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788502180420.</p> <p>PORTER, M. E. Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2004. ISBN 8535215263.</p> | | |

| | |
|--|--|
| | PRADELLA, S.; FURTADO, J. C.; KIPPER, L. M. Gestão de processos: da teoria à prática. São Paulo: Atlas, 2012. (Recurso online) ISBN 9788597009149. SEIXAS, E. S. Administração da produção e serviços. Editora InterSaberes, 2020. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788522702114. |
|--|--|

| | | | |
|--|---|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Gestão da Qualidade | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 33 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 17 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 16 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Não há pré-requisitos | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Desenvolver as competências necessárias para aplicar os princípios e práticas de gestão da qualidade no ambiente logístico, capacitando-os a implementar e monitorar sistemas de qualidade, com foco na melhoria contínua dos processos logísticos, aumento da eficiência operacional, atendimento às normas e regulamentações, e promoção da satisfação dos clientes, visando a competitividade e sustentabilidade das organizações. | | |
| EMENTA | Introdução, conceitos, evolução do Processo da Qualidade. Normas ISO (histórico, certificação, normas ISO 9000, Sistemas Integrados de Gestão). Padronização e Melhoria (Ciclo PDCA e Melhoria Contínua). Ferramentas Gerenciais da Qualidade. Seis Sigma e 5S. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>PALADINI, E. P. Gestão da qualidade teoria e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597022032.</p> <p>RODRIGUES, M. V. Ações para a qualidade gestão estratégica e integrada para a melhoria dos processos na busca da qualidade e produtividade (GEIQ). 6. ed. São Paulo: GEN Atlas, 2020. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788595157156.</p> <p>VIEIRA FILHO, G. Gestão da qualidade total: uma abordagem prática. Campinas, SP: Alínea, 2007. 146 p.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>LÉLIS, E. Cavalcanti (Org.). Gestão da qualidade. 2. ed. Editora Pearson, 2018. 194 p. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788543025667.</p> <p>MORAES, M. V. G. Sistema de gestão: princípios e ferramentas. São Paulo: Erica, 2019. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>PALADINI, E. P. Gestão estratégica da qualidade: princípios, métodos e processos. São Paulo: Atlas, 2009. 220 p.</p> <p>POZO, H. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos uma introdução. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.</p> <p>VIEIRA, S. Estatística para a qualidade: como avaliar com precisão a qualidade em produtos e serviços. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1999. 198 p. ISBN 8535203125.</p> | | |

| | | | |
|--|--|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Metodologia da Pesquisa Científica Aplicada em Gestão | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 33 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 33 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 0 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | LPT - Leitura e Produção Textual no Contexto Acadêmico | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Compreender os princípios epistemológicos e metodológicos do conhecimento científico e a elaboração de projetos de pesquisa, relatórios e artigos de acordo com a metodologia científica, por meio da união do rigor teórico-metodológico com a prática para a sociedade no âmbito da gestão. | | |
| EMENTA | Natureza e características do conhecimento científico. Conceitos de métodos científicos, métodos de pesquisa, método de trabalho e técnicas de coleta e análise de dados. Pesquisa em acervos físicos e virtuais: base de dados, periódicos, patentes, marcas, desenhos industriais. Sites de busca. Normas técnicas e procedimentos para a formatação de trabalhos. Elaboração de artigos técnico científicos, relatórios e projetos de pesquisa. Ética na pesquisa. Fontes de financiamento da pesquisa. Meios de divulgação de uma pesquisa científica. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>DRESCH, A.; LACERDA, D. P.; ANTUNES JR., J. A. V. <i>Design Science Research</i>: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia. Porto Alegre: Bookman, 2020. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>GIL, A. C. <i>Como elaborar projetos de pesquisa</i>. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. <i>Fundamentos de metodologia científica</i>. 9. ed. Atlas, 2021. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>YIN, R. K. <i>Estudo de caso: planejamento e métodos</i>. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. <i>Fundamentos de metodologia científica</i>. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.</p> <p>BRASILEIRO, A. M. M. <i>Como produzir textos acadêmicos e científicos</i>. Editora Contexto, 2021. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>DE CARVALHO, M. C. M. (ORG.). <i>Construindo o saber: Metodologia científica - fundamentos e técnicas</i>. Papirus Editora, 2021. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>HAIR JR, J. F.; BLACK, W. C. BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. <i>Análise multivariada de dados</i>. 6. ed. Bookman, 2009. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. <i>Fundamentos de metodologia científica</i>. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>TRIVIÑOS, A. N. S. <i>Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação</i>. São Paulo: Atlas, 2009.</p> | | |

| | | | |
|--|---|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Matemática Básica | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 66 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 66 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 0 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Não há pré-requisitos | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Desenvolver a capacidade de dedução, raciocínio lógico e organizado, formulação e interpretação de situações matemáticas, para que o estudante perceba e compreenda o inter-relacionamento entre os diferentes conhecimentos matemáticos apresentados ao longo do curso, sendo capaz de organizar, comparar e aplicar os conhecimentos adquiridos. | | |
| EMENTA | Conjuntos numéricos e operações, unidades de medidas e conversões, porcentagem e regra de três. Equações polinomiais de primeiro e segundo graus. Sistemas de equações lineares de duas equações e duas incógnitas. Funções lineares, quadráticas, exponenciais e logarítmicas. Construção, análise e interpretação e de gráficos. Área de figuras planas e volume de poliedros (prismas e pirâmides) e corpos redondos (cilindro, cone e esfera). Razões trigonométricas no triângulo retângulo e trigonometria em triângulos quaisquer. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>DEMANA, F. D.; WAITS, B. K.; FOLEY, G. D.; KENNEDY, D. Pré-cálculo. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.</p> <p>GOMES, F. M. Pré-cálculo operações, equações, funções e trigonometria. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2018.</p> <p>MEDEIROS, V. Z. (Coord.); CALDEIRA, A. M. et al. Pré-cálculo. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>AXLER, S. Pré-cálculo: uma preparação para o cálculo. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.</p> <p>ADAMI, A. M. Pré-cálculo. Porto Alegre: Bookman, 2015.</p> <p>MUROLO, A. C. Matemática aplicada a administração, economia e contabilidade. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.</p> <p>IEZZI, G.; DOLCE, O.; DEGENSZAJN, D.; PERIGO, R. Matemática: ciência e aplicações. 5.ed. São Paulo, SP: Atual, 2010.</p> <p>FERREIRA, R. S. Matemática aplicada às ciências agrárias: análise de dados e modelos. 1.ed. Viçosa, MG: Ed. UFV, 1999.</p> | | |

| | | | |
|--|---|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Filosofia e Ética | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 33 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 33 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 0 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Não há pré-requisitos | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Refletir sobre a ação humana de tal modo que possa promover o engajamento ético nas relações pessoais e sociais, contribuindo para o desenvolvimento da cidadania e o sucesso profissional. | | |
| EMENTA | Definição e importância da Filosofia. Principais temas da Filosofia. Filosofia, moral e ética. Conceitos de moral e ética. O caráter social e econômico da ética. Lógica, retórica e argumentação. Método e objeto da filosofia. Leitura e compreensão de textos filosóficos. Áreas da filosofia: ontologia, existencialismo, epistemologia, ética e política. Ética normativa, ética aplicada, ética descritiva e ética profissional. Desenvolvimento histórico da ética e suas teorias. Universalismo moral e relativismo moral. Deontologias, consequencialismos e teorias da virtude. Ética e felicidade. Ética e mundo do trabalho. Temas éticos emergentes: solidariedade, empatia, alteridade, voluntariado, tecnologia, sustentabilidade, meio ambiente, direitos humanos, gênero, raça e etnia. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. Filosofando: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 2006.</p> <p>BOFF, L. Ética e moral: a busca dos fundamentos. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.</p> <p>CHAUI, M. Convite à filosofia. São Paulo, Ática, 1995.</p> <p>ORTS, A. C.; NAVARRO, E. M. Ética. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.</p> <p>VÁZQUEZ, A. S. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>ARENDT, H. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.</p> <p>BRANDÃO, C. Direitos humanos e fundamentais em perspectiva. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>FURROW, D. Ética. Porto Alegre: ArtMed, 2017.</p> <p>HOOFT, S. V. Ética da virtude. Petrópolis: Vozes, 2013.</p> <p>MARCONDES, D. Textos básicos de filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.</p> <p>MATURANA, H. Emoções e linguagem na educação e na política. Belo Horizonte: UFMG, 2009.</p> <p>MORIN, E. Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>MOSER, P. K.; MULDER, D. H.; TROUT, D. J. A teoria do conhecimento. São Paulo: Martins Fontes, 2011.</p> <p>RACHELS, J.; RACHELS, S. A coisa certa a fazer: leituras básicas sobre Filosofia Moral. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2014.</p> <p>RACHELS, J.; RACHELS, S. Os elementos da filosofia moral. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2013.</p> | | |

| | | | |
|--|---|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Temas Emergentes I | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 66 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 66 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 0 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 66 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Não há pré-requisitos | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Propiciar à comunidade interna e externa aprendizados e a discussão de temas emergentes no âmbito da logística à luz da experiência de docentes, profissionais do setor, organizações distintas, e outros entes das cadeias de suprimentos através de compartilhamento de conhecimentos teóricos e empíricos diante dos desafios e oportunidades atuais para a gestão de arranjos produtivos, por meio de palestras, eventos, oficinas, workshops, Jornada Acadêmica, entre outros. | | |
| EMENTA | Temas emergentes na logística, tais como: gestão estratégica, gestão de pessoas, economia, gestão da produção e operações, gestão da qualidade, compras e suprimentos, custos, marketing, sustentabilidade, comércio internacional, inovação e empreendedorismo, sistemas de informação, entre outros. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>CORRÊA, H. L. Administração de cadeias de suprimentos e logística integração na era da indústria 4.0. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597023022.</p> <p>MELLO, C. M.; DE ALMEIDA NETO, J. R. M.; PETRILLO, R. P. Curricularização da extensão universitária. 2. ed. Editora Processo, 2022, 124 p.</p> <p>ROBLES, L. T. Cadeias de suprimentos: administração de processos logísticos. 1. ed. Editora InterSaberes, 2016. 238 p (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788559721614.</p> <p>WEGNER, D. Redes, alianças e parcerias: ferramentas e práticas para a gestão da cooperação empresarial. Porto Alegre, RS: EST Edições, 2019. 200 p. ISBN 9788568569757.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>BESSANT, J.; TIDD, J. Inovação e empreendedorismo. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788582605189.</p> <p>BIAZZIN, C.; MIGUEL, P. Diversidade em cadeias de suprimentos. GV-EXECUTIVO, v. 17, n. 5, p. 49-49, 2018.</p> <p>LANZA, J. F. R.; SPENCIERE, P. D. Desafios e perspectivas do setor ferroviário brasileiro: novos corredores e a proposta de shortlines. Editora Labrador, 2022. 178 p (Recurso <i>online</i>) ISBN 9786556252018.</p> <p>MENDES, G. S. Condomínios logísticos e fatores competitivos da logística atual. Editora InterSaberes, 2021. 250 p (Recurso <i>online</i>) ISBN 9786589818755.</p> <p>REVISTA VIVER IFRS. Revista da Pró-reitoria de Extensão do IFRS. ISSN Eletrônico: 2674-6867. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ViverIFRS/index>. Acesso em: jun. 2024.</p> | | |

| | |
|--|---|
| | <p>RIBEIRO, L. O. M. Ferramentas qualitativas e quantitativas aplicadas à tomada de decisão em logística. 1. ed. Freitas Bastos Editora, 2022. 124 p (Recurso <i>online</i>) ISBN 9786556751009.</p> <p>SEURING, S.; AMAN, S.; HETTIARACHCHI, B. D.; DE LIMA, F. A.; SCHILLING, L.; SUDUSINGHE, J. I. Reflecting on theory development in sustainable supply chain management, Cleaner Logistics and Supply Chain, v. 3, 2022, https://doi.org/10.1016/j.clscn.2021.100016.</p> <p>SZABO, V. Gestão da cadeia de suprimentos: parcerias e técnicas. Editora Pearson, 2017. 163 p (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788543016832.</p> |
|--|---|

7.10.1.3 TERCEIRO SEMESTRE

| | | | |
|--|--|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Gestão de Compras e Suprimentos | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 66 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 33 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 33 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Fundamentos de Logística | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Possibilitar ao acadêmico do Curso a aquisição de conhecimento de caráter tecnológico, bem como de habilidades e atitudes que lhe permitam participar de forma responsável, ativa, crítica e criativa na solução de problemas das atividades de compras e suprimentos nas atividades logísticas. | | |
| EMENTA | A função Compra. Operação do sistema de compras. A compra na qualidade e na inspeção. Preço-custo. Condições de pagamento e descontos. A negociação das compras. Fontes de fornecimento. Horizontalização e verticalização. Ética em compras. Lote econômico e Ponto do Pedido. Sistemas de compras. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>DIAS, M. A. P. Administração de materiais: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2019. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597022100.</p> <p>GONÇALVES, P. S. Administração de materiais. 6. ed. São Paulo: GEN Atlas, 2020. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788595157132.</p> <p>POZO, H. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos um enfoque para os cursos superiores de tecnologia. Rio de Janeiro: Atlas, 2015. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788522499243.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>AMATO NETO, J. Gestão estratégica de fornecedores e contratos uma visão integrada. São Paulo: Saraiva, 2014. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788502220638.</p> <p>BAILY, P.; FARMER, D.; JESSOP, D.; JONES, D. Compras: princípios e administração. São Paulo, SP: Atlas, 2015.</p> <p>BALLOU, R. H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial. Porto Alegre: Bookman, 2008.</p> <p>BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J.; COOPER, M. B. Gestão logística de cadeias de suprimentos. Porto Alegre: Bookman, 2007.</p> <p>CHIAVENATO, I. Gestão de materiais uma abordagem introdutória. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2022. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9786559772889.</p> | | |

| | | | |
|--|---|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Operações Logísticas I | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 66 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 50 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 16 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Fundamentos de Logística | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Possibilitar ao estudante a aquisição de conhecimentos de caráter acadêmico e técnico, bem como de habilidades que o capacitem a participar de forma responsável, ativa e criativa na solução de problemas em Intralogística e Logística de Distribuição. | | |
| EMENTA | Intralogística e Logística de Distribuição: conceitos e áreas de aplicação. Canais de Distribuição: tipos, propriedades, estratégia <i>Omnichannel</i> . Características de intermediários (atacadista, varejista, atacarejo, <i>brokers</i>). Centros de distribuição: conceitos e aplicações. Sistemas de armazenagem: tipos e aplicações. Aspectos de Operações Logísticas: Armazenagem, Movimentação e <i>Picking</i> . Equipamentos de Movimentação. Operadores Logísticos. Estratégias de Distribuição: <i>Milk-run</i> , <i>Cross-docking</i> e <i>Transit Point</i> . Logística de Última Milha. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J.; COOPER, M B.; BOWERSOX, J. C. Gestão logística da cadeia de suprimentos. 4. ed. Porto Alegre: Grupo AMGH, 2013. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788580553185</p> <p>DIAS, M. A. P. Logística, transporte e infraestrutura: armazenagem, operador logístico, gestão via TI, multimodal. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>NOVAES, A. G. Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição: estratégia, avaliação e operação. 5. ed. São Paulo: GEN Atlas, 2021. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788595157217.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>ALVARENGA, A. C.; NOVAES, A. G. Logística aplicada: suprimento e distribuição física. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2010.</p> <p>BALLOU, R. H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos: logística empresarial. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788560031467.</p> <p>BRASIL, C.; PANSONATO, R. Logística dos canais de distribuição. Editora InterSaberes, 2018. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788559727821</p> <p>CHOPRA, S.; MEINDL, P. Gestão da cadeia de suprimentos: estratégia, planejamento e operações. 4. ed. São Paulo: Editora Pearson, 2010. (Recurso <i>online</i>) ISBN 978857605836.</p> <p>PIGOZZO, L. Transporte e distribuição: operação e gerenciamento. 2. ed. São Paulo: Érica, 2021. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788536533810.</p> | | |

| | | | |
|--|---|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Gestão de Custos | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 66 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 33 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 33 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Não há pré-requisitos | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Compreender o gerenciamento de custos como ferramenta para o planejamento e o controle do lucro e manutenção da competitividade empresarial. | | |
| EMENTA | Conceitos básicos: gastos, custos e despesas. Classificação de custos e despesas: variáveis, fixos, diretos e indiretos. Receita total, custo total e lucro. Sistemas de custeio: absorção, variável e ABC. Margem de contribuição na tomada de decisão. Ponto de equilíbrio na tomada de decisão. Formação de preços. Custos logísticos. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>BRUNI, A. L. Administração custos preços lucros. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018. FARIA, A. C.; COSTA, M. F. G. Gestão de custos logísticos. São Paulo: Atlas, 2011. MEGLIORINI, E. Custos: análise e gestão. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>BALLOU, R. H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial. Porto Alegre: Bookman, 2008. BORNIA, A. C. Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas. São Paulo: Atlas, 2010. KERSCHBAUMER, F. E.; DE OLIVEIRA, A. M. Análise estratégica de custos. 1. ed. Contentus, 2020. LUZ, C. B. S. Gerenciamento de custos logísticos. Porto Alegre: SAGAH, 2018. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788595026759. IUDÍCIBUS, S. Análise de custos uma abordagem quantitativa. São Paulo: Atlas, 2013. LYRIO, E. F.; ALMEIDA, S. R. V.; PORTUGAL, G. T. Análise de custos uma abordagem simples e objetiva. Barueri: Manole, 2017. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9786555762136.</p> | | |

| | | | |
|--|---|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Estatística Aplicada | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 66 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 66 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 0 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Não há pré-requisitos | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Capacitar os estudantes as bases teóricas necessárias à estimação de parâmetros e tomada de decisões, com utilização dos instrumentos da estatística descritiva e modelos probabilísticos. | | |
| EMENTA | Introdução à estatística. Tabelas e Gráficos. Apresentação de medidas de tendência central e de variabilidade. Conceitos de Probabilidade. Distribuições de probabilidade e Amostragem. Discussão e aplicação prática dos conceitos de Estimação, intervalos de confiança. Cálculo do tamanho da amostra. Teste de hipótese. Comparação entre tratamentos (ANOVA). Correlação e Regressão Linear. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>COSTA, S. F.; SANTO, M. P. Introdução ilustrada à estatística. São Paulo: Harbra, 2005. 399 p.</p> <p>LOUZADA, F.; DINIZ, C.; FERREIRA, P.; FERREIRA, E. Controle estatístico de processos: uma abordagem prática para cursos de engenharia e administração. Rio de Janeiro: LTC, 2013. (Recurso <i>online</i>) ISBN 978-85-216-2323-6.</p> <p>MARTINS, G. A.; DOMINGUES, O. Estatística geral e aplicada. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017. Xi 346 p.</p> <p>TOLEDO, G. L.; OVALLE, I. I. Estatística básica. São Paulo: Atlas, 1995. 459 p.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A.; TOLEDO, G. L. Estatística aplicada. São Paulo: Atlas, 2010. 267 p.</p> <p>LARSON, R.; FARBER, E. Estatística aplicada. 4. ed. Editora Pearson, 2009. 658 p.</p> <p>MARTINS, G. A.; DOMINGUES, O. Estatística geral e aplicada. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597012682.</p> <p>NOVAES, D. V.; QUEIROZ, C.; COUTINHO, S. Estatística para educação profissional e tecnológica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788522478194.</p> <p>VIRGILLITO, S. B. Estatística aplicada. São Paulo: Saraiva, 2017. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788547214753.</p> | | |

| | | | |
|--|---|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Matemática Financeira | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 33 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 33 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 0 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Matemática Básica | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Compreender conceitos e técnicas de cálculo na Matemática Financeira para o estudo da variação do capital em relação ao tempo, contemplando cálculos de juros, descontos, rendas, sistemas de amortização e análises de investimentos para a tomada de decisões na gestão financeira pessoal e empresarial. | | |
| EMENTA | Conceitos financeiros fundamentais. Porcentagem. Capitalização Simples. Desconto Comercial, Taxa Efetiva. Capitalização Composta. Taxa Equivalente. Equivalência de Capitais. Séries Financeiras de Amortização e Capitalização. Sistemas de Amortização PRICE e SAC. Análise de Alternativas de Investimento. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>ASSAF NETO, A. Matemática financeira e suas aplicações. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2019. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597021615.</p> <p>BUIAR, C. L. Matemática financeira. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2010. 128 p.</p> <p>KRUSE, F. Matemática financeira: conceitos e aplicações com o uso da HP-12C. 5. ed. Novo Hamburgo, RS: FEEVALE, 2014. 176 p. ISBN 9788577171729</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>BRUNI, A. L. Introdução à matemática financeira. São Paulo: Atlas, 2018. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597021806.</p> <p>FRANCISCO, W. Matemática financeira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 319 p.</p> <p>PINHEIRO, C. Matemática financeira sem o uso de calculadoras financeiras. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2005. 285 p.</p> <p>PUCCINI, A. L. Matemática financeira: objetiva e aplicada. 10. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017. xxiv, 358 p. ISBN 9788547220259.</p> <p>VIEIRA SOBRINHO, J. D. Matemática financeira. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597015461.</p> | | |

| | | | |
|--|---|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Democracia e Direitos Humanos | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 33 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 33 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 0 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Não há pré-requisitos | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Analisar criticamente a evolução da democracia e dos direitos humanos, abordando fundamentos éticos, teorias políticas e temas emergentes em prol da construção de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária. | | |
| EMENTA | Introdução à filosofia política: Democracia e Direitos Humanos em nossa contemporaneidade. Definição, importância e evolução da Democracia. Definição, importância e evolução dos Direitos Humanos. Cidadania, democracia e Direitos Humanos. Fundamentos éticos da política: naturalismo, teocracias, contrato social, direitos humanos e utilitarismo. Liberalismos, socialismos e totalitarismos. Teorias da justiça. Direitos e deveres. Igualdade e justiça social. Temas políticos emergentes: direitos humanos, desigualdade social, intolerância, feminismos, racismos, questões de gênero, solidariedade, empatia, voluntariado, internet e <i>fake news</i> . Educação das relações étnico-raciais, cultura afro-brasileira, africana e indígena. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>BITTAR, E. C. B. Teoria do Estado: filosofia política e teoria da democracia. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597007947.</p> <p>BOBBIO, N. A era dos direitos. Rio de Janeiro, RJ: Campus Elsevier, 2004.</p> <p>CHAUÍ, M. S. Convite à filosofia. 13 ed. São Paulo: Ática, 2003.</p> <p>GENTILI, P. A. A.; FRIGOTTO, G. (org.). A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>PINSKY, J.; PINSKY, C. B. História da cidadania. 5. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788572442176.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>APEL, K.-O.; OLIVEIRA, M. A. de. Com Habermas, contra Habermas: direito, discurso e democracia. São Paulo: Landy, 2004.</p> <p>ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. Filosofando: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 2006.</p> <p>BOBBIO, N. A era dos direitos. Rio de Janeiro, RJ: Campus Elsevier, 2004.</p> <p>BRANDÃO, C. Direitos humanos e fundamentais em perspectiva. São Paulo: Atlas, 2014. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788522488339.</p> <p>CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 15. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2012.</p> <p>MONDAINI, M. Direitos humanos: breve história de uma grande utopia. São Paulo: Grupo Almedina, 2020. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788562938368.</p> <p>SANDEL, M. J. Justiça: o que é fazer a coisa certa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.</p> | | |

7.10.1.4 QUARTO SEMESTRE

| | | | |
|--|---|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Marketing | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 66 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 33 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 33 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Não há pré-requisitos | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Possibilitar a interpretação dos conceitos de marketing e sua aplicabilidade, por meio da administração de marketing, da avaliação do ambiente de marketing, da análise do comportamento do consumidor e elaboração de um Planejamento de Marketing. | | |
| EMENTA | Fundamentos de marketing. Mix de Marketing. Estratégia de Marketing. Segmentação de Mercado. Comportamento do consumidor. Marketing de Relacionamento. Plano de Marketing. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>CHURCHILL JR., G. A.; PETER, J. P. Marketing: criando valor para o cliente. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração de marketing. 15. ed. Editora Pearson, 2019. 896 p. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788543024950.</p> <p>LAS CASAS, A. L. Administração de marketing. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597020151.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>BLACKWELL, R. D.; MINIARD, P. W.; ENGEL, J. F. Comportamento do consumidor. São Paulo: Cengage Learning, 2009.</p> <p>COBRA, M. Administração de marketing no Brasil. 4. ed. São Paulo: GEN Atlas, 2014. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788595155787.</p> <p>FERRELL, O. C.; HARTLINE, M. D. Estratégia de marketing. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2010.</p> <p>KOTLER, P. Marketing essencial: conceitos, estratégias e casos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.</p> <p>KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. Princípios de marketing. 15. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2014. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788543004471</p> <p>TURCHI, S. R. Estratégia de marketing digital e e-commerce. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597015409.</p> <p>WESTWOOD, J. O plano de marketing. 3. ed. São Paulo, SP: M. Books, 2007.</p> | | |

| | | | |
|--|---|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Operações Logísticas II | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 66 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 33 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 33 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Operações Logísticas I | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Possibilitar ao estudante a aquisição de conhecimento de caráter gerencial, bem como de habilidades e atitudes que lhe permitam participar de forma responsável, ativa e criativa na solução de problemas relacionados ao transporte. | | |
| EMENTA | Evolução dos Sistemas de Transporte no Brasil. Transporte na realidade brasileira: aspectos de infraestrutura, econômicos e sociais. Modais de Transporte (Rodoviário, Ferroviário, Aquaviário, Aeroviário e Dutoviário). Transportadora de Cargas: caracterização, atuação e Lei 11.442/2007. Transporte de Passageiros: tipos e competências dos entes federados. Introdução ao transporte multimodal. Custeio do transporte rodoviário de cargas (custos fixos e variáveis). Formação do frete. Sistemas de Informação na área de transportes. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>DIAS, M. A. P. Logística, transporte e infraestrutura: armazenagem, operador logístico, gestão via TI, multimodal. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>RAZZOLINI FILHO, E. Transporte e modais com suporte de TI e SI. Curitiba, PR: Intersaberes, 2012. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>VALENTE, A. M.; NOVAES, A. G.; PASSAGLIA, E.; VIEIRA, H. Gerenciamento de transporte e frotas. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>BARBOSA, E. P.; SANTOS, L. S.; LEÃO, L. M.; ARAÚJO, J. S.; ZACCHI, M. L.; ISKANDAR, R.; D'AZEVEDO, Z. S. Sistemas de transportes. Porto Alegre: SAGAH, 2022. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>CAIXETA-FILHO, J. V.; MARTINS, R. S. Gestão logística do transporte de cargas. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>NOVAES, A. G. Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição: estratégia, avaliação e operação. 5. ed. São Paulo: GEN Atlas, 2021. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788595157217.</p> <p>PIGOZZO, L. Transporte e distribuição: operação e gerenciamento. 2. ed. São Paulo: Érica, 2021. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788536533810.</p> <p>RODRIGUES, P. R. A. Introdução aos sistemas de transporte no Brasil e à logística internacional. São Paulo: Aduaneiras, 2010.</p> <p>VALENTE, A.M.; PASSAGLIA, E.; CRUZ, J. A.; MELLO, J. C.; CARVALHO, N. A.; MAYERLE, S.; DOS SANTOS, S. Qualidade e produtividade nos transportes. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>WANKE, P. F. Logística e transporte de cargas no Brasil: produtividade e eficiência no século XXI. São Paulo: Atlas, 2010. ISBN 9788522459308.</p> | | |

| | | | |
|--|--|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Gestão Financeira | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 66 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 33 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 33 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Gestão de Custos | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Apresentar e discutir conhecimentos relevantes sobre finanças de curto e longo prazo, aos estudantes, possibilitando a aquisição de conhecimentos de caráter acadêmico e técnico para análise financeira da empresa na tomada de decisão. | | |
| EMENTA | Introdução às finanças e às principais demonstrações financeiras. Análises vertical/horizontal e índices. Planejamento financeiro de curto prazo (fluxo de caixa, capital de giro, caixa, contas a receber e a pagar, estoques). Administração financeira de longo prazo (análise de investimentos, custo de capital e alavancagem financeira). | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. Fundamentos de administração financeira. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597010145.</p> <p>MEGLIORINI; E.; VALLIM, M. A. Administração financeira. 2. ed. Editora Pearson, 2018. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788543025551.</p> <p>GROPELLI, A. A.; NIKBAKHT, E. Administração financeira. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788502039025.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. Curso de administração financeira. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597022452.</p> <p>BRIGHAM, E. F.; EHRHARDT, M. C. Administração financeira teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788522124008.</p> <p>GITMAN, L. J.; ZUTTER, C. J. Princípios de administração financeira. 14. ed. Editora Pearson, 2017. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788543006741.</p> <p>HOJI, M. Administração financeira e orçamentária. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2017. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597010534.</p> <p>LEMES JUNIOR, A. B.; CHEROBIM, A. P. M. S.; RIGO, C. M. Fundamentos de finanças empresariais técnicas e práticas essenciais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2022. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597028195.</p> <p>MATIAS, A. B. Análise financeira de empresas. Barueri: Manole, 2017. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9786555762143.</p> <p>PADOVEZE, C. L. Administração financeira uma abordagem global. São Paulo: Saraiva, 2016. (Recurso <i>online</i>) ISBN 978-85-472-0497-6.</p> <p>SOUZA, A. F. Análise financeira das demonstrações contábeis na prática. São Paulo: Trevisan, 2015. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788599519813.</p> | | |

| | | | |
|--|--|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Gestão de Estoques | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 66 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 33 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 33 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Estatística Aplicada | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Formar profissionais da logística, capazes de compreender as funções dos estoques e a importância de seu correto gerenciamento, bem como seu papel estratégico no desempenho eficaz da cadeia de suprimentos. | | |
| EMENTA | O papel estratégico dos estoques no gerenciamento logístico e na cadeia de suprimentos. Técnicas e metodologias para gestão de demanda, planejamento e controle de estoques. Indicadores de desempenho e técnicas de previsão de demanda. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J.; COOPER, M.B. Gestão da cadeia de suprimentos e logística. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.</p> <p>CHING, H. Y. Gestão de estoques na cadeia de logística integrada: supply chain. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>DIAS, M. A. P. Administração de materiais: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>GONÇALVES, P. S. Administração de materiais. 6. ed. São Paulo: GEN Atlas, 2020. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>LUCHEZZI, C. Gestão de armazenamento, estoque e distribuição. Editora Pearson, 2017. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>DE MOURA, C. E. Gestão de estoques: ação e monitoramento na cadeia logística integrada. São Paulo: Ciência Moderna, 2004.</p> <p>MARTINS, P. G.; ALT, P. R. Administração de materiais e recursos patrimoniais. São Paulo: Saraiva, 2009. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>PAOLESCHI, B. Almoxarifado e gestão de estoques. 3. ed. São Paulo: Érica, 2019. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>POZO, H. Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>SELEME, R.; DE PAULA, A. Logística: armazenagem e materiais. Editora Intersaberes, 2019. 380 p ISBN 9788522700479. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>SZABO, V. Gestão de estoques. Editora Pearson, 2017. (Recurso <i>online</i>). 171 p ISBN 9788543013855.</p> | | |

| | | | |
|--|---|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Pesquisa Operacional | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 66 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 33 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 33 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Não há pré-requisitos | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Capacitar o estudante na formulação e resolução de problemas de pesquisa operacional. | | |
| EMENTA | Conceitos básicos de pesquisa operacional, modelo de otimização linear, programação linear, método simplex, modelo de transporte, análise de sensibilidade e noções de simulação. Serão resolvidos problemas e casos aplicados com o objetivo de desenvolver habilidades na modelagem quantitativa e tomada de decisão. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>ANDRADE, E. L. Introdução à pesquisa operacional: método e modelos para análise de decisões. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>LACHTERMACHER, G. Pesquisa operacional na tomada de decisões. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>LONGARAY, A. A. Introdução à pesquisa operacional. São Paulo: Saraiva, 2013. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788502210844.</p> <p>MOREIRA, D. A. Pesquisa operacional: curso introdutório. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2018. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>BAZZI, S. Modelos avançados de gestão empresarial. Editora Intersaberes, 2022. 273 p. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9786555172638.</p> <p>COLIN, E. C. Pesquisa operacional: 170 aplicações em estratégia, finanças, logística, produção, marketing e vendas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>DA SILVA, E. M.; DA SILVA, E. M.; GONÇALVES, V.; MUROLO, A. C. Pesquisa operacional para os cursos de administração e engenharia: programação linear, simulação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597013559.</p> <p>HILLIER, F. S.; LIEBERMAN, G. J. Introdução à pesquisa operacional. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>KLUEVER, C. A. Sistemas dinâmicos: modelagem, simulação e controle. Rio de Janeiro: LTC, 2017. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>LEAL NETO, J. S. Pesquisa operacional. Contentus, 2020. 157 p. (Recurso <i>online</i>). ISBN 9786559350858.</p> <p>PRADO, D. Usando o Arena em simulação. 4. ed. Belo Horizonte: INDG Tecnologia e Serviços, 2010. ISBN 9788598254470.</p> <p>RODRIGUES, R. Pesquisa operacional. Porto Alegre: SAGAH, 2017. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>TAHA, H. A. Pesquisa operacional. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. (Recurso <i>online</i>).</p> | | |

| | | | |
|--|---|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 33 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 33 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 0 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Não há pré-requisitos | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Compreender os conceitos relativos à sustentabilidade, suas macro questões e repercussão na estratégia e nas operações das organizações. | | |
| EMENTA | Sustentabilidade e Responsabilidade Social: conceitos, histórico, paradigma e dimensões. ESG e sua repercussão na estratégia das organizações. Sustentabilidade, empreendedorismo social e modelo de negócios inovadores. Ecoeficiência, eco inovação e Economia Circular. <i>Frameworks</i> , certificações e indicadores para avaliação e gestão da sustentabilidade. Educação Ambiental. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>DIAS, R. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597011159.</p> <p>MACKEY, J.; McINTOSH, S.; PHIPPS, C. Liderança consciente: inspirando a humanidade através dos negócios. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9786555205169.</p> <p>SISODIA, R.; GELB, M. J. Empresas que curam: despertando a consciência dos negócios para ajudar a salvar o mundo. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788550816821.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>ALVES, R. R. Administração verde: o caminho sem volta da sustentabilidade ambiental nas organizações. São Paulo: GEN Atlas, 2016. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788595156234.</p> <p>CAETANO, R.; PARO, P. Empreendedorismo consciente: como melhorar o mundo e ganhar dinheiro. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9786555201550.</p> <p>DONAIRE, D.; DE OLIVEIRA, E. C. Gestão ambiental na empresa: fundamentos e aplicações. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597017168</p> <p>KUNSCH, M. M. K.; OLIVEIRA, I. L. A comunicação na gestão da sustentabilidade das organizações. Editora Difusão, 2019. 264 p (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788578084929.</p> <p>TACHIZAWA, T. Gestão ambiental responsabilidade social corporativa: os paradigmas do novo contexto empresarial. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597019803.</p> | | |

| | | | |
|--|---|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Temas Emergentes II | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 66 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 66 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 0 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 66 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Não há pré-requisitos | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Propiciar à comunidade interna e externa aprendizados e a discussão de temas emergentes no âmbito da logística à luz da experiência de docentes, profissionais do setor, organizações distintas, e outros entes das cadeias de suprimentos através de compartilhamento de conhecimentos teóricos e empíricos diante dos desafios e oportunidades atuais para a gestão de arranjos produtivos, por meio de palestras, eventos, oficinas, workshops, Jornada Acadêmica, entre outros. | | |
| EMENTA | Temas emergentes na logística, tais como: gestão estratégica, gestão de pessoas, economia, gestão da produção e operações, gestão da qualidade, compras e suprimentos, custos, marketing, sustentabilidade, comércio internacional, inovação e empreendedorismo, sistemas de informação, entre outros. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>CORRÊA, H. L. Administração de cadeias de suprimentos e logística integração na era da indústria 4.0. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597023022.</p> <p>MELLO, C. M.; DE ALMEIDA NETO, J. R. M.; PETRILLO, R. P. Curricularização da extensão universitária. 2. ed. Editora Processo, 2022, 124 p.</p> <p>ROBLES, L. T. Cadeias de suprimentos: administração de processos logísticos. 1. ed. Editora InterSaberes, 2016. 238 p (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788559721614.</p> <p>WEGNER, D. Redes, alianças e parcerias: ferramentas e práticas para a gestão da cooperação empresarial. Porto Alegre, RS: EST Edições, 2019. 200 p. ISBN 9788568569757.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>BESSANT, J.; TIDD, J. Inovação e empreendedorismo. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788582605189.</p> <p>BIAZZIN, C.; MIGUEL, P. Diversidade em cadeias de suprimentos. GV-EXECUTIVO, v. 17, n. 5, p. 49-49, 2018.</p> <p>LANZA, J. F. R.; SPENCIERE, P. D. Desafios e perspectivas do setor ferroviário brasileiro: novos corredores e a proposta de shortlines. Editora Labrador, 2022. 178 p (Recurso <i>online</i>) ISBN 9786556252018.</p> <p>MENDES, G. S. Condomínios logísticos e fatores competitivos da logística atual. Editora InterSaberes, 2021. 250 p (Recurso <i>online</i>) ISBN 9786589818755.</p> <p>REVISTA VIVER IFRS. Revista da Pró-reitoria de Extensão do IFRS. ISSN Eletrônico: 2674-6867. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ViverIFRS/index>. Acesso em: jun. 2024.</p> | | |

| | |
|--|---|
| | <p>RIBEIRO, L. O. M. Ferramentas qualitativas e quantitativas aplicadas à tomada de decisão em logística. 1. ed. Freitas Bastos Editora, 2022. 124 p (Recurso <i>online</i>) ISBN 9786556751009.</p> <p>SEURING, S.; AMAN, S.; HETTIARACHCHI, B. D.; DE LIMA, F. A.; SCHILLING, L.; SUDUSINGHE, J. I. Reflecting on theory development in sustainable supply chain management, Cleaner Logistics and Supply Chain, v. 3, 2022, https://doi.org/10.1016/j.clscn.2021.100016.</p> <p>SZABO, V. Gestão da cadeia de suprimentos: parcerias e técnicas. Editora Pearson, 2017. 163 p (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788543016832.</p> |
|--|---|

7.10.1.5 QUINTO SEMESTRE

| | | | |
|--|--|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Logística Reversa | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 33 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 17 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 16 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Fundamentos de Logística | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Desenvolver conhecimentos e habilidades relativas à Logística Reversa e suas relações com o ambiente organizacional, discutindo-se o seu papel na competitividade de cadeias de suprimentos. | | |
| EMENTA | Introdução à Logística Reversa. Planejamento da distribuição da Logística Reversa. Fatores ecológicos, tecnológicos, econômicos, legislativos e logísticos. Logística Reversa de Pós-Consumo. Logística Reversa Pós-venda. Economia circular e análise do ciclo de vida. Casos Aplicados. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>ALMEIDA, R. A. Logística reversa no e-commerce. Contentus, 2020, 134 p. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9786557452608.</p> <p>LEITE, P. R. Logística reversa sustentabilidade e competitividade: teoria, prática, estratégias. São Paulo: Saraiva, 2017. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788547215064.</p> <p>PEREIRA, A. L.; BOECHAT, C. B.; TADEU, H. F. B.; SILVA, J. T. M.; CAMPOS, P. M. S. Logística reversa e sustentabilidade. São Paulo: Cengage Learning, 2012. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788522113941.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>CANEJO, C. Gestão integrada de resíduos sólidos. Editora Freitas Bastos, 2021. 120 p. (Recurso <i>online</i>). ISBN 9786556750866.</p> <p>CORRÊA, H. L. Administração de cadeias de suprimentos e logística integração na era da indústria 4.0. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019 (Recurso <i>online</i>). ISBN 9788597023022.</p> <p>OLIVEIRA, A. P. F. Gestão de resíduos sólidos urbanos e do serviço de saúde. Contentus, 2020. 96 p. (Recurso <i>online</i>). ISBN 9786557456675.</p> <p>ROBLES, L. T.; LA FUENTE, J. M. Logística reversa: um caminho para o desenvolvimento sustentável. Editora Intersaberes, 2019. 474 p. (Recurso <i>online</i>). ISBN 9788522700493.</p> <p>SILVEIRA, A. L.; BERTÉ, R.; PELANDA, A. M. Gestão de resíduos sólidos: cenários e mudanças de paradigma. Editora Intersaberes, 2018. 232 p. (Recurso <i>online</i>). ISBN 9788559727524.</p> | | |

| | | | |
|--|--|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Jogos de Empresas | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 66 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 33 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 33 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Gestão Financeira | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Desenvolver a capacidade de compreensão, análise sistêmica e resolução de situações industriais necessários à boa gestão. Será dada ênfase à tomada de decisões dentro de um ambiente simulado evidenciando o trabalho em equipe. | | |
| EMENTA | Aplicação de jogos de simulação de empresas industriais. Tomadas de decisões nas empresas simuladas em ambientes competitivos. Visão sistêmica e de mercado. Gestão de Recursos Humanos. Gestão da Produção, Compras e Estoques. Projeção de vendas, Pagamentos. Fluxo de caixa, Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultados. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>BÊRNI, D. A.; FERNANDEZ, B. P. M. Teoria dos jogos: crenças, desejos e escolhas. São Paulo: Saraiva 2014. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788502220577.</p> <p>GRAMIGNA, M. R. M. Jogos de empresa. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788576051299.</p> <p>OLIVEIRA, D. P. R. Administração estratégica na prática: a competitividade para administrar o futuro das empresas. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2013. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788522475612.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>AAKER, D. A. Administração estratégica de mercado. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788540701588.</p> <p>ALBERTIN, M. R.; PONTES, H. L. J. Administração da produção e operações. Editora Intersaberes, 2016. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788544302354.</p> <p>ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. Fundamentos de administração financeira. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597010145.</p> <p>CHIAVENATO, I. Administração de recursos humanos: gestão humana, fundamentos básicos. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9786559771233.</p> <p>COBRA, M. Administração de marketing no Brasil. 4. ed. São Paulo: GEN Atlas, 2014. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788595155787.</p> <p>CORRÊA, H. L.; CORRÊA, C. A. Administração de produção e de operações: o essencial. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2017. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597013788.</p> <p>OLIVEIRA, D. P. R. Administração de processos: conceitos, metodologia e práticas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597021301.</p> <p>SLACK, N.; BRANDON-JONES, A.; JOHNSTON, R. Administração da produção. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597015386.</p> <p>SUZANO; M. A. Administração da produção e operações com ênfase em logística. Editora Interciência, 2013. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788571932913.</p> | | |

| | | | |
|--|--|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Gestão Empreendedora | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 66 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 33 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 33 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Gestão Financeira | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Proporcionar aos estudantes a compreensão de conceitos da Gestão Organizacional e do Empreendedorismo aplicáveis na prática empresarial de distintas organizações. Busca-se fomentar o desenvolvimento de novos empreendedores para o planejamento, organização, direção e controle nas tomadas de decisão mais assertivas possíveis, em sintonia com as novas tendências mundiais, com criatividade e relevância para a sociedade. | | |
| EMENTA | Fundamentos de gestão; Ambiente das organizações e noções sobre estratégia empresarial; Inovação e Empreendedorismo; Plano e Modelo de negócios. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>DORNELAS, J. Dicas essenciais de empreendedorismo: sugestões práticas para quem quer empreender. São Paulo: Empreende, 2020 (Recurso <i>online</i>). ISBN 9786587052038.</p> <p>FARAH, O. E; CAVALCANTI, M.; MARCONDES, L. P. Empreendedorismo estratégico: criação e gestão de pequenas empresas. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017 (Recurso <i>online</i>). ISBN 9788522126972.</p> <p>HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. Administração estratégica: competitividade e globalização - conceitos. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019 (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788522127986.</p> <p>OSTERWALDER, A. Business model generation: inovação em modelos de negócios. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019 (Recurso <i>online</i>) ISBN 9786555204605.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>BESSANT, J.; TIDD, J. Inovação e empreendedorismo. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019 (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788582605189.</p> <p>CHIAVENATO, I. Administração para todos: ingressando no mundo da gestão de negócios. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2021 (Recurso <i>online</i>) ISBN 9786559770380.</p> <p>DOLABELA, F. O segredo de Luísa. Rio de Janeiro, RJ: Sextante, 2008. 299 p. ISBN 9788575423387.</p> <p>DORNELAS, J.; CHAMIS, F.; PETTY, W. Dupla empreendedora: empreendedorismo em quadrinhos. 2. ed. São Paulo: Empreende - Fazendo Acontecer, 2019 (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788566103267.</p> <p>ROCHA, A. G. F. Planejamento e gestão estratégica. 2. ed. São Paulo: Editora Pearson, 2018. 213 p. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788543025759.</p> | | |

| | | | |
|--|---|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Logística Internacional | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 66 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 66 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 0 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Não há pré-requisitos | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Proporcionar ao estudante de Tecnologia em Logística uma visão global sobre os procedimentos administrativos do Comércio Internacional, seja na exportação ou na importação, oportunizando a reflexão sobre a internacionalização nos diversos contextos organizacionais e sua relação com a logística internacional, com vistas a soluções que possam melhorar e aumentar a produtividade e a competitividade das organizações inseridas na área de negócios internacionais. | | |
| EMENTA | Noções de comércio internacional; Legislação aduaneira; Processo de exportação; Processo de importação; Planejamento estratégico para inserção no mercado internacional; Logística de transportes internacionais. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>DAVID, P. A. Logística internacional: gestão de operações de comércio internacional. 2. ed., São Paulo: Cengage Learning, 2018. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788522124244.</p> <p>LUZ, R. Comércio internacional e legislação aduaneira. 6. ed., Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2015. ISBN 9788530963187.</p> <p>MINERVINI, N. O exportador: construindo o seu projeto de internacionalização. 7. ed., São Paulo: Grupo Almedina, 2019 (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788562937200.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>LUDOVICO, N. Logística internacional: um enfoque em comércio exterior. 4. ed., São Paulo: Saraiva, 2017. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788547228453.</p> <p>KEEDI, S. ABC do comércio exterior: abrindo as primeiras páginas. São Paulo: Aduaneiras, 2012.</p> <p>MENDES, G. S. Fundamentos de comércio exterior: termos técnicos. 1. ed., Editora Intersaberes, 2022. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9786555173161.</p> <p>MÈRCHER, L. Estratégias de internacionalização: teorias e práticas. Editora Intersaberes, 2021. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9786555178418.</p> <p>SEGRE, G. (org.) Manual prático de comércio exterior. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597017397.</p> | | |

| | | | |
|--|---|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Modelagem e Simulação | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 66 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 33 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 33 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Pesquisa Operacional | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Compreender os princípios teóricos e práticos da modelagem e simulação de sistemas, como um processo computacionalmente implementável, ou factível de ser realizado com o auxílio do <i>software</i> de simulação ProModel. | | |
| EMENTA | O componente curricular abrangerá conceitos introdutórios sobre modelagem e simulação de sistemas discretos. Serão discutidas as fases do processo de simulação e realizados estudos de caso e atividades práticas utilizando <i>software</i> específico. Também será abordada a construção de projetos de simulação. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>FREITAS FILHO, P. J. Introdução à modelagem e simulação de sistemas: com aplicações em Arena. Santa Catarina: Visual Books, 2001.</p> <p>GREGÓRIO, G. F. P.; LOZADA, G. Simulação de sistemas produtivos. Porto Alegre: SAGAH, 2018. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788595029194.</p> <p>SOUZA, A. C. Z.; PINHEIRO, C. A. M. Introdução à modelagem, análise e simulação de sistemas dinâmicos. Rio de Janeiro, RJ: Interciência, 2008. 173 p. ISBN 9788571931886.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>CAMPOS, A. L. N. Modelagem de Processos com BPMN. 2. ed. Editora Brasport, 2014. 192 p. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788574526959.</p> <p>PRADELLA, S.; FURTADO, J. C.; KIPPER, L. M. Gestão de processos: da teoria à prática. São Paulo: Atlas, 2012. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788597009149.</p> <p>MATTOS, A. C. M. Sistemas de informação: uma visão executiva. São Paulo: Saraiva, 2010. 223 p.</p> <p>ROCHA, H. M.; AFFONSO, L. M. F.; BARRETO, J. Mapeamento e modelagem de processos. Porto Alegre: SAGAH, 2017. (Recurso <i>online</i>). ISBN 9788595021471.</p> <p>VALLE, R.; OLIVEIRA, S. B. (Org.) Análise e modelagem de processos de negócio: foco na notação BPMN (<i>business process modeling notation</i>). São Paulo: Atlas, 2013. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788522479917.</p> | | |

| | | | |
|--|--|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Projeto de Extensão | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 66 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 66 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 0 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 66 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Não há pré-requisitos | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Estabelecer relação entre os conhecimentos adquiridos ao longo do curso e efetivar pela prática a resolução de problemas na sociedade. | | |
| EMENTA | Realizar diagnósticos em problemas oriundos da comunidade na qual o <i>campus</i> Bento está inserido e apresentar propostas de melhoria, tanto operacionais, táticos, estratégicos, e em aspectos logísticos, econômicos, sociais e ambientais. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>DORNELAS, J. Dicas essenciais de empreendedorismo: sugestões práticas para quem quer empreender. São Paulo: Empreende, 2020 (Recurso <i>online</i>). ISBN 9786587052038.</p> <p>FARAH, O. E; CAVALCANTI, M.; MARCONDES, L. P. Empreendedorismo estratégico: criação e gestão de pequenas empresas. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017 (Recurso <i>online</i>). ISBN 9788522126972.</p> <p>HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. Administração estratégica: competitividade e globalização - conceitos. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019 (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788522127986.</p> <p>MELLO, C. M.; DE ALMEIDA NETO, J. R. M.; PETRILLO, R. P. Curricularização da extensão universitária. 2. ed. Editora Processo, 2022, 124 p.</p> <p>OSTERWALDER, A. Business model generation: inovação em modelos de negócios. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019 (Recurso <i>online</i>) ISBN 9786555204605.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>BÉSSANT, J.; TIDD, J. Inovação e empreendedorismo. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019 (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788582605189.</p> <p>CHIAVENATO, I. Administração para todos: ingressando no mundo da gestão de negócios. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2021 (Recurso <i>online</i>) ISBN 9786559770380.</p> <p>DOLABELA, F. O segredo de Luísa. Rio de Janeiro, RJ: Sextante, 2008. 299 p. ISBN 9788575423387.</p> <p>DORNELAS, J.; CHAMIS, F.; PETTY, W. Dupla empreendedora: empreendedorismo em quadrinhos. 2. ed. São Paulo: Empreende - Fazendo Acontecer, 2019 (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788566103267.</p> <p>REVISTA VIVER IFRS. Revista da Pró-reitoria de Extensão do IFRS. ISSN Eletrônico: 2674-6867. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ViverIFRS/index>. Acesso em: jun. 2024.</p> <p>ROCHA, A. G. F. Planejamento e gestão estratégica. 2. ed. São Paulo: Editora Pearson, 2018. 213 p. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788543025759.</p> | | |

7.10.2 COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

A seguir são apresentados os componentes curriculares optativos, ou seja, aqueles que abordam os conhecimentos considerados complementares à formação do egresso.

| MATRIZ CURRICULAR - COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS | | | |
|---|-------------------------------------|----------------------------------|--------------------------|
| COMPONENTE | CARGA HORÁRIA (HORA-RELÓGIO) | CARGA HORÁRIA (HORA-AULA) | PERÍODOS SEMANAIS |
| Logística para Eventos | 33 | 40 | 2 |
| Seminário em Economia | 33 | 40 | 2 |
| Tecnologia e Sociedade | 33 | 40 | 2 |
| Língua Brasileira de Sinais | 33 | 40 | 2 |
| Introdução à Educação a Distância | 33 | 40 | 2 |
| Educação em Direitos Humanos | 33 | 40 | 2 |

| | | | |
|--|---|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Logística para Eventos | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 33 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 33 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 0 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Não há pré-requisitos | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Propiciar aos estudantes a compreensão acerca dos elementos que envolvem a logística para um evento, tendo o contato teórico-prático com ferramentas de gestão de eventos. | | |
| EMENTA | O que é evento, origens e tipologias. Etapas de um evento: pré, per e pós evento. Eventos corporativos: lançamento de produtos, reuniões de negócios, participação em feiras. Logística para eventos: gerenciamento de produtos, equipamentos, infraestrutura e serviços. Ferramentas de gestão para eventos: 5W2H, Diagrama de Gantt, <i>Check list</i> , aplicativos de gerenciamento de projetos. Logística reversa em eventos. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>CARVALHO, A. M. Stand e eventos. Porto Alegre: SAGAH, 2019. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>CZAJKOWSKI, A.; CZAJKOWSKI JÚNIOR, S. Eventos: uma estratégia baseada em experiências. Curitiba: Editora Intersaberes, 2017. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>NOGUEIRA, C. G.; CZAJKOWSKI JÚNIOR, S.; DE LIMA, R. M.; ROSSI, J. C.; COSTA, L. A. S.; SILVA, N. B. X.; HERNANDEZ, S. S. S. Planejamento de eventos. Porto Alegre: Sagah, 2020. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>DORTA, L. O. Fundamentos em técnicas de eventos. Porto Alegre: Bookman, 2015. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>GALVÃO, A. L. B.; SILVA, G. C. Serviços logísticos: organização e montagem de eventos. São Paulo: Erica, 2014. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>MELO NETO, F. P. Criatividade em eventos. São Paulo: Editora Contexto, 2012. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>MENDONÇA, M. J. A.; ALMENDROS, J. G. P. Planejamento e organização de eventos. São Paulo: Erica, 2014. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>YANES, A. F. Cerimonial, protocolo e etiqueta em eventos. São Paulo: Erica, 2014. (Recurso <i>online</i>).</p> | | |

| | | | |
|--|---|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Língua Brasileira de Sinais | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 33 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 33 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 0 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Não há pré-requisitos | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Conhecer o sistema linguístico da Língua Brasileira de Sinais, compreendendo a especificidade da comunidade surda para a quebra de estigmas e auxiliando na inclusão social. | | |
| EMENTA | Introdução aos aspectos linguísticos da LIBRAS. Fundamentos históricos e culturais da Libras. Parâmetros linguísticos da Língua Brasileira de Sinais. Princípios da conversação: diálogos e narrativas simples. Vocabulário da Libras em contextos diversos. Introdução aos recursos gramaticais da Libras: uso do corpo e do espaço. Estudo dos classificadores básicos. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: o mundo do surdo em libras. São Paulo: Edusp, 2004.</p> <p>QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira - Estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>SKLIAR, C. Surdez e educação: um olhar sobre as diferenças. 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>CARVALHO, R. E. Educação inclusiva com os pontos nos "is". Porto Alegre: Mediação, 2004.</p> <p>GESSER, A. LIBRAS? Que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.</p> <p>LODI, A. C. B; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L. Leitura e escrita no contexto da diversidade. Porto Alegre: Mediação, 2015.</p> <p>LOPES, M. C. Surdez & educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.</p> <p>MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. 5. ed. São Paulo, SP: Summus, 2006.</p> | | |

| | | | |
|--|---|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Introdução à Educação a Distância | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 33 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 33 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 0 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Não há pré-requisitos | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Otimizar o uso do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA), abordagens pedagógicas para estimular a autonomia na aprendizagem e recursos tecnológicos e <i>softwares</i> educativos. | | |
| EMENTA | Introdução à educação a distância (EaD); Ferramentas adicionais do AVEA; Abordagens pedagógicas para a EaD; Autonomia na aprendizagem em educação a distância; Tecnologias educacionais. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>BACICH, L; MORAN, J. M. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.</p> <p>BEHAR, P. A. Competências em Educação a Distância. Porto Alegre: Penso, 2013</p> <p>LÉVY, P. Cibercultura. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.</p> <p>MESQUITA, D. Ambiente virtual de aprendizagem conceitos, normas, procedimentos e práticas pedagógicas no ensino à distância. São Paulo: Érica, 2014.</p> <p>MUNHOZ, A. S. O Estudo em Ambiente Virtual de Aprendizagem: um guia prático. Curitiba: Intersaberes, 2012.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>BARBOSA, R. M. Ambientes virtuais de aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2005.</p> <p>MORAN, J. M. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Editora, 2015.</p> <p>PEREIRA, A. C. Ambientes virtuais de aprendizagem: em diferentes contextos. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007.</p> <p>SANTINELLO, J. Ensino superior em ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs). 1 ed. Curitiba: Intersaberes, 2015.</p> <p>SILVA, R. S. Moodle para autores e tutores. 2.ed. São Paulo: Novatec, 2011.</p> <p>VIEIRA. K. M. et al. Cibercultura. Curitiba: Intersaberes, 2021.</p> | | |

| | | | |
|--|---|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Tecnologia e Sociedade | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 33 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 33 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 0 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Não há pré-requisitos | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Compreender a produção de tecnologias como resultado da vida humana em sociedade e as transformações sociais que decorrem do desenvolvimento tecnológico. | | |
| EMENTA | A reciprocidade existente na relação entre sociedade e tecnologia: a produção tecnológica como resultado da convivência humana em sociedade e as transformações sociais decorrentes do desenvolvimento tecnológico. A noção de cultura nas Ciências Sociais. Etnocentrismo, relativismo cultural e preconceito algorítmico. Exclusão digital no Brasil. Internet, redes sociais e sociabilidade. Dependência de internet e mídias digitais. Tecnologia e educação: limites e possibilidades. Tecnologia e política: algoritmos, <i>fake news</i> e polarização. Inteligência artificial, transformações no trabalho e desafios para a economia. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>DIAS, R. Sociologia. São Paulo: Pearson, 2018. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>DI FELICE, M.; PEREIRA, E.; ROZA, E. Net-ativismo: redes digitais e novas práticas de participação. Campinas: Papirus, 2019. (Recurso <i>online</i>) ISBN 9788544903131.</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Sociologia geral. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>LÉVY, P. Cibercultura. 3.ed. São Paulo: Editora 34, 2010. ISBN 9788573261264.</p> <p>Mc MAHON, C. A psicologia da mídia social. São Paulo: Editora Blucher, 2021. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>MYERS, D. G. Psicologia social. Porto Alegre: AMGH, 2014. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>SANCHES, N. Celular: democrático ou autoritário? São Paulo: Contexto, 2022. (Recurso <i>online</i>).</p> <p>SCHAEFER, R. T. Fundamentos de sociologia. Porto Alegre: AMGH, 2016. (Recurso <i>online</i>).</p> | | |

| | | | |
|--|--|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Seminário em Economia | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 33 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 33 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 0 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Não há pré-requisitos | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Investigar questões contemporâneas em Economia, por meio da análise crítica de textos e artigos acadêmicos, bem como da compreensão da história econômica, da conjuntura socioeconômica e da economia internacional. | | |
| EMENTA | História econômica: a economia brasileira no século XX e XXI. Conjuntura econômica: o cenário econômico gaúcho, brasileiro e mundial. Economia internacional: abertura de mercados, política comercial, blocos econômicos, câmbio e balanço de pagamentos. Estudos contemporâneos em economia: debate sobre textos, artigos, materiais multimídias relacionados a tópicos recentes sobre economia. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>MANKIW, N. G. Introdução à economia. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2010. 838 p. ISBN 9788522107056.</p> <p>PARKIN, M. Economia. 8. Ed. São Paulo: Editora Pearson, 2009. 832 p. (Recurso <i>online</i>). ISBN 9788588639324.</p> <p>TROSTER, R. L.; MOCHON, F. Introdução à economia. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002. 404 p.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>FERREIRA, M. A. Manual básico de análise econômica. Curitiba, PR: Editora Intersaberes 2019. 408 p. (Recurso <i>online</i>). ISBN 9788522701179.</p> <p>IZIDORO, C. Economia e mercado. 2. ed. São Paulo: Editora Pearson, 2019. 225 p. (Recurso <i>online</i>). ISBN 9788570160584.</p> <p>NEVES, R. B.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. Economia internacional: teoria e experiência brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 442 p.</p> <p>SCHWARTSMAN, A. Economia no cotidiano: Decifra-me ou te devoro. São Paulo: Editora Contexto, 2020. 128 p. (Recurso <i>online</i>). ISBN 9786555410273.</p> <p>SILVA, A. O. Introdução à economia e gestão. São Paulo: Editora Pearson, 2016. 155 p. (Recurso <i>online</i>). ISBN 9788543019185.</p> <p>SOUZA, J. M. Economia brasileira. 2. ed. Editora Pearson, 2019. 227 p. (Recurso <i>online</i>). ISBN 9788570160577.</p> <p>VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JR., R.; SAKURAI, S. N. Economia fácil. São Paulo: Saraiva, 2015. (Recurso <i>online</i>). ISBN 9788502634473.</p> <p>VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. Fundamentos de economia. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 332 p. ISBN 9788502137257.</p> | | |

| | | | |
|--|--|---|----|
| COMPONENTE CURRICULAR | Educação em Direitos Humanos | CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA-RELÓGIO) | 33 |
| CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL (HORA-RELÓGIO) | 33 | CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (HORA-RELÓGIO) | 0 |
| CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (HORA-RELÓGIO) | 0 | | |
| PRÉ-REQUISITOS | Não há pré-requisitos | | |
| CO-REQUISITOS | Não há co-requisitos | | |
| OBJETIVO GERAL | Analisar os conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos articulando competências e atitudes que se traduzam em ações, visando a formação de uma consciência cidadã. | | |
| EMENTA | A relação entre educação, direitos humanos e formação para cidadania. Direitos Humanos na América Latina e no Brasil. Projetos e práticas educativas promotoras da cultura de direitos. Educação e direitos humanos frente às políticas públicas. Sociedade, educação e movimentos sociais. | | |
| REFERÊNCIAS | <p>BÁSICA</p> <p>BUFFA, E.; ARROYO, M.; NOSELLA, P. (orgs.). Educação e cidadania: quem educa o cidadão. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>SCHILLING, F. (Org.). Direitos humanos e educação: outras palavras, outras práticas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>GENTILI, P. A. A.; FRIGOTTO, G. (org.). A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>BOBBIO, N. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.</p> <p>SACAVINO, S. B. Democracia e educação em direitos humanos na América Latina. Petrópolis: Novamerica, 2009.</p> <p>GENTLE, I. M.; ZENAIDE, M. N. T.; GUIMARÃES, V. M. G. (org.). Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas. João Pessoa: CEFET PB, 2008.</p> <p>OLIVEIRA, F. (org.). Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 2000.</p> <p>SOUZA, H. Revoluções da minha geração. São Paulo: Moderna, 1996.</p> | | |

7.11 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A Curricularização da Extensão tem como um dos seus principais objetivos promover uma interação dialógica dos estudantes com a comunidade da região onde o *campus* está inserido para que possam aprofundar sua compreensão sobre a realidade, entre outras finalidades. Neste contexto, o presente Projeto Pedagógico de Curso se orienta nas diretrizes e recomendações da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Resolução CONSUP nº 053, de 16 de agosto de 2022, na Instrução Normativa conjunta Proen/Proex nº 02/2024, que estabelece os fluxos e procedimentos de submissão, aprovação, validação e registro de ações de extensão nos componentes curriculares dos cursos de graduação do IFRS e da Política Nacional de Extensão Universitária, definida no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras.

A Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, regulamenta a aplicação da estratégia 12.7 da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que refere ao Plano Nacional de Educação (PNE), e estabelece as diretrizes para a extensão nos cursos das instituições de ensino superior. Esse ato legislativo define a extensão como atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade através da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. Entre as disposições, esta Resolução estabelece que “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”; e instrui o Instituto Anísio Teixeira (INEP) a considerar, para efeitos de autorização e reconhecimento de cursos, (i) o cumprimento dos 10% de carga horária mínima dedicada à extensão, (ii) a articulação entre atividades de extensão, ensino e pesquisa, (iii) os docentes responsáveis pela orientação das atividades de extensão nos cursos de graduação.

A Resolução CONSUP nº 053, de 16 de agosto de 2022, por sua vez, regulamenta as diretrizes e procedimentos para a implantação e desenvolvimento da Curricularização da Extensão para cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Em conformidade com o art. 6º desta Resolução, o presente Projeto Pedagógico de Curso adota, como forma de integração das atividades de extensão à matriz curricular, a estratégia de utilizar componentes curriculares específicos de extensão: Temas Emergentes I e II e Projeto de Extensão. Nesta estratégia, esses componentes curriculares específicos de extensão são inseridos na estrutura da matriz curricular do curso e cuja carga horária deve ser totalmente destinada ao cumprimento de atividades de extensão pelos estudantes.

Neste contexto, o presente PPC prevê que a realização das atividades de extensão esteja organizada nos seguintes componentes curriculares específicos:

- Temas Emergentes I: ofertado no segundo semestre do curso, com carga horária de 80 horas-aula;
- Temas Emergentes II: ofertado no quarto semestre do curso, com carga horária de 80 horas-aula;
- Projeto de Extensão: ofertado no quinto semestre do curso, com carga horária de 80 horas-aula.

Em consonância com o art. 7º da Resolução CONSUP nº 053, de 16 de agosto de 2022, estas atividades curriculares de extensão serão constituídas de forma vinculada a programas e/ou projetos de extensão, tendo os estudantes como protagonistas na sua execução. Neste contexto, serão desenvolvidas atividades com os estudantes para que estes possam planejar e desenvolver ações que favoreçam a aproximação entre a comunidade interna, externa e o IFRS.

Como procedimentos didáticos discutidos como atividades para a realização dos componentes curriculares podem ser utilizados eventos como seminários abertos, visitas técnicas, além de oficinas, cursos, e projetos junto à comunidade. Cita-se que podem ser consideradas modalidades de atividades extensionistas, conforme o artigo 8º da Resolução CNE/CES nº 7/2018, “I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; e V - prestação de serviços”. Salienta-se que a organização dos conteúdos programáticos cumprirá a carga horária prevista para o componente curricular e também a obrigatoriedade da presencialidade das atividades de extensão, conforme o art. 9º. Reitera-se, ainda, que conforme disposto nos artigos 7º da mesma resolução que “São consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução, e conforme normas institucionais próprias”. Os procedimentos de submissão e validação de ações de extensão devem seguir a Instrução Normativa Conjunta PROEX/PROEN IFRS nº 01/2024.

De forma mais específica, os referidos componentes curriculares visam trazer as atualizações do campo de conhecimento do Curso, o estado da arte do conhecimento e as novas práticas do mundo do trabalho. Desta forma, os componentes curriculares da extensão, de forma dinâmica por intermédio das atividades planejadas que permitem contato com a comunidade, seja pela abertura à participação da mesma, seja recebendo membros da comunidade externa, irão contribuir para o atingimento dos objetivos do Curso Superior de Tecnologia em Logística, em especial no que se refere ao objetivo geral do curso (item 7.1 deste documento) quando se remete à “integração dos pressupostos teóricos e aspectos práticos voltados às cadeias de suprimentos da região de atuação do *campus* e, também, nacional e internacionalmente”.

Já em relação aos objetivos específicos (listado no item 7.2), a extensão no curso pode ser relacionada ao item I, que visa “Possibilitar ao estudante o desenvolvimento de competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, relacionadas à cadeia de suprimentos, com ênfase na logística”; e, V, que pretende “Promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho”, vez que as atividades dos componentes visam buscar atualização de conhecimentos e trabalhar a prática em confluência com a comunidade interna e externa. Ainda, o componente de Projeto de Extensão pode auxiliar no atingimento do objetivo específico III, de “Incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos, na busca de soluções de problemas de acordo com as demandas e peculiaridades regionais, sem deixar de interagir com o mercado globalizado”. Isso pois, almeja-se que problemas e desafios da comunidade externa e interna podem ser base para os referidos projetos.

Também, acredita-se que os componentes de extensão contribuam para a formação do perfil do egresso (item 7.4 do presente PPC) no que tange a auxiliar no desenvolvimento das competências operacionais, táticas e estratégicas esperadas deste profissional, ao possibilitar ao longo dos componentes de extensão, momentos de interação entre uma diversidade de atores da comunidade interna e externa e de aplicação dos conhecimentos obtidos para resolução de problemas e desafios da comunidade. Com isso, os estudantes podem ter participação nos diferentes espaços da sociedade

Cabe mencionar, que todos os componentes curriculares do Curso podem ter seus temas destinados às práticas extensionistas, que podem ser abordadas interdisciplinarmente, de forma a preparar os estudantes para os diferentes desafios no ambiente profissional e social.

Por fim, referente à avaliação das atividades de extensão, estas serão contínuas, processuais, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, considerando-se, assim, o seu caráter formativo e pedagógico. Os instrumentos avaliativos visam a integrar todos os conteúdos abordados, podendo constituir-se de formulários, relatórios escritos, apresentações orais e artefatos, a serem realizados por parte dos estudantes e da comunidade. A apreciação destes poderá ser utilizada para aprimorar continuamente as práticas propostas.

7.12 ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

O presente PPC não contempla as atividades curriculares complementares como forma de avaliação discente, em conformidade com o Parecer CNE/CES nº 239, de 6 de novembro de 2008.

7.13 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O presente PPC não contempla o trabalho de conclusão de curso obrigatório como forma de avaliação discente, em conformidade com o Parecer CNE/CES nº 239, de 6 de novembro de 2008.

7.14 ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO

O presente PPC não contempla o estágio curricular obrigatório e não-obrigatório como forma de avaliação discente, em conformidade com o Parecer CNE/CES nº 239, de 6 de novembro de 2008. Entende-se que o estágio é um processo educativo desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação à aprendizagem de competências próprias da prática profissional, por isso é facultado ao estudante, conforme a Lei 11.788/08, a realização de estágios não obrigatórios a fim de que possa se inserir no mundo do trabalho.

O estágio não obrigatório, é aquele que não se constitui em componente curricular. Caberá, neste caso, aos estudantes, conforme disponibilidade e interesse, realizar o estágio não obrigatório, o qual poderá ser desenvolvido ao longo do curso. Esta atividade se caracteriza como prática profissional, mencionada no item 7.9.2. Para fins de estágio, o estudante deverá estar com a matrícula ativa no curso.

Conforme art. 234º do documento de Organização Didática, são objetivos do estágio:

- I. Possibilitar ao estudante o exercício da prática profissional, aliando a teoria à prática, como aspecto integrante de sua formação;
- II. Contribuir para o ingresso do estudante no mundo do trabalho;
- III. Promover a integração do IFRS com a sociedade e sua organicidade com o mundo do trabalho.

Neste contexto, as atividades programadas para o estágio deverão manter uma convergência com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo estudante durante a sua formação, considerando o

perfil do egresso. Esta inserção do estudante no mundo do trabalho pressupõe supervisão sistemática, realizada conjuntamente por professor orientador do IFRS e por um supervisor de estágio da concedente.

7.15 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem tem por finalidade mediar e colaborar com o processo de ensino e aprendizagem, tanto individual quanto coletivamente, desenvolvendo estratégias educacionais que contribuam com a efetividade do direito a aprender. O sistema de avaliação do processo de ensino e de aprendizagem no Curso Superior de Tecnologia em Logística ocorre de acordo com o que preconiza a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e expressa no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no Documento de Organização Didática do IFRS. Neste sentido, o processo avaliativo deste curso contempla o enfoque diagnóstico, participativo, formativo e interdisciplinar, tendo em vista um processo contínuo, considerando o percurso dos estudantes, valorizando sua progressão e a busca de estratégias de superação de suas dificuldades.

A avaliação do rendimento escolar do estudante deverá ser contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, no processo de ensino e aprendizagem, as funções diagnóstica, processual, formativa, somativa, emancipatória e participativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Os instrumentos de acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem, dentro dessa perspectiva, devem ser organizados através de seminários, dinâmicas de grupo, visitas técnicas, estudos de caso, apresentação oral, provas, listas de exercícios, entre outros.

Consoante ao que orienta o Documento de Organização Didática do IFRS, devem ser utilizados, no mínimo, 2 (dois) instrumentos avaliativos em cada componente curricular, para composição da média dos estudantes. Os resultados serão expressos semestralmente, observando o previsto, conforme segue:

- As notas são registradas de 0 (zero) a 10 (dez), sendo admitida apenas uma casa decimal após a vírgula;
- A nota mínima da média semestral (MS) para aprovação em cada componente curricular será 7,0 (sete), calculada através da média aritmética das avaliações realizadas ao longo do semestre;
- O estudante que não atingir média semestral igual ou superior a 7,0 (sete) ao final do período letivo, em determinado componente curricular, terá direito a exame final (EF);
- O exame final constará de uma avaliação dos conteúdos trabalhados no componente curricular durante o período letivo. Neste caso, a média final (MF) será calculada a partir da nota obtida

no exame final (EF) com peso 4 (quatro) e da nota obtida na média semestral (MS) com peso 6 (seis), conforme a equação:

$$MF = (EF * 0,4) + (MS * 0,6) \geq 5,0$$

- A aprovação do estudante no componente curricular dar-se-á somente com uma frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e média semestral (MS) igual ou superior a 7,0 (sete) ou média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco), após realização de exame.

7.15.1 DA RECUPERAÇÃO PARALELA

De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Resolução CONSUP nº 1/2024-CONSUP-REI, de 23 de janeiro de 2024, que aprova a Organização Didática do IFRS, todo estudante, de qualquer nível ou modalidade de ensino, tem direito à recuperação paralela, dentro do mesmo trimestre/semestre. O documento de Organização Didática prevê que os estudos de recuperação “terão a finalidade de sanar as dificuldades do processo de ensino-aprendizagem e elevar o nível da aprendizagem e o respectivo resultado das avaliações dos estudantes, oportunizando recuperar qualitativa e quantitativamente os conteúdos e práticas”.

Dessa forma, caberá ao docente estabelecer os instrumentos que serão utilizados, de forma a atender às peculiaridades do componente curricular, respeitando as etapas delimitadas em nossa OD:

I. Readequação das estratégias de ensino e aprendizagem: O primeiro passo é revisar o que já está sendo feito: as práticas que estão funcionando e quais precisam ser ajustadas. Explorar novas metodologias que possam tornar o aprendizado mais dinâmico e acessível. Também é possível adaptar as estratégias com o suporte de ferramentas tecnológicas para promover um aprendizado mais interativo e personalizado. Isso será pensado em cada disciplina de forma individualizada, respeitando as especificidades de cada uma.

II. Construção individualizada de um plano de estudos: Identificar as necessidades e particularidades de cada estudante em sua aprendizagem, ritmo, pontos fortes e áreas de dificuldade. Levantar em conta as estratégias que melhor se adaptam ao aluno (ex.: mapas mentais, resumos, leituras, vídeos, exercícios práticos). Incluir materiais específicos como livros, vídeos, podcasts, simulados, dependendo do que é mais acessível e eficaz para o aluno. Avaliar continuamente o progresso do aluno e ajustar o plano conforme necessário. O plano de estudos precisa ser flexível, permitindo mudanças ao longo do processo.

III. Esclarecimento de dúvidas: Aproveitar o momento disponibilizado ao estudante para seu atendimento para que traga suas dúvidas e pontue suas dificuldades.

IV. Avaliação: neste ponto cabe ressaltar que ela se dará por meio de avaliações formais escritas como provas e estudos de caso, trabalhos de pesquisa e fóruns para debate e discussão, seminários, entre outros (observando-se: prazo de entrega, conteúdo, fontes pesquisadas - referências bibliográficas, formatação, respeito às opiniões dos colegas, criatividade, objetividade, entre outros). Nos casos em que houver estudantes com necessidades educacionais específicas, as avaliações seguirão o disposto no Plano Educacional Individualizado (PEI) do estudante.

Ressalta-se que a recuperação paralela é uma importante ação de permanência e êxito dos estudantes.

7.16 METODOLOGIAS DE ENSINO

Em consonância com o disposto na Instrução Normativa PROEN nº 01, de 15 de maio de 2015, que estabelece orientações para a metodologia de ensino no âmbito dos cursos do IFRS, o Curso Superior de Tecnologia em Logística tem como pressuposto pedagógico que a prática educativa deva ser orientada por uma didática ativa, em que o estudante seja desafiado à resolução de problemas práticos, consoantes às áreas de conhecimento do Curso, privilegiando a relação com o mundo do trabalho e suas tecnologias, de modo pertinente ao conteúdo disposto na ementa dos componentes curriculares.

A metodologia do Curso considera, igualmente, como primordial a realização de projetos de cunho interdisciplinar, a flexibilidade curricular e a necessidade de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, com vistas ao desenvolvimento de novos saberes, práticas e tecnologias associadas ao eixo Gestão e Negócios. Ao incorporar inovações pedagógicas, a metodologia do Curso pretende estabelecer um fazer pedagógico voltado para a superação da dicotomia ciência-tecnologia e teoria-prática, orientado pela pesquisa como princípio educativo e científico, e nas ações de extensão, de maneira a manter um diálogo permanente com a comunidade externa.

Os estudantes com necessidades educacionais específicas serão acompanhados de modo permanente em seu desenvolvimento, sendo feitas, sempre que necessárias, adaptações curriculares, na avaliação ou no itinerário formativo, de forma a ampliar as possibilidades de inclusão e participação pertinente a cada indivíduo. A inclusão, portanto, mostra-se como elemento fundante, expressa através das possibilidades para ingresso e permanência no Curso, tais como acessibilidade, adaptações curriculares, utilização e desenvolvimento de tecnologias assistivas, entre outras.

O uso de novas tecnologias, por sua vez, deverá orientar a metodologia de ensino e de aprendizagem, contribuindo para uma mudança qualitativa, a partir de uma visão inovadora. Dessa forma, terá como base a realidade social e do mundo do trabalho e de seus protagonistas, relacionando o cotidiano acadêmico a contextos mais amplos, de modo a articular o senso comum ao saber socialmente construído, integrando e contextualizando os diversos componentes curriculares do Curso à nova realidade social e laboral.

7.17 ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

O acompanhamento pedagógico compreende as atividades de orientação e apoio ao processo de ensino e aprendizagem, tendo como foco não apenas o estudante, mas todos os sujeitos envolvidos, resultando na reorientação deste processo. As atividades de apoio atenderão a demandas de caráter pedagógico, psicológico, social, entre outros, através do atendimento individual e/ou em grupos, com vistas à promoção, qualificação e ressignificação dos processos de ensino e aprendizagem, permanência e êxito.

O *campus* Bento Gonçalves possui uma equipe de profissionais voltada ao atendimento pedagógico, psicológico e social dos estudantes, tais como: psicólogo(a), pedagogo(a), assistente social, técnico(a) em assuntos educacionais e assistente de alunos. Além desses profissionais, o

acompanhamento pedagógico é também realizado pelos professores, que disponibilizam horários extraclasse para atendimento às dificuldades apresentadas.

7.17.1 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFRS

No que tange à Política de Assistência Estudantil do IFRS, instituída pela Resolução CONSUP nº 086, de 03 de dezembro de 2013, a mesma está baseada no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, e na Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012, que dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Tal política concede às Instituições Federais a condição de ampliar sua atenção aos estudantes no que diz respeito à sua permanência nos cursos.

A Política de Assistência Estudantil do IFRS tem entre os seus objetivos: promover o acesso e permanência na perspectiva da inclusão social e da democratização do ensino; assegurar aos estudantes igualdade de oportunidades no exercício de suas atividades curriculares; promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios de caráter cultural, artístico, científico e tecnológico; bem como estimular a participação dos educandos, por meio de suas representações, no processo de gestão democrática.

A Assistência Estudantil do IFRS possui um amplo escopo de atenção, oferecendo condições para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes e agindo, preventivamente, nas situações de retenção e evasão, incluindo desde Ações de Caráter Universal até Programas de Benefícios, atingindo, desse modo, diferentes públicos dentro da comunidade escolar. Entende-se por Ações de Caráter Universal aquelas oferecidas a todos os estudantes, independentemente de sua situação socioeconômica, promovendo a permanência mediante programas de promoção de saúde, apoio psicológico, apoio pedagógico, orientação familiar, mediação de relações de ensino e de aprendizagem, encaminhamentos realizados dentro da rede pública de serviços, intervenções nos processos institucionais de acolhimento ao estudante, atividades esportivas e culturais, entre outros. Por sua vez, os Programas de Benefícios são ações que envolvem iniciativas voltadas à equidade de oportunidades e à melhoria das condições socioeconômicas, tendo como público específico, os estudantes que preenchem os critérios de vulnerabilidade.

A Política de Assistência Estudantil, bem como seus programas, projetos e ações, é concebida como um direito do estudante, garantido e financiado pela Instituição por meio de recursos federais. Para o desenvolvimento dessas ações, o *campus* Bento Gonçalves do Instituto Federal do Rio Grande do Sul possui em sua estrutura organizacional a Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE), que está diretamente ligada à Diretoria de Ensino e trabalha com uma equipe especializada de profissionais de forma articulada com os demais setores da Instituição.

Nesse contexto, a CAE é composta por profissionais da área da educação, psicologia, serviço social, assistentes de alunos, nutrição e enfermagem e tem como objetivo promover o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem, buscando formas de

participação social desses na perspectiva de vivência política e gestão democrática, em parceria com os diferentes setores do *campus*, em intervenções interdisciplinares.

Os auxílios da Assistência Estudantil estão previstos no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), na Política de Assistência Estudantil do IFRS, aprovada pela Resolução CONSUP nº 086, de 03 de dezembro de 2013, na Instrução Normativa PROEN nº 02, de 03 de maio de 2022, que normatiza as Diretrizes de apoio ao estudante da assistência estudantil do IFRS, e em edital específico de cada campus do IFRS. Esses auxílios são destinados aos estudantes matriculados em cursos do campus Bento Gonçalves do IFRS, atendendo prioritariamente àqueles que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica, com a oferta de ações como o Auxílio Permanência e o Auxílio Moradia.

A finalidade dos auxílios, desta forma, é fortalecer as condições de frequência, aproveitamento e permanência do estudante nas atividades acadêmicas, beneficiando, prioritariamente, estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio. A distribuição dos auxílios é realizada conforme os recursos disponíveis para a Assistência Estudantil em cada campus do IFRS.

O recurso destinado à Assistência Estudantil é proveniente da Ação 2994 (Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica) e é centralizado na Reitoria, sendo disponibilizado mensalmente aos campi de acordo com quantitativo de auxílios (permanência e moradia). Assim, os estudantes que têm sua solicitação de auxílio deferida, após a análise socioeconômica, serão classificados em grupos e os valores dos diferentes grupos serão definidos a partir de critérios de renda e vulnerabilidade, de acordo com a Instrução Normativa PROEN, de 03 de fevereiro de 2020.

Além dos auxílios concedidos a partir das faixas de valores, o campus Bento Gonçalves do IFRS manterá o Auxílio-Moradia, nos termos da Instrução Normativa PROEN nº 02, de 03 de maio de 2022, para o estudante que é oriundo de família que não resida em Bento Gonçalves e que tenha se deslocado de sua cidade de origem para estudar no campus. Para obtenção do Auxílio-Moradia, são critérios o pertencimento ao público prioritário, somado à necessidade de mudança/permanência para o município/região de sede do campus Bento Gonçalves.

7.17.2 MECANISMOS DE NIVELAMENTO

O desenvolvimento de atividades formativas, ou nivelamento, visa aprimorar conhecimentos essenciais para que o estudante consiga avançar no itinerário formativo de seu curso. Tais atividades serão asseguradas ao discente por meio de:

- I. componentes curriculares de formação básica, na área do Curso, previstas no próprio currículo, visando retomar os conhecimentos básicos a fim de dar condições para que os estudantes consigam prosseguir no currículo;
- II. projetos de ensino elaborados pelo corpo docente do Curso, voltados para conteúdos/temas específicos com vistas à qualificação da aprendizagem;
- III. programas que incentivem grupos de estudo entre os estudantes de um Curso ou mais, com vistas à aprendizagem cooperativa;
- IV. demais atividades formativas promovidas pelo Curso, para além das atividades curriculares, que visem subsidiar/sanar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes;
- V. monitoria de estudos supervisionada pelos professores, na qual os estudantes que se destacam em determinada área possam auxiliar os colegas.

7.17.3 INFRAESTRUTURA PARA ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

Para cumprir com os objetivos de atendimento das necessidades e permanência do estudante, o *campus* conta com uma infraestrutura que possibilita o acompanhamento pedagógico e o desenvolvimento das Políticas de Assistência Estudantil.

7.17.3.1 NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO

Toda a alimentação preparada no refeitório do *campus* tem a supervisão de um profissional de nutrição, o qual desenvolve o cardápio priorizando uma alimentação equilibrada e saudável. O refeitório tem acomodação para 180 pessoas. São servidos almoços para os estudantes com aulas pela manhã e tarde; e jantar para os discentes com aulas na tarde e noite.

7.17.3.2 PRONTO ATENDIMENTO DE ENFERMAGEM

O Pronto Atendimento de Enfermagem realiza um serviço personalizado e integral à comunidade escolar. A assistência de enfermagem ocorre a nível de promoção, prevenção e reabilitação dos indivíduos, fazendo encaminhamentos quando necessário. Os cuidados de enfermagem e primeiros socorros são proporcionados por profissionais habilitados, dentre eles uma técnica de enfermagem e uma enfermeira.

7.17.3.3 BLOCO DE CONVIVÊNCIA

O Bloco de Convivência é um espaço físico destinado aos estudantes para que possam interagir e descansar em horários alternativos dentro da Instituição. Esse espaço oferece em sua infraestrutura a lanchonete da cooperativa, espaços para conversas, salas dos diretórios acadêmicos e do grêmio estudantil.

7.17.4 ACESSIBILIDADE E ADEQUAÇÕES CURRICULARES PARA ESTUDANTES COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS

O IFRS, por meio da Instrução Normativa PROEN nº 04, de setembro de 2020, visa regulamentar os fluxos e procedimentos de identificação, acompanhamento e realização do Plano Educacional Individualizado (PEI) de estudantes com necessidades educacionais específicas que, em decorrência de deficiência, transtornos funcionais específicos, limitações transitórias ou permanentes, ou altas habilidades/superdotação, necessitem de adaptações razoáveis e/ou acessibilidade curricular.

De acordo com esta Instrução Normativa, para cada estudante com necessidades educacionais específicas que demande acessibilidade curricular, de qualquer curso ofertado pelo IFRS, deverá ser elaborado um PEI. Neste sentido, o PEI é um recurso pedagógico com foco individualizado no estudante e tem por finalidade otimizar o processo de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência ou outras especificidades. É um plano e registro das estratégias que visam promover acessibilidade curricular e que são necessárias para o estudante alcançar as expectativas de aprendizagem definidas para ele. Neste instrumento devem ser registrados os conhecimentos e habilidades prévios que identificam o repertório de partida, para que seja possível acompanhar a evolução em direção aos objetivos e planejar novas estratégias de ensino e aprendizagem. É uma proposta pedagógica compartilhada, que deve ser construída de forma colaborativa pelos profissionais da Instituição de Ensino, pais e/ou responsáveis e, quando possível, pelo próprio estudante.

Consideram-se pessoas com deficiência aquelas previstas no art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, nº art. 5º, § 1º do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, e, para efeitos legais, aquelas com transtorno do espectro autista, conforme art. 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Também farão jus ao PEI os estudantes que apresentarem algum outro tipo de necessidade educacional específica, como os transtornos funcionais específicos (dislexia, disgrafia, discalculia, dislalia, disortografia, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade) ou outra condição limitante da aprendizagem e, também, estudantes com altas habilidades/superdotação, conforme Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

O PEI deverá ser elaborado a partir das informações coletadas junto aos responsáveis e ao estudante, e construído de forma colaborativa, entre o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) e/ou Núcleo de Ações Afirmativas (NAAF), Setor Pedagógico, Assistência Estudantil e corpo docente do curso no qual o estudante ingressou. O PEI deverá ser entregue no NAPNE/NAAF ou Setor Pedagógico, ao final de cada etapa do período letivo, que deverá manter uma pasta com o registro de todas as adaptações desenvolvidas pelos docentes para cada estudante com necessidades educacionais específicas, com vistas a promover a acessibilidade curricular. Ao final do curso, os registros de todas as adaptações razoáveis e/ou

acessibilidades curriculares deverão ser arquivados na pasta do estudante, localizada na Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA).

7.17.5 ACESSIBILIDADE E ADEQUAÇÕES CURRICULARES PARA ESTUDANTES INDÍGENAS

O IFRS, por meio da Instrução Normativa PROEN nº 08, de 05 de novembro de 2020, visa regulamentar os fluxos e procedimentos de acompanhamento e realização do Plano Educacional Individualizado (PEI) para os estudantes indígenas do IFRS.

De acordo com esta Instrução Normativa, para cada estudante indígena, de qualquer curso ofertado pelo IFRS, deverá ser elaborado um PEI. Neste sentido, o PEI é um recurso pedagógico que tem por finalidade otimizar o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes indígenas do IFRS. Trata-se de um registro a partir de um levantamento sociolinguístico que considera aspectos histórico-culturais das diferentes etnias dos estudantes indígenas da Instituição. Propõe reunir em um único documento os conhecimentos e as habilidades prévias que identificam o repertório do estudante. Visa acompanhar o êxito, acadêmico e de sociabilidade, do estudante indígena, traçando estratégias de ensino e aprendizagem, mediante a valorização da história e cultura indígena. É uma proposta pedagógica que deve ser construída de forma colaborativa pelos profissionais do setor pedagógico, assistência estudantil, docentes e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e/ou NAAF, considerando as especificidades desse perfil de alunado.

Conforme o inciso I, do art. 3, do Estatuto do Índio, Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, “Índio ou Silvícola - É todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional”.

O PEI deverá ser elaborado a partir das informações coletadas junto ao estudante indígena e escola progressa, e construído de forma colaborativa, entre o Setor Pedagógico, coordenadores de curso, Assistência Estudantil, NEABI (ou NAAF), e corpo docente do curso no qual o estudante ingressou. O PEI deverá ser entregue no Setor Pedagógico com cópia no NEABI/NAAF, ao final de cada etapa do período letivo, que deverá manter um arquivo físico e/ou digital com o registro do processo de escolarização indígena realizado pelos docentes para cada estudante. Ao final do curso, todos os registros deverão ser reunidos e arquivados na pasta do estudante, localizada na Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA).

7.18 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

De acordo com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFRS, a missão desta Instituição é “ofertar educação profissional, científica e tecnológica, inclusiva, pública, gratuita e de qualidade, promovendo a formação integral de cidadãos para enfrentar e superar desigualdades sociais, econômicas, culturais e ambientais, garantindo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e em consonância com potencialidades e vocações territoriais”. Neste contexto, segundo o PPI do IFRS, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve promover a articulação das diferentes áreas

do conhecimento e a inovação científica, tecnológica, artística, esportiva e cultural, promovendo a inserção do IFRS nos planos local, regional, nacional e internacional.

Considerando a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão como sendo um pressuposto para a consolidação da missão primordial do IFRS, o presente Projeto Pedagógico de Curso está organizado de maneira a promover a articulação das diferentes áreas do conhecimento e a inovação científica, tecnológica, artística e cultural. Neste contexto, os estudantes do Curso são incentivados a participar de programas e projetos de pesquisa, ensino e extensão, vinculados a editais de fluxo contínuo ou de fomento interno ou externo ao IFRS. A organização de eventos como o Salão de Iniciação Científica e Inovação Tecnológica (SICIT) e a Mostra Técnico-Científica do *campus* Bento Gonçalves do IFRS, além do Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica (SICT) do IFRS, tem como objetivos divulgar os resultados das atividades de pesquisa, ensino e extensão dos bolsistas e voluntários vinculados aos projetos desenvolvidos no IFRS e, também, promover um espaço para a troca de conhecimentos e experiências entre voluntários, bolsistas, pesquisadores, orientadores e outros profissionais do mundo do trabalho.

Especificamente, em relação à pesquisa, o grupo ao qual o Curso Superior de Tecnologia em Logística está vinculado é o chamado de “Logística Empresarial”, cujo endereço para acesso é dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5340180973950554. O mesmo está cadastrado no CNPq, e atua em diversas áreas de pesquisa multi e interdisciplinar, mais especificamente nas linhas de pesquisa relacionadas a analisar diferentes inter-relações da logística dentro da cadeia de suprimentos, pesquisando assuntos relativos à estratégia empresarial, marketing, inovação, compras, estoques, produção, distribuição, logística reversa, economia, custos, internacionalização de empresas e outras temáticas, com vistas à aplicabilidade e inovação no mundo do trabalho. Alguns exemplos de projetos de pesquisa do grupo: “Logística humanitária: um olhar acerca de suas práticas e desafios”; “A logística e os desastres naturais e humanos: o papel da logística humanitária”; “Estratégias e perspectivas na logística de distribuição”; “Logística de última milha e veículos elétricos sob o olhar da mídia”; “Análise da capacidade exportadora das empresas da Serra Gaúcha”; “Mercado de trabalho e formação: seus atores e contextos”, entre outros.

Ações de extensão incluem projetos que considerem demandas e/ou necessidades de nossa comunidade externa, com o intuito de capacitar, qualificar e preparar diferentes públicos para os novos desafios do mundo do trabalho e para que possam atuar no cenário das Tecnologias 4.0 lideradas pela inteligência artificial no setor logístico (realidade aumentada, *cyber security*, drones, *cloud computing*, integração de sistemas, *big data*, internet das coisas, veículos autônomos, *RFID*, robôs, entre outros). Ainda, correlacionando com temas emergentes como ESG, inovação e empreendedorismo, gestão competitiva, entre outros. Seguem exemplos de projetos de extensão: “Gestão da qualidade”; “Empreendedorismo” - como “Avanti IF Mais Empreendedor na Serra Gaúcha” e “IF Empreendedor Serra Gaúcha”; “Resgate de memórias dos cursos superiores em Tecnologia do IFRS *campus* Bento Gonçalves” – que foi realizado com o Curso de Tecnologia em Logística.

O *campus* também possui projetos de ensino na área de gestão e economia. Um exemplo de projeto é sobre Estratégias Educacionais Inovadoras em Economia: Gamificação, IA e Tutoria. Vale

ressaltar que as ações de ensino, pesquisa e extensão citadas não são exaustivas e os estudantes podem atuar em ações de natureza semelhante vinculadas aos demais eixos tecnológicos existentes no *campus*.

Para reforçar o caráter indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, este Projeto Pedagógico de Curso inclui componentes curriculares que podem ser desenvolvidos parcialmente na forma de atividades de ensino, pesquisa e extensão, tais como Metodologia da Pesquisa Científica Aplicada em Gestão, Filosofia e Ética, Democracia e Direitos Humanos, Tecnologia e Sociedade, Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental, Temas Emergentes I e II, Projeto de Extensão, entre outras.

7.19 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) figuram como importantes recursos no apoio aos processos de ensino e de aprendizagem durante a construção do conhecimento no âmbito dos diferentes componentes curriculares que compõem o currículo do Curso. Dessa forma, a matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Logística foi elaborada para que as TICs sejam utilizadas nos mais diversos componentes curriculares, integrando este recurso ao Curso. O *campus* Bento Gonçalves do IFRS incentiva o uso de ferramentas informatizadas para acesso a materiais didáticos em meios digitais. Os equipamentos e *softwares* que apoiarão a área de TICs estão localizados nas salas de aula, nos laboratórios de informática, laboratórios específicos e na biblioteca.

Os computadores dos laboratórios de informática do *campus* são equipados com *hardwares* e *softwares* necessários para o perfeito desenvolvimento das atividades educacionais do curso. Especificamente voltados para o Curso Superior de Tecnologia em Logística, o *campus* Bento Gonçalves disponibiliza o Laboratório de Simuladores Gerenciais – Jogos de Empresas e o Laboratório de Modelagem e Simulação. O *software* utilizado no componente curricular Jogos de Empresas utiliza a simulação gerencial, que é uma metodologia de capacitação empresarial. Usualmente, ela também é chamada de jogos de empresas, jogos de negócios e simulação empresarial. Alguns dos benefícios desse simulador são: a possibilidade de representar vários anos da gestão de uma empresa em questão de horas, considerando diferentes cenários. Esta compactação do tempo possibilita a visão de longo prazo e a importância de um planejamento estratégico; oportuniza um aprendizado dinâmico e motivante, no qual os participantes são agentes ativos do processo, em um ambiente que mescla competição e cooperação; propõe uma visão sistêmica das empresas, por meio de análises isoladas de áreas funcionais, assim como suas inter-relações; auxilia propiciando experiências no processo de tomada de decisões, assim como na avaliação de resultados e na análise de desempenhos; estimula o desenvolvimento de habilidades na análise e na interpretação de relatórios econômico-financeiros das empresas e do mercado; busca identificar e desenvolver aspectos comportamentais, tais como estilos de liderança e capacidade de trabalho em equipe, entre outros.

Por sua vez, o *software* utilizado no componente curricular Modelagem e Simulação tem as seguintes características: é um *software* de simulação especializado em eventos discretos, permitindo aos usuários modelar e analisar processos complexos em diversas áreas como manufatura e logística. Com uma interface gráfica intuitiva, oferece flexibilidade na modelagem de processos e na realização de análises detalhadas e otimizações. Possui recursos avançados como simulação visual e animação, relatórios estatísticos abrangentes, e capacidade de integração com outros *softwares*, como o

Microsoft Excel. Além disso, suporta programação personalizada para usuários avançados e fornece extensivo suporte técnico e materiais de treinamento.

As salas de aulas são equipadas com projetores multimídia, que possibilitam aos docentes projetarem imagens como códigos-fonte, fotos, vídeos, apresentações, planilhas ou qualquer outro recurso visual, ampliando as possibilidades pedagógicas durante as aulas através do uso da tecnologia. O ambiente virtual de ensino-aprendizagem Moodle é utilizado para a oferta dos componentes curriculares com carga horária a distância. Ainda, em diversas dependências comuns do *campus*, é disponibilizado o serviço de Internet sem fio gratuito para a comunidade acadêmica.

A biblioteca do *campus* disponibiliza aos estudantes e servidores o acesso a mais de 12 mil títulos de forma digital e física em todas áreas do conhecimento através das plataformas Biblioteca Virtual (Pearson), Minha Biblioteca e uma plataforma de Normas Técnicas nacionais e internacionais, a Target GEDWeb. Também é disponibilizado o acesso ao Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza às instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica nacional e internacional. O Repositório Institucional do IFRS, por sua vez, reúne, preserva, dissemina e promove o acesso confiável e permanente à produção intelectual científica, técnica, artística e cultural dos estudantes e dos servidores do IFRS, expressa em trabalhos de conclusão de curso, teses, dissertações, artigos de periódicos, livros e em outros tipos de documentos, disponibilizados em ambiente virtual e aberto.

As TICs auxiliam, também, no processo de inclusão dos estudantes com necessidades educacionais específicas de diferentes tipos. Estudantes com deficiência (visual, auditiva, motora ou intelectual), transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação precisam de recursos que auxiliem em seu processo de aprendizagem. Neste contexto, todos os laboratórios de informática são equipados com *softwares* leitores de tela, para que estudantes com deficiência visual possam utilizar estes computadores durante o desenvolvimento das aulas. Outros recursos de tecnologia assistiva que promovem a acessibilidade aos estudantes do Curso são *softwares* ampliadores de tela e de caracteres, simuladores de teclado e de *mouse*, sintetizadores de voz, máquinas de datilografia e impressora Braille, entre outros.

7.20 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Entende-se por Educação a Distância (EaD), para fins institucionais, os processos de ensino e aprendizagem mediados por tecnologia, nos formatos a distância, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. Nos cursos regulares presenciais, há possibilidade legal de uma oferta de carga horária do curso a distância, conforme legislação vigente e a Instrução Normativa Proen 02/2024, que regulamenta a oferta de componentes curriculares semipresenciais no IFRS. Esta possibilidade apresenta novas oportunidades educacionais, que se originam da aplicação de recursos para gerenciamento de conteúdo e processos de ensino e aprendizagem em educação a distância, e também do uso de TICs na perspectiva de agregar valor a processos de educação presencial.

A utilização da carga horária a distância foi motivada pela flexibilização de horários e local de estudo, pela possibilidade de adoção de abordagens pedagógicas modernas de ensino, pela autonomia concedida aos discentes no processo de ensino e aprendizagem e, pela possibilidade de

reunir o melhor da aprendizagem *online* baseada em tecnologia e o melhor do ensino presencial para que efetivamente proporcione resultados na aprendizagem.

Conforme o Art. 3º da Instrução Normativa Proen 02/2024, atividades presenciais são obrigatórias para eventos como defesas de trabalho de conclusão de curso, estágios e atividades práticas em laboratórios científicos ou didáticos específicos, respeitando as diretrizes curriculares nacionais do curso.

Para preparar os estudantes para educação a distância é ofertado o componente curricular obrigatório intitulado “Informática Instrumental”. Esse componente procura, entre outros objetivos, ambientar o estudante a utilizar o Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) Moodle, bem como apresentar diferentes abordagens pedagógicas com o objetivo de estimular a autonomia na aprendizagem. A matriz curricular do Curso também contém o componente curricular optativo intitulado “Introdução à Educação a Distância”, cujo objetivo é aprofundar nos conceitos e abordagens pedagógicas relacionados ao ensino a distância, além de abordar a legislação e questões éticas que tangenciam a EaD.

7.20.1 ATIVIDADES DE TUTORIA

Os tutores têm um papel importante ao realizar o contato direto com os estudantes na realização de atividades a distância. Como principais atribuições, destacam-se: esclarecer as dúvidas dos estudantes através do Moodle; verificar e avaliar as atividades realizadas pelos estudantes e fornecer *feedback*; estimular a participação colaborativa, incentivando os estudantes a responder dúvidas dos colegas, quando houver; e enviar mensagens individuais aos estudantes que não se mostrarem ativos no curso. No Curso Superior de Tecnologia em Logística, as atividades de tutoria serão realizadas pelo próprio docente do componente curricular.

Conforme o Art. 7º da Instrução Normativa Proen 02/2024, o IFRS dispõe de suporte técnico-pedagógico para capacitação dos servidores envolvidos nas atividades de tutoria e oferece relatórios de gestão e acompanhamento da Reitoria.

A inclusão da carga horária a distância nos componentes curriculares permite a adoção de diferentes abordagens pedagógicas. É possível utilizar a sala de aula invertida, onde o estudante se apropria dos conceitos nos momentos a distância e depois, nos momentos presenciais, são realizadas atividades de compartilhamento, reflexão e discussão. Também, é possível utilizar uma abordagem mais aproximada da sala de aula tradicional, onde o professor apresenta os conceitos norteadores do conteúdo em momentos presenciais e realiza atividades a distância para expandir as discussões realizadas em sala de aula através de atividades assíncronas como fóruns e atividades síncronas como bate-papo.

O acompanhamento dos estudantes no processo formativo e a avaliação periódica pelos docentes e equipe pedagógica ocorrem a partir de avaliações internas realizadas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). A partir dos resultados destas avaliações, ações corretivas e de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras serão realizadas pelo Colegiado do Curso e, no caso de necessidade de atualização curricular, pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE). A coordenação do Curso e o Núcleo de Educação a Distância (NEaD) promovem capacitações contínuas dos docentes que pretendem realizar atividades de tutoria. Estas capacitações têm como objetivo estimular a adoção de

práticas criativas e inovadoras para maximizar o aproveitamento de estudos para a permanência e êxito dos discentes. As demandas comunicacionais e tecnologias adotadas no Curso devem ser descritas pelo NDE. Ocasionalmente, a coordenação do Curso deverá verificar junto aos docentes/tutores a necessidade de capacitação em alguma área para viabilizar o bom andamento dos trabalhos. O Curso deve contar com o apoio institucional para adoção de práticas criativas e inovadoras que visem a permanência e êxito dos estudantes.

7.20.2 AMBIENTE VIRTUAL DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O *campus* Bento Gonçalves do IFRS conta com AVEA Moodle para disponibilização de material de aula e para suporte em componentes curriculares com carga horária a distância. Conforme o Art. 4º da Instrução Normativa Proen 02/2024, o Moodle é o ambiente oficial para o desenvolvimento de atividades a distância, sendo vedado o uso de ferramentas externas para fins de avaliação.

Cabe destacar que uma das principais características do Moodle é o estímulo a conteúdos multimídia, já que disponibiliza diversos recursos como fóruns, enquetes, *chats*, glossários, diários, áudios, vídeos, questionários, editores de HTML, blogs, calendários, entre outros. É importante salientar, também, que as TICs representam, ainda, um avanço na educação a distância, uma vez que, com a criação de ambientes virtuais de aprendizagem, os estudantes têm a possibilidade de se relacionar, trocando informações e experiências. O AVEA Moodle também permite desenvolver a cooperação entre tutores, estudantes e docentes e a reflexão sobre o conteúdo dos componentes curriculares.

Nesta perspectiva, os professores têm a possibilidade de realizar trabalhos em grupos, debates, fóruns, dentre outras formas de tornar a aprendizagem mais significativa. A tecnologia é uma realidade que traz inúmeros benefícios e é de suma importância no Curso de Tecnologia em Logística, quando incorporada ao processo de ensino e aprendizagem, pois proporciona novas formas de ensinar e, principalmente, de aprender, em um momento no qual a cultura e os valores da sociedade estão mudando, exigindo novas formas de acesso ao conhecimento e cidadãos críticos, criativos, competentes e dinâmicos.

O AVEA Moodle também considera a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional. Cabe aos docentes, neste contexto, a realização de avaliações periódicas devidamente documentadas para ações de melhoria contínua.

7.20.3 MATERIAL DIDÁTICO

Os materiais didáticos são recursos e atividades, físicas ou digitais, utilizados para apoio ao ensino relacionado ao desenvolvimento do curso. O material didático pode ser produzido pelo próprio docente do componente curricular, os quais podem ser, por exemplo: vídeos, apostilas, exercícios, etc. Para a gravação de vídeo aulas, o NEaD do *campus* Bento possui equipamentos disponíveis para

empréstimo, que podem ser utilizados para garantir qualidade de imagem e áudio. Para isso, o *campus* tem à disposição os itens elencados a seguir:

- Webcam Logitech C270- webcam para gravações em ambientes bem iluminados, oferecendo uma qualidade de imagem de até 720p, que pode ser utilizado para capturar vídeos de professores durante as aulas, permitindo a interação direta com os estudantes em plataformas de ensino *online*.
- Microfone Boya BY-MC2 - Microfone para conferência que capta som de forma clara e precisa, garantido que a voz do instrutor seja ouvida claramente, especialmente em ambientes com ruído de fundo.
- Câmera Canon EOS REBEL T7 - Uma câmera DSLR que proporciona alta qualidade de imagem com lentes intercambiáveis. Ideal para gravações mais profissionais, permitindo capturar vídeos em alta definição e com profundidade de campo ajustável.
- Microfone de Lapela Boya BY-M1 - Microfone pequeno e discreto que pode ser preso à roupa do apresentador. Proporciona captação de áudio próxima à fonte sonora, ideal para gravações onde o professor se movimenta.
- Fones de Ouvido Philips Extra Bass SHL5005/00 - Fones com boa qualidade sonora e isolamento acústico. Útil para monitorar o áudio durante as gravações e edições, garantindo que o som esteja claro e sem interferências.
- Cartões de Memória Kingston 32GB - Armazenamento adicional para gravações. Essencial para armazenar vídeos gravados, permitindo a transferência fácil para o computador para edição.

Com os equipamentos descritos é possível criar um ambiente propício para a gravação de vídeo aulas. A lista de equipamentos a cargo do NEaD está disponível no link <https://ifrs.edu.br/bento/nucleos/nead/>.

Outra opção é utilizar materiais já consolidados por especialistas e, neste caso, caberá aos docentes o papel de curadoria. Para esta atividade será priorizado o uso de repositórios da rede federal. A distribuição dos materiais didáticos é de responsabilidade do próprio docente do componente curricular, e deve ser disponibilizada via Moodle no início do semestre letivo.

Além disso, o docente deve orientar o estudante para a realização das atividades a distância, definindo claramente seus objetivos, metodologias, prazos e formas de entrega. Esta orientação pode ser realizada oralmente em momento presencial, ou via AVEA Moodle.

A formação proposta no PPC do Curso é desenvolvida seguindo os conteúdos previstos na ementa de cada componente curricular. Nesse sentido, os materiais didáticos visam atender à coerência teórica e ao aprofundamento necessários para a construção do conhecimento, contemplando os objetivos previstos no Plano de Ensino. O material didático, bem como as metodologias de ensino e a linguagem, serão desenvolvidos de modo a atender as necessidades específicas de cada estudante, considerando-se, inclusive, os possíveis casos de inclusão.

Conforme o Art. 5º da Instrução Normativa Proen 02/2024, o material didático utilizado nas atividades a distância deve garantir a acessibilidade aos estudantes, considerando suas especificidades. Por exemplo, no caso de algum estudante cego ou com deficiência visual, o conteúdo e atividades publicadas no AVEA Moodle deverão ser acessíveis via *software* de leitura de tela. Para atingir esses objetivos, estes devem seguir os critérios de acessibilidade definidos no documento

internacional *Web Content Accessibility Guidelines* (Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web), que instrui sobre a necessidade de descrever as imagens e transcrever os vídeos publicados para os estudantes. No caso de a turma ter algum estudante surdo ou com deficiência auditiva, os vídeos disponibilizados deverão possuir legendas e tradução para a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Em relação aos recursos didáticos, serão utilizados aqueles disponíveis no Moodle, bem como os professores tutores buscarão criar outros próprios, a partir de capacitações realizadas, de modo a incluir o uso de recursos inovadores para o acompanhamento.

7.20.4 AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM

A oferta de carga horária na modalidade de EaD em cursos presenciais deve ser amplamente informada aos estudantes matriculados no curso no período letivo anterior à sua oferta e divulgada nos processos seletivos, sendo identificados, de maneira objetiva, os conteúdos, os componentes curriculares, as metodologias e as formas de avaliação.

Nos componentes curriculares a distância, a avaliação dos estudantes será auferida a partir do acompanhamento docente da efetividade na realização das atividades pedagógicas propostas. Conforme explicitado anteriormente neste documento, o sistema de avaliação do processo de ensino e de aprendizagem deste Curso ocorre de acordo com o que preconiza a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e expressa no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no documento de Organização Didática do IFRS.

7.20.5 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR: NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (NEAD)

O NEaD é uma unidade vinculada à Direção de Ensino do *campus*, com competência para implementar políticas e diretrizes para a EaD, estabelecidas no âmbito da Instituição. O NEaD tem como objetivos: congregar profissionais de diferentes áreas do conhecimento, estudos e pesquisas em EaD, proporcionando o desenvolvimento contínuo num processo de construção coletiva, crítica e interdisciplinar; produzir conhecimento sobre Educação a Distância e o uso das TICs nos processos educativos; levantar e mapear demandas de Educação a Distância por áreas de conhecimento no âmbito de atuação do Instituto; planejar, desenvolver e avaliar cursos de educação a distância a partir de demandas localizadas; promover a democratização do acesso à educação via Educação a Distância e uso de TICs; capacitar os professores, os tutores e os estudantes do *campus* no manuseio das ferramentas mais usadas na Educação a Distância.

O NEaD, desta forma, articula ações que capacitam os professores do *campus* a ministrarem componentes curriculares à distância no curso. O NEaD também oferece suporte e apoio aos estudantes desse Curso no uso do AVEA Moodle. Este núcleo, inclusive, produz o plano de ação de forma documentada, que é implementado anualmente, a fim de garantir que os processos de trabalhos sejam formalizados e executados. Atualmente, conforme apresentado no Quadro 1, a equipe multidisciplinar que atua no NEaD é composta pelos seguintes membros:

Quadro 1: Equipe multidisciplinar de Ensino a Distância

| Servidor | Papel na Equipe Multidisciplinar / NEaD | Habilitação na EaD* |
|------------------------|--|----------------------------|
| Hernanda Tonini | Docente | 1.486 |
| Ivan Prá | Docente | 2.726 |
| Jader da Silva Netto | Docente | 215 |
| Odila Bondam Carlotto | Apoio pedagógico | 525 |
| Rodrigo Vieira Luciano | Docente | 465 |

* A habilitação completa pode ser conferida via sistema informatizado disponível ao NEaD.

* Portaria CBGO/IFRS nº 121, de 31 de maio de 2023 (mandato: 31/05/2023 - 30/05/2025).

7.20.6 EXPERIÊNCIA DOCENTE E DE TUTORIA NO EAD

O Quadro 2 apresenta a experiência docente e de tutoria na Educação a Distância dos professores que atuam em componentes curriculares com carga horária EaD no Curso Superior de Tecnologia em Logística:

Quadro 2: Experiência docente e de tutoria na Educação a Distância dos professores

| Servidor | Papel | Habilitação na EaD* |
|-------------------------------|--------------|----------------------------|
| Anelise D'Arísbo | Docente | 283 horas |
| Carlos Henrique Sales Martins | Docente | 205 horas |
| Clarissa Gracioli Camfield | Docente | 215 horas |
| Fabiane Cristina Brand | Docente | 215 horas |
| Felipe Luy Valério | Docente | 255 horas |
| Hernanda Tonini | Docente | 1.486 horas |
| Ivan Prá | Docente | 2.726 horas |
| Leane Maria Filipetto | Docente | 290 horas |
| Luis Henrique Ramos | Docente | 215 horas |

| Servidor | Papel | Habilitação na EaD* |
|-----------------------------------|--------------|----------------------------|
| Camfield | | |
| Pedro Henrique de Moraes Campetti | Docente | 190 horas |
| Shana Sabbado Flores | Docente | 365 horas |
| Tatiane Pellin Cislighi | Docente | 155 horas |

* A habilitação completa pode ser conferida via sistema informatizado disponível ao NEaD

Para atuar na Educação a Distância, os servidores devem atender as legislações e normativas vigentes, incluindo o Programa de Capacitação para atuação na Educação a Distância. Cabe salientar que, conforme art. 6º da Instrução Normativa PROEN nº 06, de 21 de agosto de 2020, para atuar na Educação a Distância é obrigatória a realização de atividades de formação específicas ou experiência prévia para esta finalidade, devendo o interessado apresentar os documentos aos NEaDs para avaliação, totalizando o mínimo de 150 (cento e cinquenta) horas. Neste contexto, os futuros docentes ou substitutos que vierem ministrar componentes curriculares com carga horária a distância no curso, também deverão apresentar a habilitação para EaD.

Além disso, o IFRS oferece periodicamente diversos cursos através da Coordenadoria de Educação a Distância (CEaD) e do NEaD. Ainda, os docentes participam de formação pedagógica no próprio *campus*. Estes cursos e formações visam habilitar o docente para identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de estudantes com dificuldades, realizar avaliação diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente, o exercício da liderança e reconhecimento da sua produção.

Considerando a experiência dos servidores, os mesmos se habilitam a identificar as dificuldades dos estudantes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades, realizar avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente, o exercício da liderança e reconhecimento da sua produção. Cabe ressaltar que os docentes atuarão no curso como professor e tutor.

7.20.7 INTERAÇÃO ENTRE COORDENADOR DE CURSO, DOCENTES E TUTORES (PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA)

No início de cada semestre, ocorre uma reunião com os docentes que atuam no Curso no período letivo vigente. Dentre os assuntos tratados nesta reunião, quando existirem componentes curriculares com carga-horária a distância, haverá uma articulação com relação a metodologias, linguagens e adaptações a serem utilizadas no ensino a distância. Os problemas identificados pela

CPA com relação a interação entre docentes, tutores, coordenadores e discentes serão tratados pelo Colegiado do Curso. Desta forma, ocorre a interação entre tutores, docentes e coordenação de Curso. Como resultado, há o planejamento documentado da interação para encaminhamento das questões do Curso e realização de avaliações periódicas para identificação de problemas ou aprimoramento da interação entre os sujeitos.

7.20.8 INFRAESTRUTURA PARA O EAD

O *campus* Bento Gonçalves do IFRS dispõe, junto ao Setor de Comunicação, de um espaço utilizado para a produção e desenvolvimento de materiais pedagógicos voltados para o ensino a distância. Neste contexto, faz-se necessário agendar horário, de segunda-feira à sexta-feira, das 7:30h até às 19:30h. Além disso, o estudante tem acesso a computadores com internet e ambiente de estudos na biblioteca, de segunda-feira à sexta-feira, das 7:30h até às 21:00h. Os horários de cada setor envolvido nas atividades que demandem infraestrutura para a EaD, possuem tais informações fixadas na porta de entrada, indicando, além dos horários, as escalas e o nome dos servidores responsáveis.

Dentro do *campus*, há disponibilidade de internet sem fio para os estudantes, proporcionando que eles tenham acesso ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem, aos sistemas acadêmicos e ao portal de periódicos da Capes, possibilitando o acesso às principais produções científicas nacionais e internacionais.

7.21 ARTICULAÇÃO COM O NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS (NAPNE), NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS (NEABI) E NÚCLEO DE ESTUDO E PESQUISA EM GÊNERO E SEXUALIDADE (NEPGS)

A Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade, institucionalizada pela Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, por meio da Portaria do CONSUP nº 51, de 27 de fevereiro de 2012, é o órgão responsável pelo planejamento e coordenação das ações relacionadas à política de inclusão no IFRS. Sua finalidade é promover a cultura da educação para a convivência, a defesa dos direitos humanos, o respeito às diferenças, a inclusão, permanência e saída exitosa de pessoas com necessidades educacionais específicas para o mundo do trabalho, a valorização da identidade étnico-racial, a inclusão da população negra e da comunidade indígena, em todos os setores, e o combate à homofobia, buscando a remoção de todos os tipos de barreiras e formas de discriminação.

Neste contexto, Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade atua ativamente no desenvolvimento da Política de Ações Afirmativas do IFRS, conforme estipula a Resolução CONSUP nº 022, de 25 de fevereiro de 2014, que orienta as ações de inclusão nas atividades de ensino, pesquisa e extensão do IFRS, considerando a promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnico-racial, de gênero e de necessidades específicas, e para a defesa dos direitos humanos. Esta política propõe medidas para o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes em todos os cursos oferecidos pelo Instituto Federal, prioritariamente para pretos, pardos, indígenas,

pessoas com necessidades educacionais específicas, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e oriundas de escolas públicas.

Em consonância com a Resolução CONSUP nº 022, de 25 de fevereiro de 2014, o *campus* Bento Gonçalves tem na sua estrutura três núcleos que visam promover diversidade, inclusão e respeito a todas as formas de identidades dos cidadãos brasileiros, buscando fomentar a Política de Ações Afirmativas do IFRS. Estes Núcleos incentivam a comunidade acadêmica e a comunidade externa a elaborarem e participarem de ações de ensino, pesquisa e extensão, e estão divididos em: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NEPGS), Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE).

O Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NEPGS) foi instituído no *campus* Bento Gonçalves do IFRS, em conformidade com a Resolução CONSUP nº 037, de 20 de junho de 2017, com o intuito de discutir, pesquisar e promover práticas educativas sobre as diversidades de gênero e sexual, com enfrentamento do sexismo, homofobia e todas as variantes de preconceitos. O NEPGS do *campus* Bento Gonçalves do IFRS tem por finalidade, entre outras, de “implementar políticas de educação para a diversidade de gênero e sexualidade, com vistas à promoção do direito à diferença, à equidade, à igualdade e ao empoderamento dos sujeitos”.

O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), conforme Resolução CONSUP nº 021, de 25 de fevereiro de 2014, é um setor propositivo e consultivo que estimula e promove ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas à temática das identidades e relações etnicorraciais, especialmente quanto às populações afrodescendentes e indígenas, no âmbito da Instituição e em suas relações com a comunidade externa. São finalidades do NEABI, entre outras, “atuar no desenvolvimento de ações afirmativas no IFRS, em especial na colaboração da implantação do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, conforme a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008; Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010), que incentiva a promoção de ações para viabilizar e ampliar o acesso da população negra ao ensino gratuito; Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências”.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), conforme Resolução CONSUP nº 020, de 25 de fevereiro de 2014, é um setor propositivo e consultivo que media a educação inclusiva na Instituição. Os NAPNEs são facilitadores e disseminadores de ações inclusivas, buscando não apenas a inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas nos bancos escolares, mas, também, sua permanência e saída exitosa para o mundo do trabalho, atuando no ensino, na pesquisa e na extensão. Consideram-se pessoas com necessidades educacionais específicas todas aquelas cujas necessidades educacionais se originam em função de deficiências, de altas habilidades/superdotação, transtornos globais de desenvolvimento e outros transtornos de aprendizagem.

O Núcleo de Ações Afirmativas (NAAF) do IFRS, conforme Resolução CONSUP nº 038, de 20 de junho de 2017, é um setor propositivo e consultivo que media as ações afirmativas na Instituição, congregando as ações dos Núcleos de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade, dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas e dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com

Necessidades Educacionais Específicas. Os NAAFs foram criados com a finalidade de unificar temáticas de inclusão e diversidade dos demais Núcleos.

7.22 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Esta seção apresenta os procedimentos de avaliação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), o programa de avaliação institucional e as avaliações externas.

7.22.1 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PPC

Os procedimentos de avaliação do PPC seguem as diretrizes da Instrução Normativa PROEN nº 02, de 09 de junho de 2016, que regulamenta os procedimentos para a elaboração, reformulação e extinção de Projetos Pedagógicos de Cursos no âmbito do IFRS e seus fluxos.

Conforme esta Instrução Normativa, compete à Direção de Ensino e a Coordenação de Curso, juntamente com seu Colegiado do Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE), a elaboração, execução, avaliação permanente e atualização do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), bem como propor a extinção de cursos. Cabe à Direção de Ensino do *campus* o encaminhamento do PPC à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) e à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODI) do IFRS, para sua apreciação. A PROEN e a PRODI realizarão a análise do documento e, estando este de acordo, serão emitidos os respectivos pareceres. Os processos de cursos de graduação que receberem os pareceres favoráveis serão encaminhados pela PROEN à Secretaria do Conselho Superior para apreciação e emissão de Resolução do CONSUP. Após emissão de Resolução do CONSUP, o processo contendo o PPC, com a respectiva Resolução, deverá retornar para arquivamento na PROEN.

7.22.2 PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO IFRS

Partindo da premissa explícita no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFRS, a avaliação institucional se constitui como processo que permite compreender de forma global a trajetória institucional, além promover autoconsciência da Instituição, oportunizando a melhoria da qualidade científica, política e tecnológica das ações pedagógicas e administrativas desenvolvidas.

A autoavaliação institucional deve orientar o planejamento das ações vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, bem como às atividades que lhe servem de suporte. O IFRS conta com a Comissão Própria de Autoavaliação Institucional, que é responsável por conduzir a prática de autoavaliação institucional. O regulamento em vigência da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Federal do Rio Grande do Sul foi aprovado através Resolução CONSUP nº 068, de 28 de julho de 2010, sendo a CPA composta por uma Comissão Central, apoiada pela ação dos núcleos de autoavaliação em cada *campus* da Instituição (denominada de Subcomissão Própria de Avaliação).

Neste contexto, em 2012, foi elaborado o Programa de Avaliação Institucional do IFRS (PAIFRS), coordenado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e pelas Subcomissões Próprias de Avaliação (SPA) dos *campi*. Este documento foi organizado de forma a buscar elementos junto às

Direções dos *campi* e à comunidade acadêmica que contribuam para a avaliação da implantação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Plano de Metas.

O desenvolvimento do PAIFRS foi dado de maneira a possuir estreita relação com as dimensões definidas na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação do Ensino Superior (SINAES). Para tanto, o Relatório de Autoavaliação apresenta uma estrutura que permite à CPA e às SPAs registrarem, de forma reflexiva, os processos efetivos que ocorreram anualmente em relação a cada uma das referidas dimensões: a coleta de dados junto aos gestores do IFRS (Reitoria, Direções de *campus* e coordenadores de curso), instrumentos *online*, bem como instrumento de avaliação pela comunidade externa (instrumento *offline*).

Os resultados da autoavaliação, a cada ano, geram um relatório geral do IFRS e outro específico para cada *campus*. Os dados expressos nesses relatórios são discutidos com os responsáveis pela gestão do IFRS, servindo de base para o planejamento institucional para o ano subsequente, além de serem discutidos com toda a comunidade escolar e acadêmica.

Os instrumentos de autoavaliação que constituem o PAIFRS são disponibilizados no formato *on-line* para a comunidade interna, em um *software* desenvolvido pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) da Instituição. Para a comunidade externa, o instrumento é disponibilizado no formato *off-line* e enviado via correio eletrônico às famílias dos estudantes, bem como às instituições públicas e privadas parceiras ou mesmo em formato físico quando necessário.

Para efetivação do processo de avaliação, a SPA do *campus* Bento Gonçalves utiliza dos seguintes instrumentos, em periodicidade anual:

- I. Autoavaliação pela comunidade interna;
- II. Autoavaliação do curso;
- III. Autoavaliação discente;
- IV. Avaliação pela comunidade externa;
- V. Avaliação docente; e
- VI. Avaliação dos egressos.

Da aplicação e análise dos resultados dos instrumentos é realizado o relatório local, que de maneira mais específica traz à luz a realidade do *campus* Bento Gonçalves. Neste contexto, os resultados destes instrumentos são cruzados com as metas estabelecidas no PDI e no Termo de Metas, buscando estabelecer os indicadores já alcançados e aqueles que precisam ser consolidados e/ou implantados. Tomando por base o exposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (2024-2028), o Curso de Tecnologia em Logística do *campus* Bento visa expandir suas pesquisas e a inovação para resolver desafios locais e intensificar projetos de extensão integrados à comunidade. O alinhamento do currículo às tendências e características produtivas da região, assim como a inserção de temáticas atuais são as bases para a gestão de melhorias contínuas no Curso. Com essas ações, o Curso busca cumprir a missão institucional de ofertar educação profissional e tecnológica pública, gratuita e de qualidade, promovendo a formação integrada e a redução das desigualdades regionais. Os resultados da autoavaliação relacionados ao Curso Superior de Tecnologia em Logística são tomados como ponto de partida para ações de melhoria em suas condições físicas e de gestão. Os processos de avaliação contribuem para o desenvolvimento contínuo e a melhoria da qualidade do Curso, discutidos e debatidos

entre os servidores partícipes do mesmo, considerando, além das demandas dos colegas professores e técnicos administrativos, estudantes, e, comunidade externa.

7.22.3 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES)

Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) instituiu a avaliação sistemática das instituições de educação superior, dos cursos superiores e do desempenho dos estudantes. Com o Sinaes, foram estabelecidos indicadores de qualidade, complementares entre si, em que todos os aspectos são considerados: ensino, pesquisa, extensão, desempenho dos estudantes, gestão da instituição, corpo docente e infraestrutura, entre outros.

Neste contexto, a renovação de qualquer ato autorizativo, seja de credenciamento de instituição ou de renovação de reconhecimento de curso, passou a ser obrigatoriamente condicionada à avaliação positiva. A realização dos processos avaliativos é responsabilidade do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), sob coordenação e supervisão da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

O Sinaes possui uma série de instrumentos e indicadores, tais como: o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), o Conceito Preliminar de Curso (CPC), o Conceito de Curso (CC) e o Índice Geral de Cursos (IGC).

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) avalia o conhecimento dos estudantes em relação ao conteúdo previsto nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades e competências. Participam do exame os estudantes ingressantes e concluintes dos cursos avaliados. Os resultados do Enade são considerados na composição de índices de qualidade relativos aos cursos e às instituições (como o CPC e o IGC). O desempenho insatisfatório dos estudantes também pode desencadear processo de supervisão do MEC, em que as instituições precisam adotar medidas para sanear as deficiências apontadas nos cursos. Cabe ressaltar que o ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação e a participação no Exame constará no histórico escolar do estudante, salvo quando ocorrer a dispensa oficial pelo Ministério da Educação, conforme regulamentação específica.

O Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) é a diferença entre o desempenho médio do concluinte de um curso e o desempenho médio estimado para os concluintes desse mesmo curso. Representa, portanto, quanto cada curso se destaca da média, podendo ficar acima ou abaixo do que seria esperado, baseando-se no perfil de seus estudantes. O indicador tem uma escala de 1 a 5, sendo 5 o melhor resultado.

O Conceito Preliminar de Curso (CPC) é composto pela nota do Enade, pelo Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) e por fatores que consideram a titulação dos professores, o percentual de docentes que cumprem regime parcial ou integral, recursos didático-pedagógicos, infraestrutura e instalações físicas. O conceito, que vai de 1 a 5, é um indicador prévio da situação dos cursos de graduação no país. Cursos que obtiverem CPC 1 e 2 serão automaticamente incluídos no cronograma de visitas dos avaliadores do Inep para verificação in loco das condições de ensino. Cursos com conceito igual ou maior que 3 podem optar por não receber a

visita dos avaliadores e, assim, transformar o CPC em conceito permanente (o Conceito de Curso). O CPC é divulgado a cada três anos para cada grupo de cursos, junto com os resultados do Enade.

O Índice Geral de Cursos (IGC) da instituição sintetiza em um único indicador a qualidade de todos os cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) de cada instituição de ensino superior do país. No que se refere à graduação, é utilizado o CPC dos cursos; e, no que se refere à pós-graduação, é utilizada a Nota Capes, que expressa em notas de 1 a 7 (sendo 7 a nota máxima). A avaliação dos programas de pós-graduação é realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O IGC vai de 1 a 5 e é divulgado anualmente pelo Inep/MEC, após a divulgação dos resultados do Enade. O IGC é critério nos processos de credenciamento e reconhecimento de instituições e também no processo de autorização para novos cursos: instituições com IGC inferior a 3, por exemplo, podem ter seus pedidos de abertura de novo curso indeferidos pelo MEC. Da mesma forma, o indicador é utilizado para orientar a expansão do ensino de qualidade: instituições com bom desempenho ficam dispensadas da autorização do MEC para abertura de cursos.

7.23 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS

Nesta seção são apresentados os critérios de aproveitamento de estudos e de certificação de conhecimentos, conforme as diretrizes da Organização Didática do IFRS, conforme aprovada pelo Conselho Superior do IFRS, na Resolução Nº 1/2024-CONSUP-REI, de 23 de janeiro de 2024.

7.23.1 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

É facultado ao estudante solicitar o aproveitamento de componentes curriculares correspondentes aos cursados em outros cursos superiores, em instituições de ensino superior nacionais ou estrangeiras. Os critérios para aproveitamento de estudos deste PPC seguem as diretrizes da Organização Didática do IFRS, conforme aprovada pelo Conselho Superior do IFRS, na Resolução Nº 1/2024-CONSUP-REI, de 23 de janeiro de 2024.

De acordo com o Art. 193 da Organização Didática do IFRS, os estudantes de graduação, que já concluíram componentes curriculares, poderão solicitar aproveitamento de estudos, ressaltando: § 1º - O aproveitamento de estudos não deve ultrapassar 50% do currículo do curso do IFRS no qual o estudante está matriculado; e, § 2º - Os componentes curriculares deverão ter sido concluídos no mesmo nível ou em outro mais elevado.

O requerimento de aproveitamento de componentes curriculares, de acordo com o Art. 195 da Organização Didática do IFRS, estipula que as solicitações deverão ser protocoladas na Coordenadoria de Registros Acadêmicos do *campus*, e encaminhadas à Coordenação do Curso, respeitado o prazo estabelecido em calendário acadêmico, em formulário próprio, com especificação dos componentes curriculares a serem aproveitados, acompanhado de histórico escolar ou

certificação, da descrição de conteúdos, ementas e carga horária dos componentes curriculares, autenticados pela instituição.

Destaca-se: § 1º - Caberá à Coordenação de Curso o encaminhamento do pedido ao docente atuante no componente curricular objeto do aproveitamento, que realizará a análise de equivalência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) de conteúdo e carga horária e emitirá parecer conclusivo sobre o pleito; § 2º - Poderão ser solicitados documentos complementares, a critério da Coordenação de Curso; § 3º - O PPC poderá prever, desde que devidamente fundamentado, o não aproveitamento de estudos de determinados componentes curriculares; e, § 4º - É vedado o aproveitamento de um mesmo componente curricular mais de uma vez no mesmo curso, exceto quando apresentar carga horária e conteúdo equivalente a mais do que um componente curricular, atendendo aos limites definidos no § 1º.

Os estudantes do IFRS que concluíram componentes curriculares em programas de Mobilidade Estudantil também podem solicitar aproveitamento de estudos, e, conseqüentemente, dispensa de cursá-los, de acordo com a Organização Didática vigente no IFRS.

Em ambos os casos, a análise do pedido de aproveitamento de estudos será realizada pelo docente atuante no componente curricular objeto de aproveitamento, que realizará a análise de equivalência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) de conteúdo e carga horária e emitirá parecer conclusivo sobre o pleito. A Coordenação do Curso deverá encaminhar o resultado do processo à Coordenadoria de Registros Acadêmicos, ou equivalente, cabendo ao estudante informar-se sobre o deferimento.

A liberação do estudante da frequência às aulas dar-se-á a partir do deferimento do processo de aproveitamento de estudos pela Coordenação do Curso e divulgação do resultado pela Coordenadoria de Registros Acadêmicos, ou equivalente.

7.23.2 CRITÉRIOS DE CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS

Os estudantes dos cursos do IFRS poderão requerer certificação de conhecimentos adquiridos através de experiências previamente vivenciadas, inclusive fora do *campus* Bento Gonçalves do IFRS, com o objetivo de alcançar a dispensa de um ou mais componentes curriculares da matriz do Curso. As solicitações de certificação de conhecimentos seguem as diretrizes da Organização Didática do IFRS, conforme aprovada pelo Conselho Superior do IFRS, na Resolução Nº 1/2024-CONSUP-REI, de 23 de janeiro de 2024.

O requerimento de certificação de conhecimentos deverá ser protocolado na Coordenadoria de Registros Acadêmicos, respeitado o prazo estabelecido em calendário acadêmico, em formulário próprio, e encaminhadas à Coordenação de Curso, com especificação dos componentes curriculares a serem aproveitados e os documentos que comprovem os conhecimentos dos estudantes, caso necessário. Ressalta-se que, de acordo com o Art. 208 da Organização Didática do IFRS, § 1º Não serão atendidos pedidos de estudantes que cursaram os componentes curriculares e não obtiveram aprovação.

A certificação de conhecimentos dar-se-á mediante a aplicação de instrumento de avaliação realizada por um professor da área, ao qual caberá emitir parecer com a nota final. O estudante será

considerado aprovado no componente curricular, para o qual solicitou certificação de conhecimentos, se a nota final obtida for maior ou igual a 6,0 (seis).

A liberação do estudante da frequência às aulas dar-se-á a partir do deferimento do processo de certificação de conhecimentos pela Coordenação do Curso e divulgação do resultado pela Coordenadoria de Registros Acadêmicos.

7.24 COLEGIADO DO CURSO E NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Nesta seção, descreve-se o papel do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente Estruturante.

7.24.1 COLEGIADO DO CURSO

O Colegiado do Curso, segundo o documento de Organização Didática do IFRS, é um órgão deliberativo e consultivo de cada curso, que tem por finalidade elaborar e acompanhar a implementação do Projeto Pedagógico, avaliar alterações dos currículos plenos, discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso, observando-se as políticas e normas do IFRS.

O Colegiado do Curso é constituído, de acordo com a Organização Didática do IFRS, aprovada pelo Conselho Superior do IFRS, na Resolução Nº 1/2024-CONSUP-REI, de 23 de janeiro de 2024, por:

- I. Coordenador(a) do Curso;
- II. No mínimo, 04 docentes efetivos(as) que atuem ou tenham atuado em componentes curriculares do curso, no último período letivo, permitidas ilimitadas reconduções;
- III. No mínimo, um técnico-administrativo vinculado à Direção de Ensino do *campus*, preferencialmente do setor responsável pelo acompanhamento pedagógico dos estudantes;
- IV. No mínimo, um representante do corpo discente do curso.

A composição, normas de funcionamento e demais atribuições do Colegiado de Curso estão regulamentadas por meio Resolução CONCAMP nº 029, de 06 de setembro de 2024 (Anexo III).

Cabe informar que o Colegiado do Curso inclui a participação de membros dos diversos segmentos, inclusive, de tutores e equipe multidisciplinar.

7.24.2 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

Segundo o documento de Organização Didática do IFRS, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) é órgão consultivo e de assessoramento, vinculado ao Colegiado do respectivo curso de graduação. O NDE tem como objetivos garantir a elaboração, o acompanhamento e a consolidação do Projeto Pedagógico de Curso, no âmbito do *campus*, e participar da concepção, da avaliação e da atualização do curso, em âmbito sistêmico. As competências do NDE dos cursos de graduação estão de acordo com a Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, e o Parecer CONAES nº 4, de 17 de junho de 2010. Conforme a Organização Didática do IFRS, aprovada pelo Conselho Superior

do IFRS, na Resolução N° 1/2024-CONSUP-REI, de 23 de janeiro de 2024, ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) compete:

- I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constante no Projeto Pedagógico do Curso;
- III. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades do curso, de exigências do mundo do trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV. Zelar pelo cumprimento das orientações curriculares, conforme legislação vigente;
- V. Propor atualização, sempre que necessário, do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) ao Colegiado do Curso;
- VI. Assessorar, dentro da sua área de competência, o Colegiado do Curso;
- VII. Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso;
- VIII. Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular no âmbito do *campus*, sempre que necessário.
- IX. Elaborar relatório referente às condições ofertadas no quesito acervo bibliográfico, seja físico, virtual ou misto;
- X. Utilizar os resultados das avaliações do curso (CPA, avaliação *in loco* e ENADE) como ferramentas para atualização/alteração de PPC.

O NDE do Curso é constituído por docentes, designados por Portaria do diretor-geral do *campus*, seguindo composição definida pela legislação vigente, conforme Resolução CONCAMP n° 037, de 12 de dezembro de 2018. São membros do NDE:

- I. O Coordenador do Curso, como membro nato e coordenador do NDE;
- II. No mínimo 5 (cinco) professores em efetivo exercício que compõem, ou compuseram, a estrutura curricular do curso nos últimos dois anos, preferencialmente os que possuem pós-graduação *stricto sensu*, dos quais pelo menos 3 (três) pertençam ao colegiado do curso. Por professor em efetivo exercício entende-se que não esteja gozando de qualquer afastamento e esteja vinculado a componentes curriculares do Curso.

A composição, normas de funcionamento e demais atribuições do NDE estão regulamentadas por meio da Resolução CONCAMP n° 037, de 12 de dezembro de 2018 (Anexo II).

7.25 CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Fará jus ao diploma de Tecnólogo(a) em Logística o(a) estudante que cumprir, com aproveitamento, todos os componentes curriculares da matriz curricular do curso, completando, assim, as 1.815 horas previstas neste Projeto Pedagógico de Curso e estiver em situação regular com o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). A expedição do Diploma ocorrerá

somente após a participação do(a) estudante no ato de colação de Grau na sessão solene e pública ou na de gabinete.

Os procedimentos a serem efetuados para emissão e registro de diplomas dos cursos superiores no IFRS estão regulamentados na Instrução Normativa PROEN/PROPI nº 01, de 27 de julho de 2021 e na Organização Didática do IFRS.

Ainda, de acordo com a Organização Didática do IFRS, em caso de pessoas com necessidades educacionais específicas, poderá ser concedida certificação parcial, conforme a legislação em vigor e a adaptação curricular prevista de forma geral nos PPCs, bem como nos planos de ensino docente.

7.26 QUADRO DE PESSOAL

O quadro de pessoal do *campus* Bento Gonçalves do IFRS é composto por docentes e técnicos administrativos, os quais são apresentados nas seções a seguir.

7.26.1 CORPO DOCENTE

O quadro docente é constituído por um grupo multidisciplinar que atuará de forma aberta, flexível e interdisciplinar. Os docentes possuem titulação mínima de pós-graduação, sendo especialistas, mestres e doutores, alguns com experiência profissional fora do magistério, além de dedicação exclusiva para a função. O Quadro 3 apresenta a relação dos docentes, suas respectivas áreas de formação e titulação.

Quadro 3: Corpo docente do curso

| Servidor | Formação | Vínculo | Atuação |
|-------------------------------|--|---------------------|---------------|
| Alexandre Gomes Ribeiro | Doutorado em Qualidade Ambiental | Dedicação Exclusiva | Química |
| Ana Lúcia Paula da Conceição | Doutorado em Educação | Dedicação Exclusiva | Pedagogia |
| Anelise D'Arísbo | Doutorado em Administração | Dedicação Exclusiva | Administração |
| Carlos Henrique Sales Martins | Mestrado em Matemática | Dedicação Exclusiva | Matemática |
| Clarissa Gracioli Camfield | Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas | Dedicação Exclusiva | Administração |

| Servidor | Formação | Vínculo | Atuação |
|-----------------------------------|--|---------------------|--|
| Fabiane Cristina Brand | Doutorado em Administração | Dedicação Exclusiva | Administração / Engenharia de Produção |
| Fabiane Lima Cigognini | Mestrado em Educação | Dedicação Exclusiva | Letras / Língua Brasileira de Sinais |
| Felipe Luy Valério | Doutorado em Engenharia Mecânica | Dedicação Exclusiva | Matemática |
| Franco Nero Antunes Soares | Doutorado em Filosofia | Dedicação Exclusiva | Filosofia |
| Hernanda Tonini | Doutorado em Desenvolvimento Rural | Dedicação Exclusiva | Turismo |
| Ivan Prá | Mestrado em Ensino | Dedicação Exclusiva | Informática / Redes de Computadores |
| Jonatas Campos Martins | Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas | Dedicação Exclusiva | Engenharia de Produção |
| Jonathan Henriques do Amaral | Doutorado em Educação | Dedicação Exclusiva | Sociologia |
| Leane Maria Filipetto | Mestrado em Educação Agrícola | Dedicação Exclusiva | Planejamento e Gestão |
| Luis Henrique Ramos Camfield | Doutorado em Agronegócios | Dedicação Exclusiva | Gestão de Processos Produtivos |
| Onorato Jonas Fagherazzi | Doutorado em Educação | Dedicação Exclusiva | Filosofia |
| Pedro Henrique de Moraes Campetti | Doutorado em Educação | Dedicação Exclusiva | Economia |
| Shana Sabbado Flores | Doutorado em Geografia | Dedicação Exclusiva | Administração |
| Tatiane Pellin Cislighi | Doutorado em Administração | Dedicação Exclusiva | Gestão e Comércio Exterior |

| Servidor | Formação | Vínculo | Atuação |
|----------------------|----------------------------|---------------------|-------------|
| Tatiani Secretti | Doutorado em Epidemiologia | Dedicação Exclusiva | Estatística |
| Thiago Sávio Carbone | Doutorado em Educação | Dedicação Exclusiva | Informática |

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Pessoas do *campus* Bento Gonçalves do IFRS

7.26.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O corpo técnico-administrativo do *campus* Bento Gonçalves do IFRS tem o papel de auxiliar na articulação e desenvolvimento das atividades administrativas e pedagógicas relacionadas ao Curso, com o objetivo de garantir o funcionamento e a qualidade da oferta do ensino, pesquisa e extensão na Instituição. O Quadro 4 apresenta a relação do corpo técnico-administrativo, suas respectivas áreas de formação e de atuação no curso.

Quadro 4: Corpo técnico-administrativo do curso

| Servidor | Formação | Vínculo | Atuação |
|---------------------------|--|---------|----------------------------------|
| Adriana Romero Lopes | Doutorado em Educação | 40h | Técnica em Assuntos Educacionais |
| Alessandra Isnardi Lemõns | Especialização em Educação de Jovens e Adultos | 40h | Bibliotecária - Documentalista |
| Ana Cláudia Kirchhof | Especialização em Administração de Recursos Humanos | 40h | Psicóloga |
| Bárbara Pilatti Piffer | Mestrado em Memória Social e Bens Culturais | 40h | Bibliotecária - Documentalista |
| Daniel Clós Cesar | Mestrado em História | 40h | Técnico em Assuntos Educacionais |
| Daniele Gomes | Especialização em Ciências Biológicas-Educação Ambiental | 40h | Assistente de Alunos |
| Érica Primaz | Especialização em Tecnologias da Informação e da Comunicação em Educação | 40h | Assistente em Administração |
| Everaldo Carniel | Especialização em Direito Processual Civil | 40h | Assistente em Administração |

| Servidor | Formação | Vínculo | Atuação |
|------------------------------------|---|----------------|--------------------------------------|
| Graziela Guimarães | Especialização em Psicopedagogia | 40h | Pedagoga |
| Juraciara Paganella Peixoto | Mestrado em Ensino | 40h | Técnica em Assuntos Educacionais |
| Kelen Rigo | Especialização em Educação de Jovens e Adultos | 40h | Assistente de Alunos |
| Leandro Rocha Vieira | Mestrado em Letras e Cultura | 40h | Técnico em Assuntos Educacionais |
| Leonardo Alvarenga Pereira | Especialização em Engenharia de Sistemas | 40h | Técnico em Tecnologia da Informação |
| Letícia Moresco | Especialização em Educação de Jovens e Adultos | 40h | Assistente de Alunos |
| Lilian Carla Molon | Especialização em Educação de Jovens e Adultos | 40h | Pedagoga |
| Marina Rosa Cé Luft | Mestrado em Direito e Ciência Jurídica | 40h | Auxiliar de Biblioteca |
| Miria Trentin Cargnin | Doutorado em Educação | 40h | Enfermeira |
| Neiva Maria Bervian | Especialização em Informática em Educação | 40h | Analista de Tecnologia da Informação |
| Odila Bondam Carlotto | Mestrado em Educação | 40h | Pedagoga |
| Raquel Fronza Scotton | Especialização em Gestão Pública Municipal | 40h | Assistente em Administração |
| Rodrigo Artini Fornari | Mestrado em Agrobiologia | 40h | Assistente de Alunos |
| Rodrigo Bonadiman Zanatta | Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica | 40h | Técnico em Assuntos Educacionais |
| Sandra Maria Dill Silveira Trucolo | Especialização em Biblioteconomia | 40h | Auxiliar de Biblioteca |
| Sirlei Bortolini | Mestrado em Ciências Sociais | 40h | Técnica em Assuntos Educacionais |
| Susana Zandoná | Especialização em Psicoterapia Psicanalítica | 40h | Psicóloga |
| Thaís Saalfeld | Mestrado em Educação em Ciências | 40h | Assistente Social |
| Tiago Felipe Ambrosini | Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica | 40h | Técnico em Assuntos Educacionais |

| Servidor | Formação | Vínculo | Atuação |
|-----------------------|---|---------|--------------------------------------|
| Ubiratã Escobar Nunes | Especialização em Redes de Computadores | 40h | Analista de Tecnologia da Informação |

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Pessoas do *campus* Bento Gonçalves do IFRS

7.27 INFRAESTRUTURA

O *campus* oferece aos estudantes do Curso Superior de Tecnologia em Logística uma estrutura que proporciona o desenvolvimento cultural, social e de apoio à aprendizagem, necessária ao desenvolvimento curricular para a formação geral e profissional. A seguir, apresenta-se a infraestrutura do *campus* Bento Gonçalves.

7.27.1 BIBLIOTECA

Em 22 de outubro de 2013 foram inauguradas as novas instalações da Biblioteca do *campus* Bento Gonçalves, denominada, nesta data, de Biblioteca Firmino Splendor. Desde então, estudantes e servidores da Instituição passaram a contar com modernas instalações de biblioteca, em um prédio totalmente novo, que compreende uma área de 1.247 m², dividida em dois pavimentos, sendo que a biblioteca ocupa o andar superior, com 623,98 m². Este espaço foi projetado para atender todas as necessidades da comunidade acadêmica e dispõe de uma infraestrutura que inclui elevador de acesso, computadores para uso dos alunos e salas de estudos em grupo. Além disso, dispõe de uma coleção que busca atender aos Projetos Pedagógicos dos Cursos ofertados e o apoio às necessidades informacionais dos usuários, assim como, avançadas fontes de pesquisa digitais, tudo com o objetivo prestar suporte ao ensino, pesquisa e extensão.

A biblioteca do *campus* disponibiliza aos estudantes e servidores o acesso a mais de 12 mil títulos de forma digital e física em todas áreas do conhecimento através das plataformas Biblioteca Virtual (Pearson), Minha Biblioteca e uma plataforma de Normas Técnicas nacionais e internacionais, a Target GEDWeb. Também é disponibilizado o acesso ao Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza às instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica nacional e internacional. O Repositório Institucional do IFRS, por sua vez, reúne, preserva, dissemina e promove o acesso confiável e permanente à produção intelectual científica, técnica, artística e cultural dos estudantes e dos servidores do IFRS, expressa em trabalhos de conclusão de curso, teses, dissertações, artigos de periódicos, livros e em outros tipos de documentos, disponibilizados em ambiente virtual e aberto.

7.27.2 SALAS DE AULA E ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

O *campus* Bento Gonçalves disponibiliza a infraestrutura necessária para realização de atividades teóricas e de atendimento aos estudantes do Curso Superior de Tecnologia em Logística (conforme Quadro 5) e que é utilizada, também, pelos demais cursos ofertados no *campus*.

Quadro 5: Infraestrutura para realização de atividades teóricas e atendimento aos estudantes

| Identificação | Descrição | Quantidade |
|---|--|------------|
| Salas de aula | Salas de aula equipadas com carteiras, com quadro branco e projetor de multimídia. | 37 |
| Auditório | Auditório com capacidade de 160 pessoas, projetor multimídia, computador, sistema de caixa acústica e microfones. | 1 |
| Sala de reuniões didático-pedagógicas | Sala de reuniões didático-pedagógicas com capacidade para 12 pessoas. | 1 |
| Coordenadoria Pedagógica | Sala da Coordenadoria Pedagógica com 1 mesa de reunião e 5 postos de atendimento. | 1 |
| Salas de professores | Salas equipadas com mesas, cadeiras, armários e com acesso à internet e telefone. | 13 |
| Sala de atendimento aos estudantes | Sala de atendimento aos estudantes equipada com mesas e cadeiras. | 1 |
| Sala de atendimento psicossocial | Sala de atendimento psicossocial aos estudantes do <i>campus</i> . | 1 |
| Sala da equipe de Nutrição | Sala da equipe de nutrição equipada com 1 posto de atendimento. | 1 |
| Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) | Sala de atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas com capacidade de atendimento para 8 pessoas. | 1 |
| Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) | Sala de estudos Afro-brasileiros e Indígenas com capacidade para 4 pessoas. | 1 |

Fonte: Diretoria de Desenvolvimento Institucional do *campus* Bento Gonçalves do IFRS (2024).

7.27.3 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

O *campus* Bento Gonçalves disponibiliza 6 (seis) laboratórios de informática equipados com *hardwares* e *softwares* necessários para o perfeito desenvolvimento das atividades educacionais do Curso. O Quadro 6 apresenta a infraestrutura física disponível dos laboratórios de informática para realização de aulas teóricas/práticas necessárias à oferta do Curso Superior de Tecnologia em Logística:

Quadro 6: Laboratórios disponíveis para os cursos ofertados no *campus* Bento Gonçalves

| Identificação | Descrição |
|------------------------------|---|
| Laboratório de Informática 1 | <ul style="list-style-type: none">• 36 computadores para estudantes e 1 para o professor;• 1 lousa interativa e 1 projetor multimídia. |
| Laboratório de Informática 2 | <ul style="list-style-type: none">• 15 computadores para estudantes e 1 para o professor;• 1 lousa interativa e 1 projetor multimídia. |
| Laboratório de Informática 3 | <ul style="list-style-type: none">• 24 computadores para estudantes e 1 para o professor;• 1 lousa interativa e 1 projetor multimídia. |
| Laboratório de Informática 4 | <ul style="list-style-type: none">• 30 computadores para estudantes e 1 para o professor;• 1 lousa interativa e 1 projetor multimídia. |
| Laboratório de Informática 5 | <ul style="list-style-type: none">• 30 computadores para estudantes e 1 para o professor;• 1 lousa interativa e 1 projetor multimídia. |
| Laboratório de Informática 6 | <ul style="list-style-type: none">• 30 computadores para estudantes e 1 para o professor;• 1 projetor multimídia. |

Fonte: Diretoria de Desenvolvimento Institucional do *campus* Bento Gonçalves do IFRS (2024).

7.27.4 ÁREA DE ESPORTE E CONVIVÊNCIA

O Quadro 7 relaciona a infraestrutura física disponível e necessária para realização de atividades esportivas e de convivência dos estudantes do Curso Superior de Tecnologia em Logística e que também é utilizada pelos demais cursos ofertados no *campus* Bento Gonçalves:

Quadro 7: Infraestrutura para atividades esportivas e de convivência

| Identificação | Descrição | Quantidade |
|---------------------|---|------------|
| Ginásio de esportes | Ginásio de esportes com capacidade para 460 pessoas possuindo arquibancadas, 2 goleiras, 2 suportes e tabela para basquete, 1 banheiro masculino e 1 banheiro feminino. | 1 |

| | | |
|-----------------------------------|--|---|
| Campo de futebol | Campo de futebol de areia. | 1 |
| Espaço de convivência | Espaço de convivência, com capacidade para 45 pessoas cada, com banheiros, cantina, mesas e cadeiras. | 2 |
| Departamento de Tradições Gaúchas | Espaço cultural de Tradições Gaúchas, com capacidade para 100 pessoas, equipado com mesas, cadeiras, banheiro masculino e feminino, churrasqueira e pia. | 1 |
| Diretórios Acadêmicos | Salas equipadas com mesa e cadeiras para uso dos Diretórios Acadêmicos do <i>campus</i> . | 5 |

Fonte: Diretoria de Desenvolvimento Institucional do *campus* Bento Gonçalves do IFRS (2024).

7.27.5 ÁREA DE SUPORTE E AUXÍLIO AO DISCENTE

O Quadro 8 relaciona a infraestrutura física disponível e necessária para realização de atividades de suporte e auxílio aos estudantes dos cursos ofertados no *campus* Bento Gonçalves do IFRS.

Quadro 8: Infraestrutura para realização de atividades de suporte e auxílio

| Identificação | Descrição | Quantidade |
|--|--|------------|
| Refeitório | Refeitório com capacidade de 170 pessoas. | 1 |
| Biblioteca | Biblioteca com capacidade de 53 pessoas (4 salas de estudo equipadas com mesas e cadeiras). 19 computadores para uso dos estudantes. | 1 |
| Coordenadoria de Assuntos Estudantis | Atendimento à comunidade escolar com 9 postos de atendimento. | 2 |
| Enfermagem | Sala de Pronto Atendimento de Enfermagem com 3 postos de atendimento. | 1 |
| Diretoria de Ensino | Sala da Diretoria de Ensino, Coordenadoria de Ensino de Graduação e Coordenadoria de Ensino Médio e Educação Profissional. | 1 |
| Coordenação do curso | Sala das coordenações dos Cursos de Tecnologia e Bacharelado. | 1 |
| Coordenação do curso | Sala das coordenações dos Cursos de Licenciaturas. | 1 |
| Coordenação do curso | Sala das coordenações dos Cursos Técnicos. | 2 |
| Coordenação do curso | Sala das coordenações dos Cursos de Pós-Graduação. | 1 |
| Diretoria de Pesquisa | Sala da Diretoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, da Seção de Ações de Pesquisa e Inovação e da Secretaria de Pós-graduação. | 1 |
| Diretoria de Extensão | Sala da Diretoria de Extensão e da Seção de Ações de Extensão e de Acompanhamento de Egressos. | 1 |
| Departamento de Tecnologia da Informação | Sala de atendimento do Departamento de Tecnologia da Informação com 4 postos de trabalho. | 1 |

Fonte: Diretoria de Desenvolvimento Institucional do *campus* Bento Gonçalves do IFRS (2024).

7.27.6 ADAPTAÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

A Norma ABNT NBR 9050/2020 trata sobre a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade. No estabelecimento desses critérios e parâmetros técnicos, foram consideradas diversas

condições de mobilidade e de percepção do ambiente, com ou sem a ajuda de aparelhos específicos, como próteses, aparelhos de apoio, cadeiras de rodas, bengalas de rastreamento, sistemas assistivos de audição ou qualquer outro que venha a complementar necessidades individuais.

Em consonância com esta Norma, o *campus* Bento Gonçalves tem realizado adaptações em sua infraestrutura com o objetivo de proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura de suas edificações e mobiliário, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção. Neste contexto, foram instalados três elevadores para acesso ao segundo pavimento dos blocos A (bloco administrativo do *campus*), K (bloco de convivência) e J (biblioteca). Também foram implementadas rampas de acesso nos blocos B (salão de atos) e C (laboratórios de informática), além de uma passarela ligando os blocos C e D (salas de aula). As calçadas do *campus* contam com a instalação de piso tátil. Na entrada principal do *campus*, localizada no bloco A, foi instalado um mapa tátil que informa sobre a localização de todas as instalações do *campus*. Também constam no *campus* banheiros para atendimento a pessoas com necessidades especiais. O *campus* conta, também, com vagas de estacionamento específicas para deficientes e/ou pessoas com mobilidade reduzida. O semáforo localizado em frente ao *campus* possui sinalizador sonoro que emite sons, vibrações e estímulos visuais, auxiliando assim os pedestres com alguma deficiência a se locomoverem com segurança.

8 CASOS OMISSOS

Os casos, porventura, não previstos por este Projeto Pedagógico de Curso ou em outras normas e decisões vigentes no *campus*, serão resolvidos em reunião ordinária ou extraordinária do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e do Colegiado do Curso, juntamente com a Direção de Ensino e a Coordenação de Ensino de Graduação do *campus* Bento Gonçalves do IFRS.

9 REFERÊNCIAS

- ANAC. Agência Nacional de Aviação Civil. **Anuário do Transporte Aéreo 2022**. Disponível em: <<https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/mercado-do-transporte-aereo/panorama-do-mercado/anuario-transporte-aereo>>. Acesso em: 17 agos. 2023.
- ANTF. Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários. **O setor ferroviário de carga brasileiro** (2023). Disponível em: <<https://www.antf.org.br/informacoes-gerais/>>. Acesso em: 17 agos. 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.
- BERNIER, E. T.; VALDUGA, V.; GABARDO, W. O.; GÂNDARA, J. M. G. Enoturismo na região metropolitana de Curitiba: realidades e desafios de um novo território do vinho. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 18, n. 1, p. 39-56, 2020. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2020.18.003>.
- BIZINELLI, C.; MANOSSO, F.; GIMENES-MINASSE, M. H. S.; SOUZA, S. R. 2014. Enoturismo e turismo de experiência: novas possibilidades para a inclusão de pessoas com deficiência visual – Vinícola Dezem (Toledo, Paraná, Brasil). **Revista Turismo & Sociedade**, v. 7, n. 3, p. 495-522. <http://dx.doi.org/10.5380/tes.v7i3.38860>.
- BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J.; COOPER, M. B.; BOWERSOX, J. C. **Gestão logística da cadeia de suprimentos**. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.
- BRAZIOTIS, C.; BOURLAKIS; M.; ROGERS, H.; TANNOCK, J. Supply chains and supply networks: distinctions and overlaps. **Supply Chain Management: An International Journal**, v. 18, n. 6, p. 644-652, 2013.
- BRASIL. **Lei nº 3.646, de 22 de outubro de 1959**. Cria a Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.
- _____. **Decreto nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964**. Altera denominação de escolas de iniciação agrícola, agrícolas e agrotécnicas.
- _____. **Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967**. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências.
- _____. **Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio.
- _____. **Decreto nº 83.935, de 4 de setembro de 1979**. Altera a denominação dos estabelecimentos de ensino que indica.
- _____. **Lei nº 7.390, de 25 de outubro de 1985**. Denomina "Presidente Juscelino Kubitschek" a Escola Agrotécnica Federal de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul.
- _____. **Decreto de 26 de dezembro de 1994**. Autoriza o funcionamento do curso superior de tecnologia em Viticultura e Enologia da Escola Agrotécnica Federal "Presidente Juscelino Kubitschek", com sede na cidade de Bento Gonçalves, estado do Rio Grande do Sul.

_____. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

_____. **Portaria nº 391, de 7 de fevereiro de 2002.** Dispõe sobre os processos seletivos para ingresso nas Instituições Públicas e Privadas pertencentes ao Sistema de Ensino Superior.

_____. **Decreto de 16 de agosto de 2002.** Dispõe sobre a implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, e dá outras providências.

_____. **Parecer CNE/CP nº 29 de 3 de dezembro de 2002.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

_____. **Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

_____. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

_____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências.

_____. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

_____. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

_____. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

_____. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes. altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001. e dá outras providências.

_____. **Parecer CNE/CES nº 239, 6 de novembro de 2008.** Carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia.

_____. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

_____. **Nota Técnica SERES/MEC nº 793, de 12 de maio de 2015,** que tem como objetivo prestar esclarecimentos sobre as questões afetas à grade curricular de cursos superiores.

_____. **Parecer CNE/CES nº 804, de 5 de dezembro de 2018.** Consulta sobre a aplicabilidade de alterações de grades curriculares de cursos de graduação por Instituições de Ensino Superior (IES).

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

_____. **Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010.** Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

_____. **Parecer CONAES nº 4, de 17 de junho de 2010.** Sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE.

_____. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

_____. **Lei nº 12.605, de 03 de abril de 2012.** Determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas.

_____. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

_____. **Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

_____. **Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.** Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

_____. **Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012.** Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.

_____. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

_____. **Portaria MEC nº 316, de 27 de dezembro de 2012,** publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 31 de dezembro de 2012. Ato de reconhecimento do curso superior de tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do *campus* Bento Gonçalves.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

_____. **Portaria MEC nº 514, de 4 de junho de 2024.** Aprova a 4ª edição do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia - CNCST e a incorporação de Áreas Tecnológicas aos Eixos Tecnológicos do CNCST e do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT.

_____. **Lei nº 13.425, de 30 de março de 2017.** Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público. altera as Leis nº s 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil. e dá outras providências.

_____. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.

_____. **Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

_____. **Resolução CNE/CP nº 1 de 5 janeiro de 2021.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

CAMPUS BENTO GONÇALVES DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL.

Resolução CONCAMP nº 037, de 12 de dezembro de 2018. Aprova do Regulamento dos Núcleos Docentes Estruturantes do *campus* Bento Gonçalves do IFRS.

CABRAL FILHO, D. A. Logística de transporte: fundamentos e importância. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 4, p. 13567-13583, 2023. <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv9n4-067>.

CASTRO, V. A.; SANTOS, G. E. O.; GIMENES-MINASSE, M. H. S. G.; GIRALDI, J. M. E. Práticas de visitação nas vinícolas da Serra Gaúcha: unindo vitivinicultura e turismo no sul do Brasil. **Revista Turismo em Análise – RTA**. v. 28, n. 3, p. 380-402, 2017. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v28i3p380-402>.

CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA (CNCST).

Tecnologia em Logística. 4. Ed. Ministério da Educação. 2024. Disponível em: <<https://cncst.mec.gov.br/cursos/curso?id=33>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

CENTRO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE BENTO GONÇALVES - CIC-BG. **Panorama Socioeconômico Bento Gonçalves - 2019**. 48 ed. Bento Gonçalves: Gráfica e Editora Bento Gonçalves LTDA, 2019. Disponível em:

<http://www.cicbg.com.br/uploads/revista_panorama_cic_2019.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CHRISTOPHER, M. **Logistics and supply chain management: strategies for reducing cost and improving service**. London, UK: Financial Times Pitman Publishing, 1998.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Resolução CONSUP nº 068**, de 28 de julho de 2010. Aprova o regimento da Comissão Própria de Avaliação do IFRS.

_____. **Portaria do CONSUP nº 51, de 27 de fevereiro de 2012**. Nomeia a Assessora de Ações Inclusivas do IFRS.

_____. **Resolução CONSUP nº 086, de 03 de dezembro de 2013**. Aprova a Política de Assistência Estudantil do IFRS.

_____. **Resolução CONSUP nº 020, de 25 de fevereiro de 2014**. Aprova o Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) do IFRS.

_____. **Resolução CONSUP nº 021, de 25 de fevereiro de 2014**. Aprova o Regulamento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) do IFRS.

_____. **Resolução CONSUP nº 022, de 25 de fevereiro de 2014**. Aprova a Política de Ações Afirmativas do IFRS.

_____. **Resolução CONSUP nº 054, de 12 de dezembro de 2023**. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2024-2028).

_____. **Instrução Normativa PROEN nº 01, de 15 de maio de 2015**. Estabelece orientações para a metodologia de ensino, observando-se os princípios da flexibilidade curricular e das possibilidades diferenciadas de integralização dos cursos, dos projetos integradores interdisciplinares relacionados à aprendizagem baseada na resolução de problemas, das metodologias ativas de ensino e aprendizagem, do aproveitamento de estudos e competências baseada no mundo do trabalho, bem como do desenvolvimento de tecnologia no âmbito dos Cursos do IFRS.

_____. **Instrução Normativa PROEN nº 02, de 09 de junho de 2016**. Regulamenta os procedimentos, os prazos e os fluxos para a elaboração e reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) dos cursos de Nível Médio Integrado, Integrados na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, Concomitantes, Subsequente e Graduação e nas modalidades de ensino presencial e a distância no IFRS, bem como da sua extinção.

_____. **Resolução CONSUP nº 037, de 20 de junho de 2017**. Aprova o Regulamento dos Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGSS) do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).

_____. **Resolução CONSUP nº 038, de 20 de junho de 2017.** Aprova o Regulamento dos Núcleos de Ações Afirmativas (NAAfs) do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).

_____. **Resolução CONSUP nº 1/2024-CONSUP-REI, de 23 de janeiro de 2024.** Aprova as alterações na Organização Didática do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

_____. **Instrução Normativa PROEN/PROPI nº 01, de 27 de julho de 2021.** Normatiza o fluxo para a emissão e registro de diplomas e certificados dos cursos de graduação e pós-graduação do IFRS.

_____. **Instrução Normativa PROEN, de 03 de fevereiro de 2020.** Define diretrizes para as avaliações socioeconômicas no âmbito do IFRS.

_____. **Instrução Normativa PROEN nº 04, de setembro de 2020.** Regulamenta os fluxos e procedimentos de identificação, acompanhamento e realização do Plano Educacional Individualizado (PEI) dos estudantes com necessidades educacionais específicas do IFRS.

_____. **Instrução Normativa PROEN nº 08, de 05 de novembro de 2020.** Regulamenta os fluxos e procedimentos de acompanhamento e realização do Plano Educacional Individualizado (PEI) para os estudantes indígenas do IFRS.

_____. **Resolução CONSUP nº 053, de 16 de agosto de 2022.** Aprova as alterações na Regulamentação da Curricularização da Extensão do IFRS, conforme a Resolução nº 22, de 26/04/2022.

_____. **Instrução Normativa PROEN nº 02, de 03 de maio de 2022.** Normatiza as Diretrizes de Apoio ao Estudante da Assistência Estudantil na modalidade presencial em conformidade com a Política de Assistência Estudantil do IFRS, aprovada pela Resolução CONSUP nº 086 de 2013.

_____. **Instrução Normativa PROEN nº 06, de 02 de agosto de 2022.** Dispõe sobre as normas para oferta componentes curriculares na modalidade semipresencial nos cursos presenciais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino de Graduação, no âmbito do IFRS.

_____. **Instrução Normativa PROEN nº 02, de 26 de fevereiro de 2024.** Dispõe sobre as normas para oferta componentes curriculares na modalidade semipresencial nos cursos presenciais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino de Graduação, no âmbito do IFRS.

_____. **Instrução Normativa conjunta Proen/Proex nº 02/2024, de 28 de junho de 2024.** Estabelece os fluxos e procedimentos de submissão, aprovação, validação e registro de ações de extensão nos componentes curriculares dos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul e revoga a Instrução Normativa PROEX/PROEN IFRS Nº 01, de 29 de abril de 2024.

LAMBERT, D. M.; COOPER, M. C. Issues in supply chain management. **Industrial Marketing Management**, v. 29, p. 65-83, 2000.

MACCARTHY, B. L.; BLOME, C.; OLHAGE, J.; SRAI, J. S.; ZHAO, X. Supply chain evolution - theory, concepts and Science. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 36, n. 12, p. 1696-1718, 2016.

PILBEAM, C.; ALVAREZ, G.; WILSON, H. The governance of supply networks: a systematic literature review. **Supply Chain Management: An International Journal**, v. 17, n. 4, p. 358-376, 2012.

PNL. Plano Nacional de Logística. **Relatório Executivo PNL 2035**. Ministério da Infraestrutura. Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL), 2021. Disponível em: <https://ontl.infrasa.gov.br/wp-content/uploads/2021/10/PNL_2035_29-10-21.pdf>. Acesso em: 16 agos. 2023.

PREFEITURA DE BENTO GONÇALVES (2022). **Retomada do setor**: Bento Gonçalves recebe quase 1,5 milhão de turistas em 2021. Disponível em: <<https://bento.tur.br/2022/02/retomada-do-setor-bento-goncalves-recebe-quase-15-milhao-de-turistas-em-2021/#:~:text=Em%202021%20Bento%20Gon%C3%A7alves%20teve,visitantes%20neste%20ano%2C%20alcan%C3%A7ando%20341.894>>. Acesso em: 16 ago. 2023.

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2012.

RESENDE, P. T. V. (Coord) **Custos logísticos no Brasil** (2017). Núcleo de Logística, Supply Chain e Infraestrutura. Plataforma de Infraestrutura em Logística de Transportes, Fundação Dom Cabral (FDC). 2018. Disponível em: <[https://ci.fdc.org.br/AcervoDigital/Relat%C3%B3rios%20de%20Pesquisa/Relat%C3%B3rios%20de%20pesquisa%202018/Apresentacao_Custos_Logisticos_no%20Brasil%202018_FDC%20%20revRVC%20abr18%20\(002\).pdf](https://ci.fdc.org.br/AcervoDigital/Relat%C3%B3rios%20de%20Pesquisa/Relat%C3%B3rios%20de%20pesquisa%202018/Apresentacao_Custos_Logisticos_no%20Brasil%202018_FDC%20%20revRVC%20abr18%20(002).pdf)>. Acesso em: 17 agos. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. **Ato nº 474, de 11 de outubro de 1890**. Criação do município de Bento Gonçalves.

SANTOS, F. Quatro tendências logísticas de 2023 para melhorar a experiência do consumidor (2023). **Revista Mundo Logística**. Disponível em: <<https://mundologistica.com.br/artigos/quatro-tendencias-logisticas-de-2023-para-melhorar-a-experiencia-do-consumidor>>. Acesso em: 16 agos. 2023.

10 ANEXOS

ANEXO I - REGULAMENTO DOS LABORATÓRIOS;

ANEXO II - REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE;

ANEXO III - REGULAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO.

ANEXO I - REGULAMENTO DE USO DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA DO CAMPUS BENTO GONÇALVES DO IFRS



REGULAMENTO DE USO DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA DO CAMPUS BENTO GONÇALVES DO IFRS

Aprovado pelo Conselho do Campus, conforme Resolução nº 009, de 14 de março de 2019

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Campus Bento Gonçalves do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), o Regulamento de Uso dos Laboratórios de Informática, vinculados à Diretoria de Desenvolvimento Institucional.

Art. 2º Estas normas aplicam-se a todos os usuários destas dependências, incluindo servidores, alunos de ensino médio/técnico, graduação e pós graduação, bolsistas de Iniciação Científica, alunos desenvolvendo TCC, atividades de extensão, estágios e eventuais visitantes.

CAPÍTULO I DAS NORMAS E PROCEDIMENTOS GERAIS

Art. 3º Este Regulamento normatiza o uso e funcionamento dos Laboratórios de Informática do Instituto Federal do Rio Grande do Sul Campus Bento Gonçalves (IFRS BG).

CAPÍTULO II DO FUNCIONAMENTO

Art. 4º Os Laboratórios de Informática do IFRS BG funcionam exclusivamente para atividades de aulas ou cursos, de segunda a sexta-feira das 07:30 às 22:15, com exceção do Laboratório de Aprendizagem e Desenvolvimento de Softwares (LADS).

Parágrafo único. Os laboratórios só poderão ser abertos por servidores, nos seus respectivos e pré-agendados horários de aula. Em hipótese alguma as chaves serão entregues a alunos para realização de atividades extraclasse.

CAPÍTULO III POLÍTICAS DE ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO

Art. 5º A manutenção e a instalação de qualquer software ou hardware será realizada por técnicos do quadro funcional da Coordenadoria de Tecnologia de Informação (CTI) do IFRS-BG.

Art. 6º No final de cada semestre será solicitado aos professores, via e-mail, uma lista dos softwares necessários a serem instalados nos laboratórios para o semestre letivo seguinte. Esta lista deverá ser enviada ao setor de TI até o prazo estipulado na solicitação, contendo as informações necessárias para correta instalação e configuração dos programas.

§ 1º Somente softwares gratuitos ou com licenças previamente adquiridas poderão ser instalados. Os programas com licenciamento tipo *sharewaree trial*, que funcionam por um período de testes e/ou demonstração, não serão instalados.

§ 2º Os *softwares* solicitados passarão por avaliação prévia da equipe da CTI do *campus*, a qual informará o professor sobre a viabilidade técnica de instalação do programa nos respectivos laboratórios.

CAPÍTULO IV DA RESERVA DOS LABORATÓRIOS

Art. 7º Os professores que desejarem fazer uso contínuo e semestral dos laboratórios e de seus recursos deverão entrar em contato com as coordenações de ensino médio/técnico e superior para verificar datas e horários disponíveis dentro do planejamento semestral.

Art. 8º As reservas para cursos ou aulas fora do planejamento semestral, deverão ser efetuadas através de sistema específico de agendamento, oferecido pela CTI do *campus*, com antecedência mínima de 24 horas.

§ 1º Caso o servidor não tenha mais a necessidade de utilizar um laboratório que já tenha agendado, o mesmo deverá proceder com o cancelamento da reserva.

§ 2º A Coordenadoria de TI reserva o direito de cancelar os agendamentos recorrentes que não tenham sido utilizados por mais de duas vezes consecutivas, mediante comunicado prévio.

§ 3º Os servidores que tiverem dificuldades no uso do sistema de reservas, deverão comparecer na CTI para receber instruções de como acessar e efetuar os devidos agendamentos.

Art. 9º Alguns laboratórios têm prioridade de uso para determinados cursos, devido às configurações de hardware e software específicas para atividades afins. Sendo respeitadas as prioridades de cada curso, os horários livres poderão ser utilizados por qualquer curso, mediante prioridades de cada curso, os horários livres poderão ser utilizados por qualquer curso, mediante reserva antecipada.

Parágrafo único. O Laboratório de Aprendizagem e Desenvolvimento de Softwares (LADS), será de uso exclusivo para atividades de ensino, pesquisa e extensão ligadas diretamente ao desenvolvimento de *softwares*. Seu agendamento deverá ser realizado por solicitação do professor-orientador, através

do sistema de agendamentos fornecido pela CTI, preenchendo nas observações do agendamento o nome do bolsista responsável.

CAPÍTULO V DOS USUÁRIOS E DO USO

Art. 10. São considerados usuários dos laboratórios de informática os professores, técnicos administrativos e toda a comunidade acadêmica interna.

Art. 11. O servidor deverá adotar o seguinte procedimento ao início e término de sua aula:

I -ligar os disjuntores de energia elétrica;

II -comunicar prontamente o setor de TI caso detecte a falta ou o mal funcionamento de algum equipamento ou dispositivo;

III -fechar todas as janelas e persianas;

IV -verificar possíveis avarias e danos causados a equipamentos no período da aula e, em caso de haver danos, notificar a equipe de TI imediatamente;

V -desligar todos os computadores, estabilizadores, ar condicionado e projetor;

VI -guardar os controles do ar condicionado e do projetor no *rack* e trancá-lo;

VII -desligar as lâmpadas e os disjuntores;

VIII -fechar e trancar o laboratório e devolver a chave ao setor de TI.

Art. 12. O IFRS-BG não se responsabiliza por arquivos nos computadores, sendo estes de inteira responsabilidade do usuário. Na manutenção dos micros, as pastas de perfis locais são apagadas, não devendo, portanto, serem utilizadas para gravar arquivos importantes.

CAPÍTULO VI DO USO INDEVIDO DOS LABORATÓRIOS

Art. 13. Constitui uso indevido dos Laboratórios de Informática:

I -praticar atividades que afetem ou coloquem em risco as instalações e equipamentos;

II -permitir o acesso aos Laboratórios de pessoas estranhas ao IFRS-BG e/ou pessoas não autorizadas (empréstimo de chaves, cópias de chaves, senhas, etc);

III -desmontar quaisquer equipamentos ou acessórios do Laboratório, sob qualquer pretexto, assim como remover equipamento do local a eles destinados (mesmo dentro do recinto);

IV -consumir qualquer tipo de alimento ou bebida no interior dos Laboratórios.

CAPÍTULO VII DO USO ÉTICO DOS LABORATÓRIOS E EQUIPAMENTOS

Art. 14. Constitui uma falha, passível de penalidade:

I -alterar a configuração dos computadores (papel de parede, cores, ícones, etc);

II -instalar ou remover qualquer programa ou *software*;

III -desenvolver e/ou disseminar vírus (ou qualquer outro *software* malicioso) propositalmente nos equipamentos do laboratório;

- IV -praticar ou facilitar a prática de pirataria de *software* ou dados de qualquer espécie;
- V -praticar intrusão de qualquer espécie, tal como quebrar privacidade, tentar quebrar sigilo e/ou senha, ganhar acesso de super-usuário, obter senhas de outros usuários, causar prejuízo de operação do sistema em detrimento dos processos automáticos e/ou outras ações semelhantes; burlar ou tentar burlar a segurança da rede;
- VI -usar indevidamente os recursos disponíveis na Internet tais como: a) sites pornográficos; conteúdos que façam apologia a qualquer tipo de preconceito e outros considerados como inadequados; b) softwares ilegais ou não licenciados; c) jogos (qualquer tipo de jogo: é proibido instalar ou jogar no laboratório); d) *downloads* pessoais (baixar músicas, programas, etc); e) programas de *chats*; f) salas de bate-papo; e g) outros serviços ou aplicativos que congestionem os acessos e transmissão de dados.

CAPÍTULO VIII DAS SANÇÕES CABÍVEIS

Art. 15. O não cumprimento deste Regulamento implicará nas seguintes sanções cabíveis:

- I -notificação por escrito da infração ocorrida ao usuário;
- II -ressarcimento de equipamentos e/ou materiais se utilizados indevidamente;
- III -demais sanções previstas em regulamentos específicos de disciplina do corpo discente e, para servidores, aquelas previstas na legislação aplicável.

Art. 16. Os usuários devem estar cientes deste Regulamento e cumprir as regras e normas dos Laboratórios.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17. Os casos não previstos neste regulamento serão resolvidos pela Coordenadoria de TI em conjunto com a Diretoria de Desenvolvimento Institucional do IFRS-BG.

Art. 18. Este Regulamento entra em vigor a partir de 14 de março de 2019.

ANEXO II - REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE



REGULAMENTO DOS NÚCLEOS DOCENTES ESTRUTURANTES DOS CURSOS TÉCNICOS E SUPERIORES DO CAMPUS BENTO GONÇALVES DO IFRS

Aprovado pelo Conselho do *campus*, conforme Resolução nº 037, de 12 de dezembro de 2018

CAPÍTULO I DA NATUREZA E COMPOSIÇÃO

Art. 1º O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é um órgão consultivo e de assessoramento, vinculado ao colegiado do respectivo curso.

Art. 2º O NDE é constituído por:

I - coordenador do curso;

II - no mínimo cinco professores em efetivo exercício que compõem, ou compuseram, a estrutura curricular do curso nos últimos dois anos, preferencialmente os que possuírem pós-graduação *stricto sensu*, dos quais pelo menos três pertençam ao colegiado do curso;

§ 1º por professor em efetivo exercício entende-se que não esteja gozando de qualquer afastamento e esteja vinculado a disciplinas da estrutura curricular do curso.

§ 2º os NDEs dos cursos técnicos devem garantir a participação de professores das disciplinas propedêuticas e de áreas técnicas.

Art. 3º A coordenação do Núcleo Docente Estruturante será exercida pelo Coordenador do Curso.

Parágrafo único. Na ausência ou impedimento do Coordenador do NDE, a condução das reuniões será exercida por um membro do núcleo por ele designado.

Art. 4º O tempo dos mandatos relacionados ao artigo 2º é aquele definido pela Organização Didática do IFRS, que indica que os representantes serão substituídos parcialmente a cada dois anos, e que a definição dos novos representantes deverá ocorrer sessenta dias antes do término do mandato dos representantes.

Art. 5º Os membros serão incorporados ao NDE a partir de manifestação de interesse. Em não havendo o mínimo de membros interessados em integrar o NDE do curso, a Diretoria de Ensino indicará docentes para a composição.

Art. 6º A substituição parcial dos membros se dará a cada dois anos, observando-se a seguinte ordem de preferência:

I - tempo de permanência no NDE, substituindo-se aqueles que estão há mais tempo;

II - as solicitações dos docentes integrantes;

III - a assiduidade dos membros, substituindo-se os menos assíduos.

Parágrafo único. Em não havendo alteração do coordenador do curso, este permanece na coordenação do NDE, enquanto durar seu mandato à frente da coordenação do curso.

Art. 7º O membro cuja ausência ultrapassar duas reuniões sucessivas, ordinárias ou extraordinárias, perderá seu mandato, se as justificativas apresentadas não forem aceitas pelos demais membros do NDE.

Parágrafo único. Em caso de vacância, se o número de docentes que permanecerem for inferior ao mínimo de cinco, ocorrerá a inclusão de docentes que manifestarem interesse ou, em não havendo interessados, forem indicados pela Diretoria de Ensino.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I DAS COMPETÊNCIAS DOS NDEs DOS CURSOS

Art. 8º - Compete a cada NDE:

I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no Projeto Pedagógico do Curso;

III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades do curso, de exigências do mundo do trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV - zelar pelo cumprimento das orientações curriculares conforme legislação vigente;

V - propor atualização, sempre que necessário, do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) ao Colegiado do Curso;

VI - assessorar, dentro de sua área de competência, o Colegiado do Curso;

VII - acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso;

VIII - conduzir os trabalhos de reestruturação curricular no âmbito do *campus*, sempre que necessário.

SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR

Art. 9º São atribuições do Coordenador do NDE, conforme artigo 54 da Organização Didática do IFRS:

- I - convocar as reuniões;
- II - representar o Núcleo sempre que necessário;
- III - articular o desenvolvimento das atividades do Núcleo;
- IV - registrar em ata própria as reuniões e as atividades do Núcleo;
- V - coordenar as reuniões do Núcleo.

CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO

Art. 10. O NDE reunir-se-á ordinariamente pelo menos 01 (uma) vez por período letivo e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador ou por solicitação de 2/3 de seus membros, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis.

§ 1º As solicitações de reunião do NDE, sejam ordinárias ou extraordinárias, possuem caráter de convocação.

§ 2º O NDE somente reunir-se-á com a presença mínima de 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 3º Em não havendo quórum mínimo, a reunião é marcada para data futura e ocorre com qualquer número de presentes.

Art. 11. As decisões do NDE serão tomadas por maioria de votos, com base no número de membros presentes.

Art. 12. De cada sessão do NDE lavra-se a ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo coordenador e pelos presentes.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pelo próprio NDE ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art. 14. Este Regulamento entra em vigor a partir de 12 de dezembro de 2018.

ANEXO III - REGULAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO



REGULAMENTO DOS COLEGIADOS DE CURSOS TÉCNICOS E SUPERIORES DO CAMPUS BENTO GONÇALVES DO IFRS

Aprovado pelo Conselho do *Campus*, conforme Resolução nº 038, de 12 de dezembro de 2018
Alterado pelo Conselho do *Campus*, conforme Resolução nº 025, de 18 de agosto de 2021
Alterado pelo Conselho do *Campus*, conforme Resolução nº 029, de 06 de setembro de 2024

CAPÍTULO I DA NATUREZA E COMPOSIÇÃO

Art. 1º O Colegiado de Curso é um órgão deliberativo e consultivo de cada curso, que tem por finalidade elaborar e acompanhar a implementação do Projeto Pedagógico, avaliar alterações dos currículos plenos, discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso observando-se as políticas e normas do IFRS.

Art. 2º O Colegiado de Curso é constituído por:

- I - Coordenador do curso;
- II - No mínimo, 04 docentes efetivos(as) que atuem ou tenham atuado em componentes curriculares do curso, no último período letivo;
- III - No mínimo, 01 representante do corpo discente do curso;
- IV - No mínimo, 01 técnico-administrativo da Instituição.

§ 1º O Coordenador do curso será eleito pelo Colegiado.

§ 2º O representante de que trata o inciso IV, se único, deverá preferencialmente pertencer ao setor responsável pelo acompanhamento pedagógico dos estudantes, conforme previsto pela Organização Didática do IFRS.

§ 3º Quanto aos mandatos:

- I - O mandato de que trata o inciso I será de 3 (três) anos, permitida uma recondução pelo mesmo período;
- II - Os mandatos de que trata o inciso II serão de 2 (dois) anos, permitidas ilimitadas reconduções;
- III - O mandato de que trata o inciso III será de 1 (um) ano, permitida a recondução por igual período;
- IV - O mandato de que trata o inciso IV será de 2 (dois) anos, permitida a recondução por mais 2 (dois) anos.

§ 4º O processo de escolha dos representantes discentes será coordenado pelo respectivo Diretório Acadêmico ou pelo Grêmio Estudantil.

§ 5º Os representantes de que tratam o inciso II e IV serão eleitos pelos seus pares.

§ 6º A definição dos novos representantes discentes e técnico-administrativos deverá ocorrer quinze dias antes do término do mandato dos membros em atuação.

Art. 3º Os membros representantes do corpo discente ou técnico-administrativo cuja ausência ultrapassar duas reuniões sucessivas ordinárias ou extraordinárias perderão seu mandato, se as justificativas apresentadas não forem aceitas pelo Colegiado.

Parágrafo único. Em caso de vacância de representantes discentes ou técnico-administrativos, será realizada nova eleição para o segmento em questão.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I DAS COMPETÊNCIAS DO COLEGIADO DE CURSO

Art. 4º - Compete ao Colegiado de Curso:

I - Analisar e deliberar propostas de alteração do Projeto Pedagógico do Curso;

II - Acompanhar o processo de reestruturação curricular;

III - Propor e/ou validar a realização de atividades complementares do curso;

IV - Acompanhar os processos de avaliação do curso;

V - Acompanhar os trabalhos e dar suporte ao Núcleo Docente Estruturante;

VI - Acompanhar o cumprimento das decisões do Colegiado;

VII - Appreciar solicitações dos estudantes do curso.

SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 5º A presidência do Colegiado de Curso será exercida pelo Coordenador do curso.

Parágrafo único. Na ausência ou impedimento do Coordenador do curso, a presidência das reuniões será exercida por um membro por ele designado.

Art. 6º São atribuições do Presidente:

I - Convocar e presidir as reuniões do Colegiado;

II - Representar o Colegiado junto aos demais órgãos do IFRS;

III - Encaminhar as decisões do Colegiado;

IV - Designar relator ou comissão para estudo de matéria do Colegiado;

V - Submeter à apreciação e à aprovação do Colegiado a ata da sessão anterior;

VI - Dar posse aos membros do Colegiado;

VII - Designar o responsável pela Secretaria do Colegiado;

VIII - Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º O Colegiado de Curso reunir-se-á ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por solicitação de 2/3 de seus membros, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

Parágrafo único. O Colegiado somente reunir-se-á com a presença mínima de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 8º As decisões do Colegiado serão tomadas por maioria de votos, com base no número de membros presentes.

Art. 9º De cada sessão do Colegiado de Curso lavra-se ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

§ 1º As reuniões serão sessões públicas, permitindo a participação de convidados para prestação de esclarecimentos sobre assuntos específicos, sem direito a voto.

§ 2º As atas do Colegiado, após sua aprovação, serão publicadas na página do curso e arquivadas no SIPAC.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pelo próprio Colegiado de Curso ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art. 11. Este Regulamento entra em vigor a partir de 06 de setembro de 2024.